



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Instituto de Psicologia / Programa EICOS

Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Encontro na Floresta...

Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do

Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)

Edilaine Albertino de Moraes

Rio de Janeiro – RJ

2009

Edilaine Albertino de Moraes

Encontro na Floresta...

Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

(Acre-Brasil)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como quesito para obtenção de Grau de Mestre, em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora:

Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro

2009

M827

Moraes, Edilaine Albertino de.

Encontro na Floresta: interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil) / Edilaine Albertino de Moraes. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 205f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2009.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving.

1. Ecoturismo - Acre. 2. Desenvolvimento sustentável - Acre. 3. Política ambiental – Acre. 4 Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). 5. Acre – Condições sociais. I. Irving, Marta de Azevedo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 338.47918112

Edilaine Albertino de Moraes

Encontro na Floresta...

Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

(Acre-Brasil)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como quesito para obtenção de Grau de Mestre, em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marta de Azevedo Irving – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ruth Machado Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rosane Manhães Prado
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2009

RESUMO

MORAES, Edilaine Albertino de. **Encontro na Floresta: Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)**. Orientadora: Marta de Azevedo Irving. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

O ecoturismo é interpretado, atualmente, como uma alternativa possível para o desenvolvimento local em áreas protegidas, sobretudo por considerar princípios de mínimo impacto e participação das populações envolvidas no processo. Para a categoria de manejo Reserva Extrativista, especialmente na Amazônia, o ecoturismo tem sido discutido também como uma possibilidade de uso múltiplo dos recursos florestais. Porém, este tem sido desenvolvido dissociado de estratégias de planejamento centradas em uma discussão ética sobre sustentabilidade, colocando em risco a integridade do patrimônio cultural e natural da região e causando expressivos efeitos de exclusão social das populações amazônicas com esse enfoque. A presente pesquisa buscou analisar como os atores locais do Núcleo do Cazumbá (Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema/AC) interpretam o ecoturismo, em seu panorama atual e futuro, e complementando esta análise com a percepção institucional sobre o tema. A escolha da categoria de manejo RESEX se justificou por essa se constituir em um modelo de área protegida genuinamente brasileira, sendo concebida sob a lógica de integração sociedade e natureza. Esta pesquisa se fundamentou em uma abordagem interdisciplinar, tendo o olhar psicossocial como seu fio condutor, a partir de análise qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental, observação simples e participativa, e realização de entrevistas semi-estruturadas e projetivas com interlocutores locais e institucionais selecionados. Os principais resultados obtidos revelaram que os moradores locais entendem o ecoturismo como potencialidade para o desenvolvimento local, em longo prazo. Mas para tal, é ainda necessária a sua mobilização e organização para que esta prática seja implementada, a partir da decisão coletiva e controle das ações empreendidas, com o compromisso de melhoria da qualidade de vida e proteção da biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, Desenvolvimento local, Participação Social, Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Núcleo do Cazumbá, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Nowadays, ecotourism is interpreted as a possible alternative for the local development in protected areas, especially considering principles of minimum impact and participation of the populations involved in the process. For the category of management Extractivist Reserve, especially in the Amazonia, the ecotourism has been also argued as a possibility of multiple use of the forest resources. However, this has been developed decoupled of strategies of planning focused in an ethical discussion on sustainability, jeopardizing the protection of cultural and natural patrimony of the region causing significant effect of social exclusion of the Amazonian populations. The present research analyzed as the local actors of the Nucleus of the Cazumbá (Extractivist Reserve of the Cazumbá-Iracema/Acre/Brazil) had interpreted the ecotourism, in their present and the future situation, and complemented this analysis with the institutional perception on the subject. The choice of the category of management RESEX if justified for this being model of genuinely brazilian protecting area, being conceived under the integration logic of society and nature. This research it's based on a boarding to interdisciplinarity, having the psicossocial look as its conducting, from qualitative analysis, based in bibliographical research, documents, simple and participative observation, and accomplishment of interviews half-structuralized and projective with selected local and institutional interlocutors. The main gotten results had disclosed that the local habitants understand the ecotourism like a potentiality for the local development. But for that, also are necessary mobilization and organization for the ecotourism will be implemented from this collective decision and control of the actions, under the commitment of improvement of the quality of life and protection of biodiversity.

KEY-WORDS: Ecotourism, Local Development, Social Participation, Extractivist Reserve do Cazumbá-Iracema, Núcleo do Cazumbá, Public Policies.

Dedico este trabalho às Populações Extrativistas da Amazônia, que vivem em desafio constante na busca de alternativas diversas para a melhoria de sua qualidade de vida e conservação da floresta.

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao Santo Expedito, por me fortalecer e proteger em todas as causas e urgências, que imaginei que seriam impossíveis de serem ultrapassadas.

Aos meus amados pais Edson e Terezinha, pelo amor incondicional, por me ensinarem a ser uma pessoa cada vez melhor, e também por acreditarem em meus ideais e proporcionarem condições afetivas e estruturais, com honestidade, para que estes se tornem realidade. Obrigada por TUDO!!! Sou muito feliz e orgulhosa de VOCÊS serem meus pais!!!

A Linda e Lincon pelo carinho com minha família, e, sobretudo por me proporcionar boas condições estruturais para me adaptar na “cidade grande” do Rio de Janeiro, pelos conselhos e torcida constante por meu sucesso.

A grande família Albertino e Moraes pelo amor, torcida, apoio e incentivo constante, bem como pela compreensão das inúmeras ausências nos encontros familiares.

Ao João Luiz Victal pelo crescente amor, dedicação, incentivo e compreensão nesta travessia.

A Marta Irving, com muito respeito e carinho, pela oportunidade de crescimento profissional e pessoal, pelo constante incentivo, amizade e compreensão, e principalmente por acreditar na proposta da presente pesquisa, desde quando nos conhecemos, sendo sua participação fundamental em todo o processo. Obrigada por tudo!!! Admiro muito sua garra, sutileza e diplomacia!!!

Ao amigo Aldeci Maia, conhecido como Nenzinho, líder comunitário nato, por me mostrar que a felicidade está na simplicidade da vida. Sendo ponto-chave desse trabalho, agradeço-lhe ainda toda a preciosa atenção dada, desde o Projeto Rondon, para a construção e concretização da presente dissertação. Admiro sua luta diária pela melhoria da qualidade de vida dos povos da RESEX do Cazumbá-Iracema. E aproveito novamente para lhe agradecer todas as energias envolvidas nesse trabalho, pelos ensinamentos de vida na Amazônia!!! E lembro-me de uma das nossas conversas, “se não conseguirmos realizar todos os nossos sonhos, que a gente tente ser feliz com o que foi conquistado e devemos acreditar sempre”.

Aos moradores do Núcleo do Cazumbá pelas longas conversas, aprendizados e emoções, especialmente a Joice, por me acolher carinhosamente junto à sua família. Vocês são especiais!!!

Ao Arlindo Gomes, chefe da RESEX neste período, pela confiança, orientação, pelas ricas discussões sobre a temática e, apoio institucional e logístico.

A super amiga Claudinha Cunha e Miguel, pelas longas conversas sobre esta pesquisa, onde pudemos resgatar boas lembranças das experiências em terras acreanas. Pelo importante incentivo emocional, profissional e institucional em cada etapa ultrapassada para a tão sonhada pesquisa de campo se tornar realidade. Pela injeção de perseverança nos momentos difíceis nesse processo. Pelas leituras sugeridas e correções dos textos dessa dissertação. E, obrigada por me mostrar, sutilmente, a “riqueza” de se trabalhar com as populações tradicionais na Amazônia.

Aos interlocutores institucionais, pela importante atenção e contribuição dada a este trabalho, principalmente a Cristiana Messias e Cirleudo Alencar (Secretaria de Meio Ambiente de Sena Madureira), ao Alexandre Cordeiro e Érika Pinto (Coordenação de RESEX e RDS/ICMBIO), ao Juan Negret (WWF), e a Liliana e Allan Milhones (PROECOTUR).

A Vera e família, pela amizade, incentivo e hospedagem em Rio Branco. É muito bom saber que faço parte da sua “Grande Família”.

A Laura Ferraz (IBAMA-AC), pela troca de experiência sobre os trabalhos realizados em FLONA e RESEX e pelos momentos divertidos em Sena Madureira, em conjunto com seus amigos. E aos demais colegas do Escritório Regional do IBAMA em Sena Madureira, pelo apoio ao levantamento de dados.

Aos professores do Programa EICOS, CPDA e IPPUR pelos ricos ensinamentos, e ao Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF) pelos ensinamentos iniciais sobre RESEX e disponibilização de seus livros sobre o tema.

As professoras Ruth Barbosa, Lilia Seabra e Rosane Prado pela atenção especial dada a presente pesquisa e incentivo.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS) pela amizade, momentos de descontração e rico trabalho coletivo.

Aos alunos (EICOS/2007) pelas discussões interessantes, troca de experiências e amizade.

A Carmem e Ricardo pelos momentos de descontração e apoio no desenvolvimento dos trabalhos no EICOS. Adoro vocês!

As minhas amigas mineiras Lívia e Flávia pelo apoio recíproco em todos os momentos de nossas vidas, mesmo com limitações geográficas.

As professoras Alice Arcuri, Luciana Bittencourt e Maria Lúcia Menezes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo incentivo na continuidade dos estudos em turismo.

A Luíza e Alessandro pela amizade e recepção mineiramente hospitaleira nestes dois anos no Rio.

A Karla Baldini pela hospedagem em Niterói, quando o Mestrado no EICOS ainda era um sonho e pelas considerações sobre a presente pesquisa.

Ao Colegiado e alunos do Curso de Turismo da UFRRJ, pela força na etapa final de conclusão desta dissertação.

Ao CNPq e WWF pelo fundamental apoio financeiro viabilizado para a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos deste Brasil, que a princípio estranharam o perfil “mineira, formada em turismo, faz mestrado no Rio, em Psicossociologia (hã), e estuda populações tradicionais no Acre?!”, e que depois entenderam que a ousadia desta pesquisa era para além da visão acadêmica, e assim contribuíram de forma direta ou indireta para que se chegasse até aqui.

Somos seres de relação: o ser humano surge para o encontro consigo mesmo, com o outro e com a natureza (BOFF, 1995).

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Apresentação: um convite ao tema----- | 17 |
| 1. Ecoturismo como veículo possível de desenvolvimento local em Áreas Protegidas----- | 27 |
| 1.1 Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local: enquadrando conceitualmente o tema----- | 27 |
| 1.2 Ecoturismo no contexto das Áreas Protegidas----- | 40 |
| 2. Para se pensar as Reservas Extrativistas na Amazônia: Unidades de Conservação genuinamente brasileiras----- | 55 |
| 3. Os Caminhos da Pesquisa: Procedimentos Metodológicos em Evidência----- | 71 |
| 4. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC)----- | 78 |
| 4.1 Histórico e contexto----- | 78 |
| 4.2 Núcleo do Cazumbá: breve contexto para interpretar o ecoturismo local----- | 94 |
| 4.2.1 Resposta local ao ecoturismo: Núcleo do Cazumbá em foco----- | 100 |
| 5. Ecoturismo: um caminho possível para a RESEX do Cazumbá-Iracema?----- | 165 |
| Referências bibliográficas----- | 174 |
| Apêndices----- | 186 |
| Anexos----- | 201 |

LISTA DE SIGLAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
AITR - Associação Italiana para o Turismo Responsável
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASSC - Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COIAB - Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
DIPLAN - Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DISAM - Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental
DIUSP - Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
DOU – Diário Oficial da União
ECOUC – Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação
EICOS – Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Acre
GEF - *Global Environment Facility*
GPS - Sistema de Posicionamento Global
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ - *German Technical Cooperation*
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KfW - *Kreditanstalt für Wiederaufbau*
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONG – Organização – não – governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PBBI – Programa de Biodiversidade Brasil-Itália
PIB – Produto Interno Bruto
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNE – Programa Nacional de Ecoturismo
PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT – Política Nacional do Turismo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROBIO - Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
PRODEX - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRORURAL - Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada
RAPPAM - *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*
RBE - Rede Brasileira de Ecoturismo
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDETURS - Rede de Destinos de Turismo Comunitário da América Latina
RESEX – Reserva Extrativista
RESEX CI – Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema
RFT - Fundo Fiduciário para as Florestas Tropicais
SBECOTUR - Sociedade Brasileira de Ecoturismo
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre
SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sena Madureira
SEME - Secretaria Municipal de Educação de Sena Madureira
SEPROF - Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar
SETUL - Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do Estado do Acre
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SMS - Secretaria Municipal de Saúde de Sena Madureira
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TIES – *The International Ecotourism Society*
TUSOCO - Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário
UC – Unidade de Conservação
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCED - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
WWF - *World Wildlife Fund for Nature*

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1: Composição do Conselho Deliberativo da RESEX do Cazumbá-Iracema----- | 87 |
| QUADRO 2: Variedades de Plantas Medicinais no Núcleo do Cazumbá----- | 108 |
| QUADRO 3: Inserções desejadas pelos atores locais no desenvolvimento do ecoturismo----- | 150 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| FIGURA 1: | Mapa de localização da RESEX CI----- | 79 |
| FIGURA 2: | Zoneamento da RESEX CI----- | 92 |
| FIGURA 3: | Placa da horta de Plantas Mediciniais----- | 107 |
| FIGURA 4: | Visão superior da horta----- | 108 |
| FIGURA 5: | Visão superior da horta----- | 108 |
| FIGURA 6: | Casa de farinha----- | 109 |
| FIGURA 7: | Produção da farinha----- | 110 |
| FIGURA 8 | Maria no manejo da farinha----- | 110 |
| FIGURA 9 | Galpão de armazenamento da castanha----- | 112 |
| FIGURA 10 | Amostra da castanha ensacada----- | 112 |
| FIGURA 11 | Criadouro de jabutis----- | 114 |
| FIGURA 12 | Criadouro de queixada----- | 114 |
| FIGURA 13 | Artesanato de borracha----- | 116 |
| FIGURA 14 | Artesanato de borracha----- | 116 |
| FIGURA 15 | Artesão e família----- | 116 |
| FIGURA 16 | Artesanato em etapa de produção----- | 116 |
| FIGURA 17 | Pousada Maloca----- | 117 |
| FIGURA 18 | Visão aérea dos chalés----- | 117 |
| FIGURA 19 | Açudes----- | 119 |
| FIGURA 20 | Açudes----- | 119 |
| FIGURA 21 | Processo de coleta do látex----- | 121 |
| FIGURA 22 | Visão aérea do Núcleo----- | 122 |
| FIGURA 23 | Entrevista com morador local----- | 188 |
| FIGURA 24 | Entrevista com morador local----- | 188 |
| FIGURA 25 | Entrevista com interlocutor institucional----- | 188 |
| FIGURA 26 | Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX----- | 188 |
| FIGURA 27 | Entrevista com morador local----- | 189 |
| FIGURA 28 | Entrevista com morador local----- | 189 |
| FIGURA 29 | Entrevista com morador local----- | 189 |
| FIGURA 30 | Entrevista com morador local----- | 189 |
| FIGURA 31 | Entrevista com morador local----- | 190 |
| FIGURA 32 | Entrevista com morador local----- | 190 |
| FIGURA 33 | Seminário com os moradores----- | 190 |
| FIGURA 34 | Seminário com os moradores----- | 190 |

APRESENTAÇÃO: um convite ao tema

A busca por modelos de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, que conciliem crescimento econômico, equidade social e conservação da biodiversidade constitui um importante desafio, no plano nacional e também global, diante de um modelo de desenvolvimento, baseado na economia capitalista e globalizada, e de interesses e ações conflituosas, em diferentes escalas geográficas.

Segundo Becker (2005), em nível global, a Amazônia é percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta, devido à sua alta biodiversidade. Em âmbito nacional, a percepção dominante é associada ao significado geopolítico da Amazônia, e elevado valor ecológico (capital natural). E, em nível regional e local, as populações demandam projetos governamentais de incentivo ao seu desenvolvimento, que se fundamentam nas peculiaridades locais, principalmente, no sentido de conter a forte pressão do desmatamento, ordenar o território e promover a melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, a busca pelo modelo de desenvolvimento da Amazônia brasileira se constitui em uma prioridade política, havendo consenso entre os socioambientalistas de que novos modelos, ciências e tecnologias, que considerem a importância do patrimônio natural e a cultura tradicional da região, sejam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento (BECKER, 2005).

Com este objetivo, importantes iniciativas estão em curso, na busca de alternativas para a superação dos problemas identificados na região, que incluem a baixa escolaridade, limitadas oportunidades para o desenvolvimento econômico, limitações de acesso às novas tecnologias de produção, dificuldade de escoamento de produtos locais, carência de infra-

estrutura básica, conflitos de terra e ausência de políticas públicas direcionadas às demandas de desenvolvimento local.

Neste sentido, as populações tradicionais da Amazônia se tornam protagonistas no processo, uma vez que tem seu modo de vida, baseado em um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados, principalmente, para sua subsistência e uso de tecnologias de baixo impacto, geradas e transmitidas pela tradição local (ARRUDA, 1999).

Dentre os grupos reconhecidos como populações tradicionais, os seringueiros, na busca pela superação destas dificuldades, em especial o conflito pela posse da terra, se mobilizaram para a criação de Reservas Extrativistas (RESEXs), sendo essas categorizadas como Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável (BRASIL, 2000), baseadas na economia extrativista, que orienta o uso múltiplo dos recursos florestais.

A proposta de Reserva Extrativista se originou no Movimento Seringueiro e foi concebida sob a lógica de integração sociedade e natureza. Este modelo de ocupação do território busca o uso racional dos recursos naturais renováveis e a proteção dos modos de vida e da cultura das populações tradicionais, sendo esse defendido por vários segmentos da sociedade civil organizada, como uma das alternativas para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ecológico da Amazônia.

Mas embora no contexto atual, a importância de populações tradicionais para a conservação da biodiversidade e para a manutenção de serviços ambientais tenha reconhecimento global, a consolidação do modelo RESEX exige ainda a superação de inúmeros desafios.

A consolidação dessa categoria de manejo de UC está diretamente relacionada à sua viabilidade econômica e à capacidade do extrativismo em garantir qualidade de vida às populações locais (COSTA, 2004). Para tal, a implementação efetiva das RESEXs requer

novas alternativas econômicas e tecnologias conjugadas a estudos de mercado (ALEGRETTI, 1994), que agreguem valor às suas práticas tradicionais e conservem o patrimônio natural regional.

Porém, são ainda limitados os financiamentos que apóiem as cadeias produtivas extrativistas e, além disso, o processo de implementação de uma RESEX é lento e dependente de organização social e política, e para o seu êxito, esse deve estar também associado a garantias de implantação de serviços essenciais, que ainda são precários na maioria das RESEXs, como saúde e educação básica (CNPT, 2006; ALLEGRETTI, 1987).

Neste sentido, desde o surgimento das RESEXs, várias tentativas de implementação de alternativas econômicas têm sido fomentadas para o seu desenvolvimento, em alguns casos com êxito. Mas, para o êxito de iniciativas dessa natureza, Murrieta e Rueda (1995) esclarecem que o uso múltiplo da floresta, por meio do aproveitamento de toda potencialidade de sua biodiversidade constitui o ponto-chave para a integridade desta categoria de manejo de UC.

Com este intuito, uma possibilidade de uso múltiplo da floresta é a prática do ecoturismo. Além de se constituir em uma importante alternativa econômica, o ecoturismo busca também o fortalecimento da cultura tradicional e a redução da pressão sobre os recursos naturais renováveis (MORAES & IRVING, 2007).

Sob esta ótica, o ecoturismo, entendido como modalidade sustentável de turismo, pode representar uma alternativa possível para a conservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, sobretudo por considerar princípios de mínimo impacto e participação das populações envolvidas, no que tange aos benefícios socioeconômicos gerados (IRVING, 2002a; BARROS & DINES, 2000).

É importante mencionar também que, na sociedade contemporânea, o turismo é reconhecido, como um dos setores econômicos de maior crescimento no mundo. Mas, na presente dissertação, turismo é interpretado como um fenômeno social complexo, que envolve o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas por motivos de lazer, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DENCKER, 2007).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), as estimativas para o turismo apontam para 1,6 bilhões de chegadas internacionais em todo o mundo, até 2020 (UNWTO, 2008). Neste contexto, o Brasil se encontra na 30ª posição no *ranking* de países mais visitados do mundo (SLOB & WILDE, 2008).

Mas em um cenário de crescente demanda por lazer, as estatísticas de turismo e o discurso oficial, freqüentemente, expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar e minimizar os impactos negativos socioambientais e culturais decorrentes deste processo (IRVING *et al*, 2005). Neste sentido, Ouriques (2005) aponta que o turismo tem reproduzido, ao longo dos anos, as contradições do sistema econômico vigente, aguçando a lógica do capital, quando se apropria dos espaços e seus recursos naturais e culturais. Mas Coriolano (2006) afirma que, assim como o turismo pode concentrar riqueza e renda, pode também distribuir, uma vez que tudo dependerá de como se desenvolvem as relações sociais de produção estabelecidas e, a partir disso, como se formam as relações de poder vinculadas à produção de espaços diferenciados.

Contudo, entre os estudiosos do fenômeno turístico, se discute a necessidade de ser assegurada a manutenção do destino turístico em bases sustentáveis¹, no tempo e espaço, com

¹ Sustentabilidade é compreendida na presente análise, de acordo com Marrul (2006), para o qual significa um novo projeto civilizatório, sendo, de forma integrada, *ambientalmente* sustentável no acesso e uso dos recursos naturais, *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover a justiça e a equidade, *culturalmente* sustentável na preservação de valores, práticas e símbolos que determinam a integração

processos equilibrados de funcionamento e fluxos, considerando-se a capacidade de carga social e ambiental, a conservação da biodiversidade, o envolvimento da população local nos processos de planejamento e gestão do turismo e a realização de parcerias (CORIOLANO, 2003), uma vez que nesse processo, há cada vez mais o interesse por segmentos de turismo ligados à natureza.

No que diz respeito ao ecoturismo na Amazônia, esse tem sido desenvolvido dissociado de estratégias de planejamento centradas em uma discussão ética sobre sustentabilidade, colocando em risco, freqüentemente, a proteção do patrimônio cultural e natural da região e causando importantes impactos de exclusão social das populações locais, como salientado por Cruz (1999). Assim, o ecoturismo surge na Amazônia como uma “projeção distante na economia local, como uma possibilidade remota no mundo globalizado”, mas se configura como questão central para a reflexão acadêmica e para a possibilidade de distribuição de benefícios pelo uso dos recursos naturais renováveis (IRVING, 2006, p.46). Isto demonstra que pesquisas sobre ecoturismo, como alternativa para o desenvolvimento local associadas às áreas protegidas, sobretudo aquelas que envolvem populações tradicionais, são essenciais no contexto atual de políticas públicas para a Amazônia, nas quais são discutidas alternativas sustentáveis para a subsistência das populações na região (MORAES & IRVING, 2007). É no sentido de contribuir para esta reflexão, que o tema do ecoturismo em Reservas Extrativistas passa a ser discutido na presente dissertação.

Este contexto inspira alguns questionamentos norteadores da presente dissertação: Como o ecoturismo poderia vir a se tornar uma alternativa possível para o desenvolvimento local e viabilizar o engajamento efetivo das populações locais nesse processo? E ainda, com a

nacional, *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos na tomada de decisão pública, e, que os objetivos *econômicos* de progresso sejam subordinados às leis de funcionamento da natureza e aos critérios para a melhoria da qualidade de vida.

crecente visitação em UCs, como superar o desafio de implementar o ecoturismo como prática consistente com as demandas locais em uma Reserva Extrativista?

Com o intuito de contribuir para esta discussão, esta pesquisa parte do pressuposto que a interpretação do olhar local é essencial para o êxito de qualquer iniciativa de desenvolvimento do ecoturismo.

Para melhor dimensionamento da pesquisa, adotou-se como Estudo de Caso a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Sena Madureira/AC), com foco no Núcleo do Cazumbá, localidade onde se desenvolve ecoturismo, de forma ainda embrionária, como uma possível alternativa econômica para o desenvolvimento local.

Com base neste Estudo de Caso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como os atores locais do Núcleo do Cazumbá interpretam o ecoturismo, em seu panorama atual e futuro. Para complementação da análise, em termos de viabilidade das propostas locais é também investigada a percepção² institucional sobre o tema.

Para a compreensão do ecoturismo no contexto do Núcleo do Cazumbá, a pesquisa se baseia nos seguintes objetivos específicos:

- Identificação da percepção da população local sobre a potencialidade do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local;
- Definição da base de atrativos, a partir do reconhecimento local e das suas principais referências culturais e naturais;
- Identificação das demandas locais para a implementação do ecoturismo;
- Interpretação do modo pelo qual a população local considera a sua participação no processo de desenvolvimento do ecoturismo;

² Alves (1995) ressalta que percepção é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações.

- Interpretação da visão institucional sobre a proposta de ecoturismo no Núcleo do Cazumbá.

A escolha do tema “Ecoturismo sob a ótica local em Reservas Extrativistas na Amazônia” é resultante do interesse pessoal, na busca da compreensão dos impactos que o turismo gera ou pode gerar às populações tradicionais residentes em áreas protegidas na Amazônia.

Os grupos humanos que vivem em UCs, que vêem o turismo como alternativa para o seu desenvolvimento, sempre constituíram tema de reflexão da pesquisadora, como estudante universitária, sobretudo após a convivência com os moradores da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, durante atuação no Projeto Rondon³; no período de monografia de final do Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora⁴, e já no exercício profissional, como Bacharel em Turismo⁵.

Outro ponto importante de inspiração para a presente pesquisa se relaciona ao fato de que, a maioria das pesquisas acadêmicas dedicadas ao turismo tem o enfoque mercadológico e operacional, sendo ainda limitado o campo de reflexão e questionamentos que contribuam para uma compreensão do turismo, para além do viés técnico e administrativo (BADIN *et al*, 2005), e, sobretudo para uma concepção de turismo como alternativa possível de

³ O Projeto Rondon é um projeto do governo federal coordenado pelo Ministério da Defesa, que tem como objetivo aproximar o estudante universitário da realidade brasileira, contribuindo para a formação de sua responsabilidade social e patriotismo e para a busca de soluções para os problemas sociais da população – particularmente em áreas de maior índice de pobreza e exclusão social, ou mais isoladas – ajudando na formulação de políticas públicas locais, participativas e emancipadoras, viabilizando, desta forma, a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (www.defesa.gov.br). Participei da Operação Amazônia 2006, no município de Sena Madureira - Acre, onde fica localizada a Resex do Cazumbá-Iracema, no período de 03 a 19 de fevereiro, com atuação na linha de Desenvolvimento Local Sustentável e Gestão Pública.

⁴ MORAES, E. A. de. **Oportunidades Recreativas: estudo de caso do Parque Nacional do Itatiaia**. Juiz de Fora: UFJF/DEPTUR, 2006. Monografia (Graduação em Turismo).

⁵ Outra forma de aproximação com o tema foi durante a pesquisa desenvolvida no Projeto Ressurgência - Gestão Socioambiental da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo para o Ecodesenvolvimento, do Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão de Produção, do Programa de Engenharia de Produção, sob patrocínio do Programa Petrobras Ambiental (www.ressurgencia.org.br).

desenvolvimento local, associado à análise das relações socioambientais geradas e reinventadas entre pessoas e localidades.

Esta pesquisa inspirou-se ainda na atuação profissional em Sena Madureira, no Projeto Rondon – Operação Amazônia 2006, a partir da elaboração do Inventário da Oferta Turística do Município, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer do Acre, quando a pesquisadora investigou, parcialmente, o olhar da população local e dos interlocutores governamentais sobre a possibilidade de desenvolvimento turístico e as potencialidades locais. Esse Inventário foi o primeiro estudo realizado sobre a potencialidade turística da região⁶. Os resultados alcançados nesse trabalho foram, na ocasião, incorporados ao Plano de Ação, vinculado ao Plano Diretor Participativo Municipal, os quais indicaram a potencialidade regional cultural e natural para o desenvolvimento turístico.

Esta experiência proporcionou à pesquisadora um “encontro na floresta”, o que justifica o título desta dissertação, e que remete ao estudo de Pimentel (2007), que considera o turismo como a arte do “encontro” e o estabelecimento de vínculos, entendidos no contexto do que Mauss (2003) denominou de “paradigma da dádiva”. Assim, o “encontro” entre a pesquisadora (a turista) e os moradores do Núcleo do Cazumbá (os anfitriões) envolveu uma troca de valores, que estabeleceu nova forma de perceber e interpretar a dinâmica local, considerando, fundamentalmente os valores locais, no sentido da concepção de turismo que se deseja construir. E, para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo (PIMENTEL, 2007). Esta experiência possibilitou também o conhecimento real da realidade amazônica e inspirou também os questionamentos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

⁶ Sena Madureira não é ainda prioridade do Governo do Estado do Acre para investimento em turismo. A equipe do projeto Rondon, naquela ocasião, foi quem articulou com os interlocutores do poder público estadual para discussão sobre a possibilidade de desenvolver iniciativas de planejamento turístico nesse município.

Além disso, vale ressaltar que o tema da presente dissertação de mestrado tem importante rebatimento pelo contexto atual de políticas públicas de proteção da natureza, que privilegiam a expansão do modelo RESEX.

Para tentar refletir sobre as questões mencionadas, a presente dissertação foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo se discute o embasamento conceitual que orienta o tema do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local, e se contextualiza o ecoturismo em áreas protegidas, na interface das políticas públicas de proteção da natureza e turismo, direcionadas à região amazônica. O segundo capítulo descreve a gênese e o contexto atual de implementação da categoria de manejo Reserva Extrativista. O terceiro capítulo delinea os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quarto capítulo descreve o estudo de caso e discute os resultados da pesquisa. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações para o desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.

É importante destacar ainda, que esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vinculada ao Eixo I do Programa: Comunidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e na linha de pesquisa Turismo Verde: Indicadores Sociais e Econômicos e Iniciativas de Base Comunitária, do Grupo de Pesquisa “Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social”, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A escolha pelo Programa EICOS para o desenvolvimento desta pesquisa se baseou nas peculiaridades da temática estudada, que se fundamentou em uma abordagem interdisciplinar, tendo o olhar psicossocial como seu fio condutor, envolvendo a leitura do sistema de relações

e representações entre grupos humanos e a configuração de subjetividades, neste caso, compreendendo o turismo como fenômeno social complexo.

A pesquisa foi desenvolvida com o apoio da bolsa de mestrado, obtida em seleção pública do Edital MCT/CNPq – 027/2007 (Processo n° 133954/2008-0) e apoio financeiro aprovado em edital de chamada 2008, do *Prince Bernhard Scholarships Fund for Nature Conservation*, da *World Wildlife Fund for Nature – WWF (Project Number: 9Z0533.01)*.

A presente investigação seguiu os trâmites legais, previstos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para autorização da realização de pesquisa em UCs. Esta pesquisa foi autorizada, sob o termo n° 12378-1, emitido em 30 de junho de 2008 e válido até 30 de junho de 2009, registrado no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), e no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, em sua nona reunião extraordinária, ocorrida no dia 11 de junho de 2008.

1. Ecoturismo como veículo possível de desenvolvimento local em Áreas Protegidas

1.1. Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local: enquadrando conceitualmente o tema

O ecoturismo, tal como se discute na contemporaneidade, origina-se nas décadas de 1970 e 1980, na mesma época em que o movimento ambientalista conquista muitos adeptos a favor da proteção da natureza e, a questão ambiental passa a fazer parte das preocupações de diferentes instâncias políticas globais, desde governos locais até os grandes organismos internacionais, entrando definitivamente na agenda dos grandes temas estratégicos mundiais. Isto ocorre, principalmente, com a publicação do Relatório *Bruntland*⁷, em 1987, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o qual chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se buscar novas formas de desenvolvimento, que atendesse as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Desta forma, com o despertar da sociedade global para a preservação de áreas naturais para as gerações futuras, ocorre uma expressiva mudança nos valores associados à relação entre sociedade e natureza (RODRIGUES, 2003). A natureza intocada torna-se pretexto para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, e passa a ser um “argumento comercial valioso” (LIMA, 2003, p.71). E, o ecoturismo tendo como inspiração o ambiente natural preservado, passa a ser então interpretado, como uma possibilidade para a minimização da degradação dos recursos naturais e para o uso do ambiente natural de forma sustentável (KINKER, 2002).

⁷ Conhecido também como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum).

Neste contexto, surge progressivamente uma nova demanda de turistas, cada vez mais interessados em conhecer destinos ligados à natureza preservada, na busca de alternativas às formas convencionais de turismo.

A partir da busca cada vez maior pelo contato com a natureza, as operadoras de turismo começam a trabalhar com destinos turísticos associados à natureza preservada, buscando no “eco”, um diferencial de mercado para fomentar ecoturismo. Assim, o aumento de demanda pelo ecoturismo é acentuado, sobretudo na década de 1990, atingindo países da América Latina (como o Brasil), África e Ásia, e principalmente, os países pioneiros nesta prática, como o Peru, Costa Rica, Senegal e Suriname (PIRES, 2002).

Nesta época, há também um crescente interesse neste tema, por parte da esfera governamental, principalmente nos países em desenvolvimento, que percebem a potencialidade do ecoturismo de geração de renda, divisas, emprego para a mão-de-obra local, além, da própria conservação da biodiversidade⁸.

As organizações - não - governamentais (ONGs) passam também a se inserir na discussão sobre ecoturismo. As ONGs ambientalistas reconhecem nessa prática, grande potencial de arrecadação de recursos financeiros para a conservação da natureza, além da oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de educação ambiental (PIRES, 2002). Desta forma, as ONGs passam a ser um dos principais segmentos sociais envolvidos com a prática e a discussão sobre conceitos e ferramentas de ecoturismo (RABINOVICI, 2008).

Em relação à dimensão conceitual vinculada ao ecoturismo, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) adota o seguinte conceito:

⁸ Definida pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992) como “a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas”. A diversidade biológica é também uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para culturas tradicionais (DIEGUES *et al*, 2000).

Ecoturismo consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza, juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais (CEBALLOS-LASCURÁIN⁹, 2002, p.27).

Uma definição de ecoturismo, também bastante referenciada, é aquela adotada pela *The International Ecotourism Society (TIES)*, que o define como: "*Responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the well-being of local people*" (TIES, 1990).

O reconhecimento em nível mundial, da importância econômica, social e ambiental do ecoturismo, se consolidou com a designação do ano de 2002, como o Ano Internacional do Ecoturismo, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio da Organização Mundial de Turismo. Esse reconhecimento visou estimular governos, empresários, populações receptoras e os próprios turistas a dedicarem mais esforços para que o ecoturismo seja uma alternativa possível de desenvolvimento local (COSTA, 2002).

Em Agosto de 2002, no âmbito da Cúpula Mundial Rio+10, em Johannesburgo, foram discutidas e estabelecidas recomendações para a implementação do ecoturismo, sendo essas oficializadas com a Declaração de Québec¹⁰, e elaboradas por especialistas envolvidos com o tema, representados por vários segmentos da sociedade civil. Este documento é o atual norteador de políticas internacionais referentes a esta temática, até o ano de 2012.

No Brasil, já em 1994, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu representantes do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, além do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), do

⁹ Héctor Ceballos-Lascuráin é amplamente reconhecido como o primeiro estudioso a usar o termo ecoturismo. Na década de 80, ele empregou o termo em debates, como presidente da ONG Pronatura e diretor-geral do SEDUE, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Ecologia do México.

¹⁰ Sua elaboração foi iniciada em 22 de maio de 2002, na Conferência Mundial de Ecoturismo, no Canadá.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e de empresários e especialistas no tema, elaborou “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”¹¹, considerando a seguinte conceituação para ecoturismo:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

Desta forma, ecoturismo não é apenas interpretado como uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção de turismo, tanto como prática social como econômica. Assim, o ecoturismo é fenômeno social (IRVING, 2008) e tem também como objetivo viabilizar a melhoria das condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo, em que visa minimizar os impactos sobre os recursos naturais e culturais, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um ambiente natural e cultural com esta prática (DIAS, 2003).

Neste sentido, Nelson & Pereira (2004) apontam sete elementos que caracterizam a prática do ecoturismo:

- Envolve viagens a destinos naturais;
- Minimiza impacto a partir de uma conduta consciente;
- Incentiva uma consciência ambientalista;
- Promove benefícios econômicos diretos para a conservação;
- Fornece benefícios financeiros e poder de decisão para os moradores locais;
- Respeita a cultura local;

¹¹ Outro documento importante no contexto brasileiro é “Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo de São Paulo” (1997).

- Apóia os direitos humanos e o processo democrático.

Porém, estes princípios não parecem de fácil aplicação, sobretudo em curto prazo, uma vez que para o seu cumprimento devem contar com o compromisso do setor público, privado, organizações da sociedade civil e da academia.

Mas o ecoturismo, mesmo sendo qualificado pelo prefixo “eco”, freqüentemente designa apenas uma prática convencional de turismo dirigido às áreas naturais, geralmente ocasionando problemas, como expulsão e marginalização de populações locais, poluição e degradação dos recursos naturais, expropriação e ocupação do território pelo empresariado turístico, degradação de culturas tradicionais, entre outras conseqüências (GOMES, 2003).

Na realidade, a busca pela “venda” da natureza como “produto de mercado”, faz com que toda e qualquer atividade nela desenvolvida, seja rotulada como ecoturismo. Trannin (2005), neste sentido, discute que a natureza é transformada pela mídia, em desastre ou paraíso. A imagem da natureza como paraíso alimenta o marketing no ecoturismo, tendo como foco o mercado e não a conduta consciente do turista no ambiente natural.

Nesta perspectiva, Fennel (2002, p. 175) assinala que o ecoturismo “foi reembalado e produzido em massa, na expectativa de aumentar sua participação no mercado”. Neste contexto, surge a emergência de um perfil de demanda elitizada pelo ecoturismo, associado a um público capitalizado e disposto a pagar pelo “encontro” com o ambiente natural, inflacionado pela comoditização da natureza (IRVING, 2008).

No entanto, para além do mercado, o ecoturismo busca, geralmente, “o contraponto com a realidade cotidiana, a oportunidade de experiência integral de valor afetivo, a partir da interação do sujeito com os recursos naturais e culturais de um destino, tendo a natureza como principal fator inspirador de deslocamento” (IRVING, 2008, p. 04). Assim, em tese, o ecoturista “não é um turista qualquer”. Por definição, esse ecoturista se pauta na conduta

consciente, na busca de experiências diferenciadas, que visem à conservação do patrimônio natural e cultural, com a expectativa de que a sua prática turística venha a contribuir para o desenvolvimento local (CORIOLANO, 2003, p. 124). E, ainda os ecoturistas são participantes do cotidiano do destino visitado (COSTA, 2002).

Neste sentido, Irving (2008, p. 06) ressalta que, em planejamento ecoturístico, o ecoturista não pode ser visto apenas como agente passivo de um processo decidido por empresas de turismo e viagens, nem como figurante da pressão do mercado “ecologicamente correto”, mas como agente de transformação social e proteção da natureza, capaz de determinar mudanças no processo socioeconômico de um determinado lugar turístico.

Portanto, o papel do ecoturista é importante no processo de planejamento, sobretudo por essa prática ser reafirmada pelas estatísticas dos órgãos oficiais internacionais e nacionais, com um crescimento da demanda da ordem de 20% ao ano, superando as taxas de crescimento do turismo em geral (MITRAUD, 2003).

Mas no caso do Brasil este panorama parece ser diferente. Em 2000, a Embratur realizou um estudo sobre demanda turística internacional para o Brasil, o qual investigou também a demanda pelo ecoturismo. Este estudo revelou que a motivação para a viagem dos ingressos no país, em 2000, foi de 57% por turismo e 23% por negócios. No primeiro caso, o fator decisivo para a escolha do país esteve relacionado aos seus atrativos em geral, e desses apenas 14% foram diretamente relacionados ao ecoturismo. A entrada de turistas, em 2000, chegou a 5,3 milhões, porém, destes poucos visitaram os locais designados como pólos do ecoturismo no Brasil (MAGALHÃES, 2001).

Estes dados indicam que o ecoturismo no Brasil e, em especial na Amazônia, não está ainda consolidado como alternativa no mercado. Cabe ressaltar ainda, a dificuldade do êxito do desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, por exemplo, pelos altos custos envolvidos

em deslocamento e dificuldades de acesso, o que tende a restringir e selecionar o perfil do turista, mesmo que, no panorama mundial, o crescimento da demanda pela prática do ecoturismo tenda a ser superior às taxas de crescimento do turismo em geral (GTC/PROECOTUR/MMA, 1998).

Também é preciso considerar que o Brasil é um destino, cuja oferta se associa a preços elevados para o ecoturismo, em relação à diversidade de destinos turísticos disponíveis mundialmente (IRVING, 2008). Porém, o Brasil está associado a peculiaridades importantes como diferencial no imaginário coletivo, como a marca “Amazônia” e a sua cultura. E, ainda segundo Irving (2008, p. 11), “o diferencial, em termos de competitividade e atratividade para o ecoturismo, se vincula muito mais à cultura (e, portanto, ao fator humano), do que propriamente ao patrimônio natural”.

Mas muitos estudiosos envolvidos na discussão sobre o tema criticam a maneira pelo qual o ecoturismo vem sendo difundido no Brasil e no mundo. O Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, bem como documentos da OMT apontam que, em sua origem, o ecoturismo é realizado por pequenos grupos, em uma prática de mínimo impacto, de modo que proporcione conhecimento e interpretação do patrimônio natural e cultural, e interação com o modo de vida local (MITRAUD, 2003). Mas nesse enfoque é importante ressaltar que este se baseia, principalmente, na conduta ética do turista no local visitado. Por esta razão, não se interpreta ecoturismo apenas sob o viés econômico, mas com base em suas interfaces social, cultural e ambiental, além do compromisso de desenvolvimento das populações envolvidas, com práticas educativas e uma infra-estrutura compatível com os propósitos de conservação da natureza (WEARING & NEIL, 2000). Mendonça & Irving (2004) mencionam que, um dos desafios, neste sentido, é a mobilização e engajamento político das populações receptoras no processo de desenvolvimento do ecoturismo.

Mas, ainda não parece haver consenso sobre uma definição universalmente consolidada de ecoturismo, uma vez que diferentes segmentos sociais expressam em sua apropriação seus próprios interesses. Mas parece ser consenso entre os pesquisadores que ecoturismo implica o compromisso de conservação da natureza e melhoria da qualidade de vida das populações receptoras, como fontes inspiradoras (SEABRA, 2001).

Neste sentido, Irving (2002a, p. 53) menciona que, pelo fato do conceito de ecoturismo estar ainda em construção e em debate, “a sistematização de dados e a própria avaliação crítica de desempenho de iniciativas e projetos” com esse objetivo não é simples. E, para essa autora, comumente, o conceito tem sido utilizado de forma equivocada, “para qualquer tipo de turismo, no qual o bem natural é o atrativo, mas os compromissos de sustentabilidade não parecem claros”. Assim, diversas terminologias se confundem com as noções de ecoturismo, como turismo de aventura, turismo de natureza, ou ainda turismo ecológico, sustentável, agroturismo ou turismo rural, turismo verde, turismo em áreas naturais, entre outros.

Ainda assim, devido ao seu potencial inclusivo e de conservação da natureza, o ecoturismo, nos anos recentes, tem sido mencionado como alternativa importante para a promoção do desenvolvimento local, uma vez que desenvolvimento não implica apenas a esfera econômica, mas principalmente o fator humano, e esse é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, segundo Coriolano (2003).

Desta forma, partindo-se do princípio, que o ecoturismo representa um veículo potencial para desenvolvimento local, é necessário que se discuta conceitualmente este tema como campo de reflexão da presente pesquisa.

Neste sentido, Coriolano (2003) e Carvalho (2002) defendem a necessidade de se repensar o desenvolvimento a partir de uma conceituação mais humana. Sob esta ótica,

Carvalho (2002) menciona a importância de se pensar desenvolvimento local¹² como um novo enfoque de desenvolvimento, baseado e fundamentado, tanto na dimensão endógena, que enfatiza as necessidades internas das populações de determinado ecossistema, quanto na dimensão exógena, que visa, por sua vez, uma mudança no contexto social a partir da inter-relação do homem com seu hábitat.

Buarque (2002, p.25) também contribui para esta discussão, definindo desenvolvimento local como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da comunidade em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Nesta linha de pensamento, pode-se interpretar desenvolvimento local como processo de mudanças, sobretudo qualitativas, a ser construído sob a ótica local, que permite “a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa autogerir-se” (CARESTIATO, 2000), sendo estimulado e fortalecido o seu potencial social, cultural, econômico, ambiental e político; e, sobretudo, o seu bem-estar social. Nesse caso, os recursos endógenos são entendidos sempre como ponto de partida e nunca como ponto de chegada, e desenvolvimento local tem que ser reconhecido como um processo que não ocorre em curto prazo, envolvendo uma série de transformações e de estratégias que venham a promovê-las (IRVING, 2003).

Segundo Oliveira (2001, p. 13), desenvolvimento local “é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania”. Assim, a idéia de cidadania passa a ser norteadora na tentativa de se mensurar processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida, e se associa ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, contrariamente ao “indivíduo-massa”. Portanto, “o desafio de desenvolvimento

¹² Considera-se o local como o socialmente construído, o “espaço onde se conformam comunidades e constroem-se de identidades territoriais” (COELHO & FONTES, 1998 *apud* IRVING, 2003).

local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Contudo, entre os diversos desafios e obstáculos a serem superados para a construção de uma alternativa de ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento local, a participação social se constitui em elemento central para o êxito de iniciativas dessa natureza (BENI, 2004; CORIOLANO, 2003; IRVING, 2002; SAN SOLO 2003).

O conceito de participação social é entendido por Loureiro (2005, p. 23), como

um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos.

Loureiro (2004) compreende ainda que este processo envolve o compartilhamento do poder, o respeito ao outro e a garantia de igualdade na tomada de decisão.

Neste sentido, participação social é condição primordial para que determinados atores sociais mobilizem seu próprio potencial, representem agentes sociais ao invés de atores passivos, gerenciem os recursos, tomem decisões, realizem e controlem as atividades que afetam a sua vida (BRANDON, 2002).

Desta forma, o engajamento¹³ das populações locais no processo de desenvolvimento local, potencialmente promovido pelo ecoturismo, constitui um passo essencial para a transformação de sua realidade. Como aponta Sawaia (1996), os valores comunitários devem ser internalizados, pensados e sentidos como necessidade e projeto individual para se transformarem em ação, uma vez que os grupos humanos de um determinado lugar conhecem

¹³ Bauman (2003, p. 78) se refere ao engajamento como: “estreitos laços entre os membros da emergente ‘comunidade de interesses’ e contato permanente com aqueles que supostamente ameaçam tais interesses”.

a sua região de inserção, conseguem identificar as reais demandas locais e também propor caminhos para se alcançar o bem-estar coletivo.

Mas é interessante ressaltar que, segundo Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 29), comunidade¹⁴ “não é meramente sentimental, tampouco se deixa reduzir a um simples espaço de fronteiras geográficas ou a uma estrutura organizacional formulada tecnicamente”. Isto porque as necessidades das populações humanas não são homogêneas, e por isso a sua participação efetiva, não só na identificação de suas necessidades, como também na resolução dos seus problemas, constitui um dos fundamentos do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local.

Portanto, Bauman (2003, p. 71) argumenta que “a luta pelos direitos individuais e sua alocação resulta numa intensa construção comunitária”, a partir do seu “poder interior de despertar e conduzir os homens uns aos outros, face a face”, dando forma à coletividade em processo de transformação contínua, conforme Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 29). E isso não significa destruir costumes tradicionais, mas agregar e, ou criar novos valores e práticas. Assim, para que a comunidade se efetive, cada um de seus membros deve confirmar o outro na ação recíproca que se instaura no diálogo (SAVILOLO, DELAMARO & BARTHOLO, 2005).

Este diálogo é proporcionado pela participação social e quando essa é efetiva no processo de desenvolvimento do ecoturismo, esse se torna uma experiência transformadora, podendo tornar as pessoas mais reflexivas a seu respeito e provocar a revisão de questões que afetam o seu futuro e dos recursos naturais dos quais dependem (STRONZA, 2001).

¹⁴ Nesta pesquisa adotou-se o conceito de comunidade defendido por Sawaia (1996, p. 48), na qual contém “valores específicos que permitem o amadurecimento e desenvolvimento das potencialidades humanas nos espaços particulares do cotidiano”, da passagem da universalidade ética humana à singularidade do gozo individual. Assim, todos os membros de relação devem ter legitimidade para se fazer ouvir e a capacidade argumentativa para participar da construção do coletivo, para que uns não se alienem no outro.

Participação social provoca também um efeito psicológico sobre os que participam em um determinado processo, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992).

Segundo Pateman (1992, p.40), para Rousseau o exercício da participação social tende a consolidar o “valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor”. O processo participativo assegura também, que nenhum homem ou grupo seja senhor de um outro, uma vez que todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei. Neste processo, as decisões coletivas são aceitas mais facilmente pelo indivíduo. Outro efeito da participação social é o de integração, uma vez que “ela fornece a sensação de que cada cidadão isolado pertence à sua comunidade”. Mas Pateman (1992, p.46) enfatiza ainda que, para Mill “é a nível local que se cumpre o verdadeiro efeito educativo da participação”, pois é nessa esfera que as questões tratadas afetam diretamente o indivíduo e sua vida cotidiana.

Sob esta visão, Peterson e Romano (1999) ressaltam que a participação social na elaboração de instrumentos de planejamento no âmbito governamental, e o enfoque das peculiaridades locais no processo de desenvolvimento são aspectos essenciais para o êxito de projetos que buscam um modelo de desenvolvimento ético e equilibrado da sociedade civil.

E Irving (2002) menciona ser a participação social real garantia de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. A autora argumenta que “pensar transversalmente universos de referências sociais e individuais significa abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção de realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva e no poder da participação” (IRVING, 2002, p.45).

Assim, no caso de projetos ecoturísticos, as populações locais devem discutir suas prioridades e identificar o tipo de turismo que desejam desenvolver, que passos deverão ser dados com este objetivo, que concessões estarão dispostas a fazer, e quais os elementos inegociáveis de sua postura relacional. Isto implica na necessidade de garantir, localmente, a pluralidade possível de idéias e controvérsias, e aceitar que estes são elementos constitutivos do princípio dialógico, que envolve incerteza e risco (SAVIOLO, DELAMARO & BARTHOLO, 2005).

Com base neste argumento, a presente dissertação parte do princípio que o ecoturismo pode representar uma alternativa possível para o desenvolvimento local, se os benefícios socioeconômicos gerados se relacionarem ao compromisso de conservação do patrimônio cultural e natural e permitirem que a população local seja inserida no processo de planejamento e gestão como protagonista.

1.2. Ecoturismo no contexto das Áreas Protegidas

A presente discussão parte da interpretação do ecoturismo como fenômeno social, tendo a natureza como fonte inspiradora para o deslocamento da origem, conforme defendido por Irving (2008).

Mas para se pensar o tema do ecoturismo em áreas protegidas, é importante mencionar que as áreas naturais, em particular aquelas protegidas legalmente, constituem grandes atrações, tanto para os habitantes da própria localidade, como para turistas de todo o mundo, que vem a estas regiões em busca de paisagem, fauna, flora e elementos culturais existentes na área (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2002).

A criação destas áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade, no plano global, de acordo com os compromissos centrais assumidos pela Convenção da Diversidade Biológica (1992).

A UICN define áreas protegidas como:

área terrestre e, ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos (BELTRÁN, 2000, p. 03).

Conforme a lista de áreas protegidas da UICN, a extensão da superfície terrestre coberta por essas áreas engloba, atualmente, aproximadamente 17 milhões de km², correspondendo a 12% da superfície terrestre (GALVIN & HALLER, 2008). E, no plano nacional, as áreas protegidas abrangem atualmente, cerca de 1.112.000 km², o que representa mais de 10% da superfície terrestre brasileira (IBGE, 2008). O bioma Amazônico, foco da presente dissertação, engloba mais de 15% de sua área total em UCs federais, como também possui as maiores UCs em extensão territorial (IBGE, 2008).

No Brasil, país de megadiversidade biológica¹⁵, o ecoturismo tende, portanto, a representar uma importante alternativa para o desenvolvimento local e contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB). Nessa perspectiva, o ecoturismo em áreas protegidas emerge no país, como questão central em planejamento turístico, “no sentido de que pode se constituir em importante alternativa para a conservação da biodiversidade, promoção da inclusão social e redução da pobreza” (IRVING *et al*, 2008a, p.03).

As áreas protegidas, no caso brasileiro¹⁶, incorporam as unidades de conservação¹⁷, terras indígenas, reservas quilombolas, além de áreas de preservação permanente e reservas legais.

Segundo o arcabouço legal vigente, as unidades de conservação são criadas mediante ato do poder público, com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico-científicas e socioeconômicas que justificam sua criação.

No Brasil, para orientação da criação, implantação e gestão das UCs foi estabelecido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, com o objetivo de criar critérios e normas para as UCs no território brasileiro. O SNUC é constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2000).

O SNUC estabelece dois grupos de UCs com objetivos específicos, são eles: I - Unidades de Proteção Integral¹⁸ e, II - Unidades de Uso Sustentável¹⁹, e além dos objetivos de

¹⁵ O Brasil compõe o grupo de 12 nações que abrigam 70% da biodiversidade total do planeta (IBGE, 2008).

¹⁶ Para melhor desdobramento sobre a evolução e consolidação do modelo brasileiro de proteção da natureza, ver Medeiros *et al* (2004).

¹⁷ Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração do qual aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

¹⁸ Seu objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei 9985/2000. Este grupo é composto pelas categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

preservação e conservação da natureza, o SNUC busca, conforme os objetivos das categorias previstas nesta Lei,

favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (Artigo 4º, item XII);

proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Artigo 4º, item XIII).

Desta forma, em algumas Unidades de Conservação²⁰ é permitida a visitação, mas o ecoturismo deve ser desenvolvido segundo as diretrizes que regulamentam essa prática em cada categoria de UC. Para isso, segundo Irving (2002a) é importante que esteja clara a distinção com relação às tipologias de UCs e suas potencialidades e, ou restrições para o ecoturismo. Nesse sentido, as UCs de Uso Sustentável, por permitirem o uso racional de recursos naturais renováveis são compatíveis com as possibilidades de visitação para lazer, recreação e, ou ecoturismo.

Para apoiar esta discussão, no âmbito das políticas públicas de proteção da natureza, é interessante mencionar que além do SNUC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) constituem também importantes dispositivos para se pensar o ecoturismo em áreas protegidas.

O PNAP, instituído pelo Decreto 5.758/2006, representa o desdobramento do SNUC e visa orientar o desenvolvimento de estratégias para o estabelecimento de um sistema

¹⁹ Objetiva compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais, permitindo o uso direto de determinadas áreas dessas UCs. Este grupo constitui-se de: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

²⁰ Ao todo o ICMBIO gerencia 169 UCs de Uso Sustentável e 130 UCs de Proteção Integral, totalizando 299 UCs federais (ICMBIO, 2009).

abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativas, efetivamente manejadas e integradas a áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015 (BRASIL, 2006b). Este documento estabelece diversos princípios e diretrizes que ilustram uma perspectiva de integração sociedade e natureza, entre os quais se destacam:

- III- Valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza;
- VII - Reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da biodiversidade;
- VIII - Valorização da importância e da complementariedade de todas as categorias de UCs e demais áreas protegidas na conservação da biodiversidade;
- IX - Respeito às especificidades e restrições das categorias de UCs do SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes quilombolas;
- XII - Repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais;
- XIII - Desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável dessas áreas;
- XIV - Reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;
- XV - Sustentabilidade ambiental como premissa do desenvolvimento;
- XVI - Cooperação entre União e os Estados, Distrito Federal e os Municípios para a implementação e gestão de UCs;
- XVIII - Pactuação e articulação das ações de estabelecimento e gestão das áreas protegidas com os diferentes segmentos sociais;
- XX - Promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno dessas áreas.

Estes princípios são considerados como norteadores das ações para potencializar o papel das UCs e demais áreas protegidas, em associação às demandas de desenvolvimento local (BRASIL, 2006b).

Regulamentada pelo Decreto 6.040/2007, a PNPCT também avança com o objetivo de contribuir para a discussão dos direitos dos povos e comunidades tradicionais²¹ em UCs, e

²¹ A lei 6.040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais) define povos e comunidades tradicionais “como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais,

para a promoção de melhoria da qualidade de vida desses grupos humanos nas gerações atuais e futuras (BRASIL, 2007d). Alguns objetivos específicos dessa política são mencionados a seguir:

- I - Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, conhecimento e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam;
- II - Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de UCs de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de UCs de Uso Sustentável;
- III - Implantar infra-estrutura adequada às realidades socioculturais e demandas locais;
- V - Garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
- X - Garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos tradicionais nas instâncias de controle social;
- XI - Garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados para os povos e comunidades tradicionais;
- XVII - Apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Com estes objetivos, a PNPCT representa uma inovação na esfera política de proteção de natureza, e reafirma o compromisso de gestão participativa de áreas protegidas no Brasil. No entanto, embora as políticas públicas nacionais busquem orientar e fortalecer a gestão de UCs, existem ainda alguns desafios para a implementação efetiva destas políticas e programas, considerando as peculiaridades locais (IRVING *et al*, 2008).

Em relação às políticas públicas de turismo é importante destacar, neste contexto, a Política Nacional de Turismo (PNT)²², a qual foi definida pela Lei 11.771/2008. Esta política

como condição para sua reprodução cultural, social, religiosas e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007d).

²² Esta Lei orienta também os princípios do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 “Uma viagem de Inclusão”, o qual entende o turismo como fator de construção da cidadania e da integração social, e passando a compreender a economia de forma integrada aos aspectos sociais, culturais e ambientais.

representa um importante avanço nas políticas de turismo, uma vez que, pela primeira vez, diretrizes para o seu desenvolvimento são regulamentadas. A PNT estabelece, entre as suas atribuições, a promoção, descentralização e regionalização do turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejá-lo em bases sustentáveis e com a efetiva participação social no processo. No que tange às UCs, esta lei busca propiciar a prática turística em áreas protegidas, como veículo de educação ambiental e baseada em uma conduta de mínimo impacto e compromisso de proteção do patrimônio natural e cultural (BRASIL, 2008a).

Pensando a questão amazônica, é importante interpretar também o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal (PROECOTUR), o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal (PROECOTUR)²³, foi lançado em 2000, envolvendo ações do governo federal, com recursos do próprio Estado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Este programa teve como objetivo:

Promover o desenvolvimento sustentável da região Amazônica por meio do ecoturismo estabelecendo diretrizes e meios para sua implementação nos Estados. Maximizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a criar empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradem o meio ambiente (BRASIL, 2007g, p. 38).

Segundo Cruz (2002), este Programa se justificou, principalmente, pela vastidão da floresta, baixa densidade do território regional e carência de infra-estrutura básica e turística, e buscou também ofertar os destinos turísticos nesta região a uma demanda de turista internacional.

²³ O PROECOTUR abrange nove estados componentes da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

No contexto da discussão do PROECOTUR, no sentido de orientar a prática do ecoturismo em UCs, em 2004, foi elaborado o Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE), que teve como objetivo definir um conjunto de “melhores práticas” e se tornar referência para projetos de ecoturismo no Brasil (MOURÃO, 2004). O MPE teve como diretriz a participação social no processo de desenvolvimento do ecoturismo, com base nos seguintes pressupostos:

- Populações tradicionais devidamente informadas sobre a importância, potenciais e fragilidades de seu patrimônio cultural e ambiental;
- Definição, por determinação do grupo, de quais principais recursos naturais e culturais serão potencialmente atrativos para o ecoturismo;
- Acesso e conhecimento das políticas públicas ambientais e culturais;
- Populações tradicionais como interlocutoras locais em negociações que venham a ser feitas com instituições governamentais, não-governamentais e setor privado;
- Populações parceiras na interpretação do patrimônio natural e cultural, e também na elaboração e implementação de trilhas, roteiros, centros de visitantes, e outros;
- Valorização do saber tradicional;
- Fornecimento de serviços básicos, como água, saneamento, energia, comunicação e saúde;
- Capacitação técnica capaz de possibilitar adequação e conhecimento sobre as demandas que advêm da economia de mercado.

Em 2006, foi elaborado outro documento inspirador neste contexto, “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”²⁴, o qual apresenta um conjunto de princípios,

²⁴ Outro documento importante neste sentido é o Código de Conduta da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA).

recomendações e diretrizes, com o objetivo de ordenar a visitação²⁵ em UCs, para assegurar a sustentabilidade nessa prática (MMA, 2006). Este documento elenca importantes princípios para a visitação em UCs, os quais se destacam:

- O planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da UC;
- A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação em UCs;
- A visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações locais.

Dentre as diversas diretrizes apresentadas neste documento, algumas são dirigidas à participação das populações locais na gestão da visitação em UC:

- 3.1 Promover iniciativas que encorajem o entendimento mútuo, o respeito e a sensibilidade cultural entre a comunidade local, os visitantes e os gestores.
- 3.2 Estimular a manutenção das tradições e práticas culturais da comunidade que estejam em harmonia com os objetivos de manejo da UC.
- 3.3 Promover a pactuação dos interesses e demandas da população local e comunidades tradicionais, procurando estabelecer a co-responsabilidade e ações conjuntas, de acordo com os objetivos específicos da UC.
- 3.4 Desenvolver campanhas de informação, sensibilização e educação ambiental que possam aproximar a população local da UC e despertar sentimentos de respeito e responsabilidade frente à área.
- 3.5 Apoiar a capacitação das comunidades locais e populações tradicionais a fim de promover a sua participação no planejamento e gestão da visitação (MMA, 2006, p. 19).

No campo desta discussão, em conjunto com o PROECOTUR, o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Turismo, vem também apoiando, desde 2006, o ordenamento do turismo em áreas protegidas, no país. Em 2008, foi

²⁵ O termo visitação significa o aproveitamento e a utilização da UC com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais (MMA, 2006).

lançado um mecanismo de financiamento, intitulado "Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária". Este mecanismo tem o objetivo de fomentar a participação das populações tradicionais, moradoras no interior ou no entorno de UCs, terras quilombolas e indígenas no processo de desenvolvimento do ecoturismo, conciliando a conservação e manejo sustentável dos recursos naturais renováveis e a geração de trabalho e renda²⁶. A partir dessa proposta, está em fase de implantação um projeto-piloto nas regiões do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional de Jijoca de Jericoacoara, da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional da Serra da Capivara, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. No âmbito dessa proposta, está sendo desenvolvido também o projeto “Reaplicação de tecnologia social de incubação de cooperativas populares e organização comunitária em áreas com baixo IDH”, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da UFRJ.

Outro documento importante para se pensar o ecoturismo em áreas protegidas na Amazônia é o Plano Amazônia Sustentável, que foi lançado em 2008, pelo Ministério do Meio Ambiente. Este busca implementar as metas do Governo Federal (2007-2011) direcionadas a esta região, considerando as suas peculiaridades regionais. Seu objetivo principal é a “promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira”, com a valorização da diversidade sociocultural e ecológica e o compromisso de redução das desigualdades regionais. O PAS busca também ampliar a presença democrática do Estado na região, a partir da integração das ações do governo, da sociedade civil e do empresariado, além de garantir políticas públicas de suporte ao desenvolvimento agrário e priorizar a criação

²⁶ O diálogo promovido no Encontro de Lideranças Comunitárias em RESEX e RDS, promovido pelo CNPT/IBAMA em 2006, serviu como subsídio à elaboração do documento institucional da Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária do PNE, sendo essa um mecanismo de fomento que busca atender aos interesses dos beneficiários (BRASIL, 2006a). O primeiro edital de chamada pública de projetos desta natureza foi lançado em 2008 (MTur/Nº 001/2008), com 518 propostas recebidas e 50 projetos selecionados, dentre estes, apenas dois foram direcionados as populações moradoras de UCs de Uso Sustentável (RESEX do Rio Unini e RDS da Barra do Una).

e implementação de UCs de Uso Sustentável (BRASIL, 2008). Para a concretização de suas diretrizes foi criado o Fundo Amazônia (Decreto 6.527/2008), sendo este destinado a captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da floresta amazônica (BRASIL, 2008b).

No que se refere ao ecoturismo propriamente dito, o PAS tem como objetivo promovê-lo como alternativa de desenvolvimento para a região, com base em um planejamento centrado no respeito à diversidade cultural, no engajamento das populações locais no processo, e na busca de sua implementação, de forma sinérgica e integrada pelas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Entre as diversas ações a serem implementadas neste sentido, o PAS busca promover o uso público em UCs (BRASIL, 2008).

Mas é interessante observar que, mesmo o PAS sendo qualificado como “sustentável”, na proposição de algumas diretrizes para a região, em uma perspectiva socioambiental, segundo Quintslr (2009) esse plano vem sendo orientado, principalmente, para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Conforme esta autora, o PAS, sendo implementado sob este ponto de vista, é contraditório com relação ao que os atores sociais da região acreditam ser um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, baseado nas legítimas peculiaridades regionais.

Com base neste contexto de políticas públicas, o ecoturismo em áreas protegidas tende a constituir-se, potencialmente, como indutor de conservação da natureza e fonte para a promoção de benefícios socioeconômicos para as populações do interior e, ou entorno de UCs.

Neste sentido, Costa (2002) menciona que a OMT reafirma a importância do ecoturismo em áreas protegidas, em função de suas inúmeras possibilidades, como:

- Geração de emprego local, diretamente ou indiretamente nos diversos setores vinculados ao turismo;
- Diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais, em que o emprego na agricultura é esporádico;
- Estímulo do aperfeiçoamento da infra-estrutura básica e turística, com conseqüentes benefícios para a população local;
- Criação de instalações recreativas a serem utilizadas pela população local e por turistas;
- Criação de um mecanismo de autofinanciamento para a manutenção da UC, servindo de instrumento para a conservação do patrimônio natural e cultural.

Pelos argumentos levantados em políticas públicas é possível interpretar também que, parece evidente o reconhecimento do papel dos moradores de UCs e demais atores envolvidos em ações associadas para o desenvolvimento do ecoturismo, bem como para o processo de tomada de decisão na gestão da UC. No entanto, esforços são ainda necessários para que este compromisso se efetive, considerando que as populações locais são protagonistas do desenvolvimento local, mas têm sido negligenciadas em planejamento turístico.

Neste sentido, Bursztyn (2005) ressalta que projetos de turismo que envolvem efetivamente a população local vêm sendo desenvolvidos com êxito, nos quatro cantos do mundo. Com o apoio de ONGs, como a *Tourism Concern*, a Associação Italiana para o Turismo Responsável (AITR), a *Tourism Watch*, entre outras, diversos grupos em países da África, Ásia, América do Sul e Central, e da Oceania, vêm optando por essa alternativa de organização e gestão do turismo. No entanto, Dória (2007) menciona que ainda são poucas experiências dessa natureza que foram avaliadas em seus impactos socioambientais.

No que se refere ao ecoturismo desenvolvido em UCs de Uso Sustentável, foco da presente dissertação, é importante mencionar que o envolvimento das populações tradicionais residentes de categorias de manejo RESEX e RDS²⁷ no processo, passou a representar um diferencial no “produto ecoturístico”, sendo o engajamento dessas populações fundamental para a adequação do planejamento e implementação do ecoturismo às demandas locais (COUTINHO, 2000). Vale ainda ressaltar que o envolvimento destas populações na gestão de UCs deve ser baseado em uma postura dialógica, problematizadora e comprometida, para que haja uma transformação de conduta, e não somente ações isoladas, conforme defendido por Loureiro (2005) e Quintas (2002).

Discutindo este tema, especificamente em RESEX, Dória (2004) e Coutinho (2000) ressaltam que iniciativas de ecoturismo desenvolvidas a partir da perspectiva da população local, como aconteceu no caso das Reservas Extrativistas Currallinho e Pedras Negras/RO, passaram a ser objeto de investigação, tendo em vista, as suas potencialidades turísticas regionais.

Assim, como resultado do avanço do ecoturismo em RESEXs, em 2002, foi lançado, pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), o Programa Estratégico de Incentivo ao Ecoturismo em RESEXs.

O documento “Amazônia Reservas Extrativistas – Estratégias 2010” discute também a inserção econômica das populações tradicionais que vivem nas Reservas Extrativistas, por meio do aproveitamento de toda potencialidade de seus recursos naturais e culturais (IBAMA, CNPT, 2002). Dentre um conjunto variado de possibilidades econômicas listado neste documento, o ecoturismo é interpretado como fonte potencial para a geração de empregos e

²⁷ A RDS Mamirauá (AM) é pioneira em iniciativas dessa natureza. Maiores informações sobre este caso estão disponíveis no site www.mamiraua.org.br.

oportunidades comerciais para os produtos das RESEXs e para as cidades próximas à UC (IBAMA, CNPT, 2002).

A partir da discussão da temática em foco, na órbita das políticas públicas, entende-se então que, o compromisso de participação social vem sendo cada vez mais incorporado aos objetivos dos planos e programas nacionais voltados para o ecoturismo. Porém, o processo de implementação de políticas públicas demanda ainda um planejamento, que considere o compromisso de engajamento efetivo de toda a sociedade (IRVING, 2002).

Em relação às discussões sobre este tema no campo acadêmico, segundo Irving (2009), poucas foram as iniciativas capazes de mobilizar pesquisas e políticas com este objetivo, até meados da década de 1990. Apenas em 1997, um movimento coletivo de pesquisadores, de diferentes inserções institucionais e regiões do país, reafirmou a necessidade de desenvolver esta discussão, promovendo os Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL). As edições bianuais desse Encontro, desde então, “ilustram, de maneira evidente, a demanda silenciosa por fóruns desta natureza e o interesse inter e multidisciplinar” pelo assunto (IRVING, 2009, p. 109).

Neste contexto, outro evento importante realizado, desde 2005, tem sido o Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (ECOUC). Este Encontro resultou em recomendações²⁸ importantes para o planejamento do ecoturismo em UCs, entre as quais podem ser mencionadas:

- Avaliar e verificar a representatividade e a interlocução das populações locais nos conselhos de UCs;
- Promover estratégias de participação e empoderamento local das comunidades;
- Fortalecer os processos de educação ambiental;

²⁸ Recomendações emitidas pelo Grupo de Trabalho – Ecoturismo e Inclusão Social em Áreas Protegidas, coordenado por Marta Irving, no II ECOUC (2007), promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em Itatiaia (RJ).

- Regularizar os procedimentos de criação e funcionamento dos conselhos em termos de representação e regulamentação e instituir a obrigatoriedade de inclusão de populações locais dentro e do entorno das UCs nesses espaços.
- Desenvolver e avaliar metodologias participativas;
- Valorizar e utilizar o saber local na gestão do ecoturismo em UCs;
- Fortalecer as políticas públicas para a gestão integrada;
- Definir precisamente os indicadores de avaliação da inclusão social em áreas protegidas;
- Aprofundar na revisão de conceitos e princípios sobre áreas protegidas e ecoturismo;
- Elaborar, monitorar e atualizar planos de manejo, com base na realidade local;
- Estabelecer a ética na gestão de áreas protegidas e no desenvolvimento de projetos de ecoturismo (ECOUC, 2007).

Além disso, o intercâmbio de informações entre os diversos atores envolvidos na temática tem impulsionado e incentivado também a formação de redes e fóruns, como uma estratégia efetiva de diálogo (RABINOVICI, 2008). Podem ser mencionadas nesse caso: a Rede Brasileira de Ecoturismo (RBE), o Workshop Virtual Turismo e Desenvolvimento Social do Instituto Virtual do Turismo, a Rede de Destinos de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), a Rede de Turismo Solidário Comunitário do Brasil (Rede Turisol), a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), a Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário (TUSOCO), a Rede Indígena de Turismo do México, a Rede de Turismo Rural de Acosta (Costa Rica), a Rede de Turismo na Agricultura Familiar (Rede TRAF), a Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur) e a Rede de Áreas Protegidas, Turismo e Inclusão Social²⁹.

Neste contexto, pensando em uma perspectiva futura para o desenvolvimento do ecoturismo é importante que não se negligencie os avanços das políticas nacionais e internacionais de proteção da natureza e de turismo, para apoiar o planejamento e a gestão do

²⁹ Coordenada pelo Programa EICOS/UFRJ, a Rede foi lançada em 2008, durante o Congresso Mundial da Natureza, UICN/Barcelona.

ecoturismo em áreas protegidas³⁰. Irving (2008, p. 14) traz para esta discussão o argumento de que,

a integração progressiva das agendas internacionais de conservação da biodiversidade e planejamento e desenvolvimento turístico parece ser indicador evidente, de que a banalização do ecoturismo tem seus dias contados e que agências, operadoras e o setor hoteleiro têm de estar mais atentos e sintonizados com as dinâmicas das relações internacionais que incidem sobre a regulação e com o controle de uso dos recursos naturais renováveis e os compromissos decorrentes dessa utilização. Caso contrário, certamente perderão clientela, elevando seus custos operacionais e minimizando oportunidades com relação a esses novos nichos de mercado que integram sociedade e natureza, numa lógica muito distante do “mito moderno da natureza intocada”. Esse percurso depende evidentemente da compreensão do ecoturismo como fenômeno social.

Com base neste panorama, a presente pesquisa de mestrado tem como objeto o ecoturismo em UCs de Uso Sustentável, especificamente na categoria de manejo Reserva Extrativista, a partir do estudo na RESEX do Cazumbá-Iracema (AC). Neste sentido, é importante contextualizar a gênese dessa categoria, para interpretar a sua relevância diante das demais categorias de manejo de UCs e para se pensar o desenvolvimento do ecoturismo como alternativa de renda e inserção social para as populações tradicionais que habitam essas áreas protegidas.

³⁰ Um documento importante neste contexto, lançado em 2002, pela UICN, é *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for planning and management* (EAGLES; MCCOOL & HAYNES, 2002).

2. Para se pensar as Reservas Extrativistas na Amazônia: Unidades de Conservação genuinamente brasileiras

A idéia de Reserva Extrativista surge, pela primeira vez, no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, em Brasília, em 1985, a partir do movimento social liderado por seringueiros³¹ e sindicalistas, cujo principal articulador foi Chico Mendes³². Neste Encontro foram reunidos representantes de populações extrativistas da Amazônia e foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros³³ (CNS).

A formulação da proposta de Reserva Extrativista foi resultante de um panorama histórico de degradação do modo de vida das populações tradicionais e da floresta tropical amazônica. Esta proposta surgiu também em decorrência das reivindicações do Movimento Seringueiro, na década de 1980, pelo fim da colonização nas áreas dos seringais e pela concessão destas áreas às populações locais, para que pudesse ser mantida a atividade extrativista, a exemplo do que já acontecia nas terras indígenas. Estas populações, sobretudo na Amazônia Ocidental, em particular no Acre, desenvolveram um vigoroso movimento de resistência por meio de uma organização de base sindical e do que chamaram de *Empates*³⁴,

³¹ Caracterizam-se, sobretudo, pela economia baseada na extração do látex, e complementarmente por outras atividades extrativistas. Eles vivem à beira de rios, igapós e igarapés, mas outros vivem em terra firme, dependendo menos das atividades pesqueiras, além de criar pequenos animais domésticos. Moram em casas de madeira, construídas em palafita, mais adaptadas ao sistema das cheias (DIEGUES *et al*, 2000).

³² Seringueiro, líder sindicalista e ativista ambiental, sendo assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC), sendo o símbolo máximo do movimento que resultou na criação da RESEX. Ver maiores detalhes na obra Chico Mendes: um ecologista socialista (GONÇALVES, 2001).

³³ Organização de âmbito nacional, pessoa jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos, que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos, que lutam em prol da melhoria da qualidade de vida, uso sustentável dos recursos naturais da floresta Amazônica e pelo direito à terra (ESTATUTO DO CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS, 1989). A meta é a organização dos povos da floresta, tanto por meio da denúncia dos efeitos negativos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, quanto da influência sobre as políticas públicas regionais e nacionais.

³⁴ Os empates eram manifestações das famílias seringueiras que se reuniam rumo à floresta, para tentar conter ações de devastação da natureza, como o desmatamento, e garantir que a atividade fosse suspensa.

impedindo aquele modo de organização do espaço, que tendia a expulsá-los do local (GONÇALVES, 2003).

Nesta conjuntura, emerge também, no cenário internacional, um complexo debate em torno da Amazônia e em um sentido mais amplo, sobre o próprio futuro da humanidade e do planeta. Este debate aconteceu em um contexto de questionamentos sobre a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista, devido aos diversos efeitos negativos promovidos pelo modelo vigente, como a perda em grande escala de biodiversidade.

A proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, liderada pelos seringueiros, buscou então, conciliar desenvolvimento e proteção da natureza, no contexto em que “o seringueiro marca uma relação histórica e cultural com a floresta”, e a RESEX surge como estratégia de apropriação dos recursos naturais e de afirmação de uma identidade, a qual estabelece uma relação entre o interesse social e o ambiental (GONÇALVES, 2003, p.11).

A partir de 1985, com a criação do CNS, partindo da mobilização pela posse efetiva da terra e pelo modo de vida tradicional, e em função da conjuntura internacional favorável, o Movimento Seringueiro passou a contar também com o apoio de grupos ambientalistas e ONGs nacionais e internacionais. Ademais, em 1988 foi criada a “Aliança dos Povos da Floresta”³⁵, que englobou também as populações indígenas (CUNHA & ALMEIDA, 2001). O esforço conjunto das lideranças indígenas e dos seringueiros, apoiados por organizações ambientalistas do Brasil e de outros países tornou possível, dentre outras ações, a realização, em 1989, do I Encontro Nacional dos Povos da Floresta e do II Encontro Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco (AC). Estes eventos representaram importantes oportunidades

³⁵ Essa Aliança deu respaldo a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre. No âmbito nacional, o CNS e a COIAB (Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) fizeram várias reivindicações pelos seus direitos e em defesa das suas propostas alternativas. A Aliança deu início e liderou a mobilização que resultou na criação do GTA, que hoje conta com 623 organizações em toda a Amazônia (www.povosdasflorestas.org.br).

para o encontro destas populações e para a discussão de seus problemas e proposição de soluções, além de se reafirmar a proposta de criação de RESEX.

Mas, ainda em 1987, as Reservas Extrativistas já tinham sido incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, com a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), instituído legalmente pela Portaria 627, de 30 de julho de 1987. Até 1989 foram criadas, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 10 áreas de PAE, totalizando cerca de 890 mil hectares, os quais beneficiaram aproximadamente três mil famílias (ALEGRETTI, 1994). Na concepção destas Reservas, a área poderia ser explorada não somente para extração do látex, mas também para o extrativismo vegetal (como a castanha e pupunha), a caça e agricultura itinerante (ALEGRETTI, 1987).

A concepção original de RESEX fez parte, portanto, de um programa agrário, e não de um programa ambiental, e as primeiras RESEXs foram dirigidas pelo INCRA e não pelo IBAMA (atual ICMBio). E, para os seringueiros, a questão de fundo neste processo permaneceu sendo agrária e sindical. Não foi cogitado à época, que as RESEXs fossem transformadas em áreas protegidas. Porém, em função do contexto político do final da década de 1980, poderia ser oportuno o seu enquadramento como área protegida, através do IBAMA. Dessa forma, a RESEX poderia ser estabelecida antes do processo de desapropriação das terras, ao contrário das exigências estabelecidas no âmbito do INCRA.

As RESEXs passaram a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), apenas através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Foi a partir de então, o início do processo que originou a criação da primeira RESEX, em 23 de janeiro de 1990, a RESEX do Alto Juruá (AC), pelo Decreto 98.863/1990, com uma área de aproximadamente meio milhão de hectares.

A RESEX mesmo sendo formulada para atender às demandas específicas das populações amazônicas, sua criação não foi instituída somente na Amazônia brasileira. As RESEXs foram criadas também na região costeira. Dessa forma, a RESEX ficou conhecida como “RESEX da Amazônia”, com base em recursos florestais e “RESEX Marinha”, em recursos pesqueiros (CNPT, 1992).

Cunha e Almeida (2001, p. 189) ressaltam que a criação de Reservas Extrativistas como UCs foi uma escolha tática, pois “os seringueiros não sabiam que estavam conservando a natureza, pensavam que estavam produzindo borracha”. Porém, uma vez que a conquista da terra objetivou manter o extrativismo, este passou a ser associado à exigência de conservação dos recursos naturais renováveis. Sendo assim, a RESEX se tornou uma alternativa em potencial para se buscar soluções para o problema fundiário e social, e se configurou também como uma alternativa para a proteção da biodiversidade.

A peculiaridade da proposta da RESEX foi assim, a conciliação entre desenvolvimento, conservação dos recursos naturais e equidade social. Sua legitimidade provém do fato de ter sido formulada e demandada por populações tradicionais, organizadas em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros e de ter sido incorporada pelo poder público, sem perder as características originais.

Assim, o conceito de Reserva Extrativista surgiu da necessidade de se responder às demandas das populações locais por melhores condições de vida. A proposta buscou também encontrar uma alternativa que promovesse a regularização fundiária dos antigos seringais (áreas de exploração da borracha nativa na Amazônia). As RESEXs foram, portanto, o reconhecimento da existência de populações tradicionais na Amazônia, que utilizam a floresta como meio produtivo, em função da inexistência de alternativas socioeconômicas baseadas

em suas peculiaridades locais, contrariamente à maioria dos planos governamentais que buscam o desenvolvimento da região Norte do país.

De acordo com Gonçalves (2003, p. 555), a Reserva Extrativista representa “uma invenção no campo do direito, que expressa uma territorialidade construída no terreno movediço da história com e, ou contra diferentes protagonistas”. Como ressaltou também Cunha, “uma idéia que partiu dos seringueiros da Amazônia como resultado da análise comparada de dois processos: o das sociedades indígenas e o da colonização” (CUNHA, 1988). Neste sentido, Gonçalves (2003, p. 556) acrescentou ainda, “análise essa feita a partir de toda uma história incorporada e materializada em *habitus* a partir do que, com sua proposta de Reserva Extrativista, tentam construir um novo *habitat*”.

Assim, o sentido econômico e o direito ao uso da terra nas Reservas Extrativistas foram o ponto de partida deste novo modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia, que tem como base a redefinição da política de utilização dos recursos naturais em exploração, segundo os critérios de sustentabilidade e equidade social.

No mesmo ano de criação da primeira RESEX (1990), foram também criadas as RESEXs Chico Mendes³⁶ (AC), Rio Cajari³⁷ (AP) e Rio Ouro Preto³⁸ (RO). A partir daí, foram iniciados projetos para o estabelecimento de infra-estrutura básica de saúde e educação, com o objetivo de diagnosticar os modos de gerenciamento de uma área protegida por populações humanas. Todavia, não houve correspondência no aporte de recursos financeiros públicos para a gestão destas áreas, a não ser por projetos advindos da cooperação internacional (CUNHA, 2008).

³⁶ Decreto de criação nº 99.144 de 12 de março de 1990.

³⁷ Decreto de criação nº 99.145 de 12 de março de 1990.

³⁸ Decreto de criação nº 99.166 de 13 de março de 1990.

Visando também o fortalecimento destas populações foi criado, pelo IBAMA, em 1992, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico, buscando a melhoria da qualidade de vida dessas populações, com base nos princípios de sustentabilidade, cultura e conhecimentos acumulados pelas mesmas (BRASIL, 2006).

No mesmo ano, durante a preparação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED 92), mais conhecida como Rio 92, surgiu a idéia de se desenvolver um projeto que buscasse alternativas eficientes para a melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta, sendo esse projeto institucionalizado, sob a responsabilidade do IBAMA, com financiamento internacional. Este foi denominado de Projeto Reservas Extrativistas³⁹, vinculado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil⁴⁰ (PPG-7), o qual buscou contribuir para a construção de um novo panorama para as políticas ambientais no Brasil, por ter como base a “sociabilização da natureza”.

Mas a implementação do Projeto RESEX representou também um grande desafio para a gestão pública, por seu caráter piloto no tratamento de questões estratégicas e políticas relevantes, sendo assim, um marco no fortalecimento das RESEXs. O projeto foi desenvolvido por mais de uma década, tendo como pilares o processo de participação social e o reforço da organização comunitária, os quais representaram fios condutores para o seu êxito.

³⁹ O Projeto RESEX começou a ser negociado em 1992, iniciou suas atividades em 1995 e contou com financiamento da União Européia e do Fundo Fiduciário para as Florestas Tropicais (RFT). A primeira fase encerrou-se em 1999. A segunda foi assinada em 2001, iniciou suas atividades em 2002 e encerrou-se em 2006. O Projeto RESEX visou testar nas quatro primeiras RESEXs criadas na Amazônia brasileira, modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na gestão dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por intermédio da co-gestão entre Governo e Sociedade (BRASIL, 2006).

⁴⁰ PPG-7 é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que busca o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Este constitui o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global, apoiando os governos estaduais na elaboração do zoneamento ecológico-econômico, com interesse de conhecer potenciais e definir estratégia de desenvolvimento regional.

Mas riscos e fragilidades identificados na sua implementação, em termos técnicos e gerenciais, ocasionaram no término deste projeto (BRASIL, 2006).

Com o término do Projeto RESEX, surgiu a proposta para o início, em 2008, do Projeto “Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira”, financiado pelo Governo do Reino da Noruega, em um Acordo de Cooperação com o Governo Brasileiro, através do gerenciamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BRA/08/002). O projeto se estrutura em quatro eixos temáticos: 1) ordenamento e regularização fundiária; 2) gestão participativa e fortalecimento institucional das organizações locais; 3) planos de manejo e fomento a produção sustentável e; 4) acompanhamento, monitoramento e divulgação do projeto. No domínio desse projeto foram lançados, ainda em 2008, cerca de 30 termos de referência para contratação de profissionais para desenvolverem atividades estabelecidas com estes objetivos em RESEXs em todo o país, as quais se encontram em fase de implementação.

Além deste projeto, as RESEXs também são contempladas por mais dois projetos gerenciados pelo PNUD. O projeto “Desenvolvimento Sustentável com Populações Tradicionais” (PNUD BRA/99/024), foi iniciado em 1999, com o objetivo de contribuir para o aumento de renda e conseqüente melhoria de qualidade de vida das populações tradicionais, mediante sua inserção na gestão socioambiental, e apoiar o desenvolvimento dos processos produtivos. Neste contexto, em 2009, o projeto contemplou, sobretudo, a elaboração de Plano de Manejo e criação de Conselho Deliberativo em cerca de 25 RESEXs em todo o país.

Outro projeto de apoio às RESEXs é o BRA 08/023, que se encontra ainda em processo de negociação e construção. Este projeto conta com recursos da União, principalmente da Agenda Social, e também pretende absorver recursos de outras fontes financiadoras, envolvendo as quatro diretorias do ICMBio, e sendo coordenado pela

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN/ICMBio). Este projeto é uma iniciativa complementar as ações dos projetos gerenciados pelo PNUD, mencionados anteriormente.

Ainda no contexto das iniciativas em apoio às RESEXs, merece ressaltar também o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Este Programa foi concebido, à princípio, em 2001, sob forte influência preservacionista, uma vez que priorizava apoiar apenas a criação e implementação de UCs de Proteção Integral na Amazônia brasileira. Mas seu escopo foi alterado, em decorrência da pressão feita pela maioria dos parceiros envolvidos, para considerar a participação das populações locais essencial no processo de conservação da biodiversidade e, a existência, em grande dimensão territorial, de UCs de Uso Sustentável, que também demandam apoio financeiro e técnico para sua implementação. Mas a Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal (SCA-MMA) somente conseguiu que RESEX e RDS fossem incorporadas ao ARPA, para concessão de desenvolvimento de iniciativas de educação ambiental. Sendo assim, os gestores de RESEX e RDS não podem alocar recursos do ARPA no desenvolvimento de atividades produtivas na área (DIEGUES, 2008).

Sob este escopo, o ARPA está sendo executado desde 2003, por uma parceria estabelecida entre as diversas instituições: MMA, ICMBio, governos estaduais e municipais da Amazônia, GEF (*Global Environment Facility*), BID, KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*), GTZ (*German Technical Cooperation*), WWF-BR, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e organizações da sociedade civil. O Programa visa investir 400 milhões de dólares, ao longo de 10 anos, na criação, consolidação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia.

Vale acrescentar ainda a importância do arcabouço legal, vigente no país, que institui a RESEX. Em 2000, a categoria de manejo RESEX teve seu status normatizado, através da Lei

9.985/2000, que estabelece o SNUC, considerando a participação direta de outros atores sociais na sua gestão. O artigo 18 desta Lei conceitua RESEX como:

área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (BRASIL, 2000).

Com a regulamentação da Lei do SNUC, pelo Decreto 4.340/2002, toda RESEX tem o compromisso de elaborar e implementar o Plano de Manejo⁴¹, para viabilizar o desenvolvimento das atividades econômicas das populações tradicionais e ações de conservação da biodiversidade. E, o Plano de Manejo deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo⁴², que representa uma instância participativa da gestão da RESEX. Neste sentido, é importante mencionar que, segundo Irving *et al* (2006), o Plano de Manejo e o Conselho Gestor representam os principais espaços de articulação e participação social para a gestão de UCs. No caso das RESEXs, o Conselho é composto por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, inclusive das populações extrativistas, e possui caráter deliberativo, substituindo a forma de gestão até então vigente, assumida apenas pelas associações comunitárias e pelo IBAMA⁴³.

Em relação ao Plano de Manejo, este documento toma como base o Plano de Utilização, que consiste no conjunto de regras internas construídas, definidas e compactuadas pela população da UC, quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais renováveis, o uso e ocupação da terra e a conservação ambiental,

⁴¹ Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da Unidade (BRASIL, 2000, p. 10).

⁴² “Canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal, em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. (...) agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos” (GOHN, 2003, p. 07).

⁴³ Atualmente esta função está a cargo do ICMBio.

considerando-se a legislação vigente. Mas anteriormente ao SNUC, o Decreto de criação de RESEX (98.897/90), considerado no PNMA, já mencionava que para a sua exploração haveria a necessidade de um Contrato de Concessão Real de Uso, que deveria incluir um Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA.

Com este embasamento legal, a RESEX é portanto, um modelo de área protegida genuinamente brasileira. Mas, segundo o Sistema de Categorias de Áreas Protegidas da UICN (BELTRÁN, 2000), proposto no 4º Congresso Mundial de Parques, em 1992, em Caracas, e adotado pela Assembléia Geral da IUCN, em 1994, essa UC enquadra-se na categoria VI, cujo objetivo é o:

manejo dos recursos naturais, abrangendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda as necessidades das comunidades (BELTRÁN, 2000, p. 15).

Desta forma, na atual conjuntura global, a importância de UCs, como a RESEX, se manifesta, sobretudo, durante o V Congresso Mundial de Parques, que ocorreu em Durban (2003). Este evento é um importante marco nas últimas duas décadas, de definição de novas políticas e critérios para o envolvimento das populações locais no processo decisório de gestão de áreas protegidas, dentre outras medidas neste contexto. O Congresso Mundial da Natureza da UICN, em 2008, em Barcelona, reafirmou também o compromisso da conservação da biodiversidade em dois pilares: as áreas protegidas e as populações humanas.

Desde então, no âmbito das discussões e acordos internacionais, a categoria de manejo RESEX se reafirma como uma tendência de modelo de área protegida a ser implementada, em maior escala nos próximos anos.

Neste contexto, o crescimento do número e da extensão territorial das Unidades de Conservação federais, especialmente aquelas de Uso Sustentável, reflete quantitativamente

tanto o esforço que o Brasil tem realizado para proteger seus recursos naturais, quanto uma mudança significativa na concepção e na implementação de áreas protegidas. O número de UCs de Uso Sustentável, atualmente, já supera as de Proteção Integral, representando o reconhecimento pelo Estado, de que as populações tradicionais são aliadas, e não obstáculos à proteção da biodiversidade (IBGE, 2008).

O quadro atual de RESEXs no país envolve 56 UCs (ICMBIO, 2009), o que corresponde a 33% do total das UCs de Uso Sustentável (sendo estas UCs representadas por 57% do total de UCs federais), em diferentes biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Zona Costeira), englobando populações tradicionais de diversas origens (seringueiros, marisqueiros, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e coletores de frutos do cerrado). No total são mais de 10 milhões de hectares em áreas florestais, manguezais e marinhas de RESEXs no país⁴⁴. Na Amazônia, há registro da maioria delas, com 42 RESEXs, beneficiando 69.275 famílias (WWF-BR, 2008).

Assim, com a crescente importância da categoria de manejo RESEX no SNUC e o aumento significativo do número de RESEX e da área envolvida, surgiu a necessidade de redefinição da própria estrutura organizacional do IBAMA.

Em 2006, partindo da estrutura organizacional do CNPT⁴⁵, foi criada a Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM), voltada para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nas categorias de manejo RESEX e RDS, bem como para iniciativas de educação ambiental. Esta foi uma alteração importante na estrutura do IBAMA e traduziu o reconhecimento das políticas de desenvolvimento sustentável e da participação social na

⁴⁴ O Pará é o estado brasileiro com maior número de RESEXs.

⁴⁵ Mesmo com a criação da DISAM, o CNPT continua em funcionamento, e também prossegue na atual estrutura organizacional do ICMBio, tendo como finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais por meio de suas entidades representativas, indiretamente por meio de órgãos governamentais constituídos para este fim, ou, ainda, por meio de ONGS.

gestão ambiental (BRASIL, 2007f). Entre as diversas ações realizadas pela DISAM, pode ser mencionada a elaboração do *Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais*, para orientação aos gestores na construção do Plano de Manejo de RESEX e RDS.

Em 2007, foi criado pelo desmembramento do IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Lei 11.516/2007), com a função de administrar as UCs federais (antes de atribuição do próprio IBAMA). Com o ICMBio, a DISAM foi substituída pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP), a qual possui em sua estrutura a Coordenação de Gestão de RESEX e RDS.

Mesmo com a mudança do arcabouço institucional na gestão das RESEXs, algumas lacunas permaneceram para a efetividade do processo de gestão dessas UCs. Para suprir algumas lacunas neste sentido, o ICMBio, com o apoio das lideranças comunitárias das RESEXs instituiu quatro importantes documentos que buscaram regulamentar os procedimentos para o estabelecimento dos instrumentos de gestão previstos no SNUC: Instruções Normativas - INs 01, 02, 03 (BRASIL, 2007a; 2007b; 2007c), e 04 (BRASIL, 2008c), cuja finalidade foi regulamentar, respectivamente, os procedimentos de elaboração de Plano de Manejo Participativo; formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos; criação de Unidades de Conservação federais de Uso Sustentável nas categorias RESEX e RDS; e autorização de pesquisa, que envolve acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado a essa categoria de manejo.

A regulamentação destas INs⁴⁶ foi uma forma de aprimorar as diretrizes e estratégias de gestão destas categorias de manejo de UCs, que foram inicialmente institucionalizadas pelo SNUC. As INs 01 e 02 contribuem neste sentido, principalmente, ao estabelecer que o

⁴⁶ Esta construção coletiva teve início em 2006, no I Encontro Nacional de Técnicos e Técnicas do CNPT e no I Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, dando continuidade em 2007, no I Encontro Nacional da DISAM.

Plano de Manejo Participativo deve ser construído e executado em conjunto com a população tradicional da UC e, que se deve garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da UC. É importante ressaltar ainda neste contexto, que as populações tradicionais da UC podem ser representadas por: I - representantes de entidades legalmente constituídas pelas populações tradicionais da Unidade; II - representantes de formas organizativas legitimamente escolhidas pelas populações tradicionais da Unidade; III - pessoas físicas das populações tradicionais da Unidade legitimamente escolhidas por essas populações.

No entanto, a elaboração e implementação do Plano de Manejo da RESEX não é ainda uma tarefa fácil, e sem esse documento, a captação de apoio e financiamento para o desenvolvimento de projetos demandados pelas populações dessas UCs se torna limitada. Isto tende a acontecer porque, segundo Euler (2007), diversas vezes, “o governo cria as RESEXs e depois as abandona, o que desvirtua o papel da UC, pois transforma a criação de uma Reserva em um mero ato administrativo de regularização fundiária”, com pouco efeito prático para garantir o objetivo de manejo da área.

Mas é importante que não se negligencie o fortalecimento da categoria de manejo RESEX, e sua crescente difusão e divulgação, somados ao importante papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade e ao acirramento de conflitos socioambientais no país, os quais estão intensificando as demandas por criação de RESEX em todas as regiões, como em 2007, que foram gerados cerca de 130 novos processos, atualmente em estudo (FERNANDES *et al*, 2007).

Desde a criação das primeiras RESEXs, em 1990, até os dias atuais, 19 anos se passaram e muitas questões se transformaram e avançaram em relação ao processo de criação e à gestão destas UCs. Fernandes *et al* (2007) mencionam que as particularidades desta

categoria de manejo demandaram o estabelecimento de procedimentos e instrumentos de gestão, pautados no fortalecimento da organização comunitária e no reconhecimento da importância dos saberes e sistemas de gestão tradicionais dos espaços e dos recursos naturais. Porém, é importante lembrar que, na Amazônia, cada UC é um universo próprio e, por enquanto, não se tem experiências plenas de sucesso (WWF-BR, 2008).

E, passados 20 anos de conquistas e confrontos, em 2007, o GTA em conjunto ao CNS e a COIAB realizou o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, em Brasília, em comemoração dos avanços, pela criação de 51 RESEXs, pela demarcação de terras indígenas, pelo PPG-7 e pela Câmara Técnica de Proteção ao Patrimônio aos Povos da Floresta. Esta oportunidade favoreceu a Aliança dos Povos da Floresta, a partir da integração dos povos de todos os biomas brasileiros, passando a ser designada pelo plural “Povos das Florestas” (COIAB, GTA & CNS, 2007). Porém, muitas críticas sobre o processo foram apresentadas pelas populações tradicionais neste evento, com base no argumento que, as iniciativas desenvolvidas para a melhoria de qualidade de vida e para a conservação da biodiversidade não estão ainda articuladas com as suas demandas e, portanto, não avançaram com estes objetivos.

Mas, uma grande conquista das populações tradicionais, no âmbito de políticas públicas, foi sem dúvida, a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007d).

Desta forma, em um contexto no qual as pesquisas recentes indicam a existência de um contingente de mais de 4,5 milhões de pessoas enquadradas como populações tradicionais (ALMEIDA, 2006), esta categoria de UC ganha expressão e importância, como inspiração à um modelo alternativo de desenvolvimento e gestão ambiental compatível com a realidade socioambiental brasileira (FERNANDES *et al*, 2007).

Entretanto, o debate sobre Reservas Extrativistas aponta que ainda há uma miríade de políticas desenhadas, principalmente, pelo governo federal, que não estão ainda ajustadas às demandas de seus potenciais beneficiários e que são, geralmente, desconhecidas pela maioria das populações destas UCs (WWF, 2008). Do mesmo modo em que não há conformidade dos projetos com as particularidades das RESEXs e com as demandas locais, e as políticas não foram capazes ainda de promover o desenvolvimento local, desperdiçando recursos financeiros e humanos, além de falhar na proteção da biodiversidade (WEIGAND JÚNIOR, 2002).

Mesmo assim, a RESEX representa, no caso brasileiro, a categoria de manejo que, provavelmente, melhor caracteriza o ideário de conquistas sociais aliadas à conservação da natureza, uma vez que não apenas permite a presença de populações humanas em seu interior, mas as considera como essenciais para a sua criação, como resposta a conquista de um grupo social, na redistribuição de um território e do acesso aos recursos naturais renováveis. Entretanto, esta conquista não significou mudança nas relações econômicas em uma sociedade de base capitalista, na qual a RESEX está inserida (CUNHA & LOUREIRO, 2006). O desafio, neste caso, passa a ser a inclusão destes grupos humanos na estrutura societária de distribuição de renda, que não será alcançada com a simples inserção de seus produtos no mercado, e sim, com o controle no sistema de decisão sobre a produção, baseada na lógica

dos sujeitos sociais envolvidos, e não nas estruturas já definidas de satisfação do mercado consumidor (CUNHA & LOUREIRO, 2006).

Assim, a integração destas populações na gestão dos recursos naturais tende a facilitar o próprio desafio da gestão, mas também a distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa (AMARAL, GOMES FILHO & MAIA, 2006).

Contudo, o conceito de Reservas Extrativistas deve ser entendido segundo um amplo contexto dinâmico, que deverá ser adaptado às mudanças na sociedade e à economia mundial, no sentido de que este não se torne em um conceito estático, no tempo e espaço (MURRIETA & RUEDA, 1995).

Em suma, o principal mérito da proposta de RESEX é considerar prioritário o homem da floresta, que cataliza todo o processo como ator e gestor da conservação (MURRIETA & RUEDA, 1995). Esta é também uma importante justificativa para a sua escolha como Estudo de Caso na presente pesquisa.

3. Os Caminhos da Pesquisa: Procedimentos metodológicos em evidência

A presente pesquisa teve caráter exploratório e abordagem qualitativa, por buscar a resposta para questões muito particulares de uma realidade social, que não podem ser quantificadas (MINAYO, 1994). Sob esta abordagem, a pesquisa foi desenvolvida com base em um Estudo de Caso, uma vez que buscou uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, “especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). O Estudo de Caso selecionado foi a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, com foco no Núcleo do Cazumbá.

A primeira etapa metodológica do trabalho compreendeu pesquisa documental e bibliográfica, relacionada ao fenômeno turístico na sociedade contemporânea e aos temas centrais de reflexão sobre Reservas Extrativistas, no âmbito das políticas públicas. A pesquisa bibliográfica e documental envolveu também a análise de contexto sobre a região estudada, bem como as bases legais e principais documentos relacionados à gestão da UC estudada, como o Plano de Manejo e o Plano de Utilização. Esta fase se apóia em Vasconcelos (2002), que entende a utilização de fontes bibliográficas, como possibilidade de cobertura ampla de fenômenos semelhantes, permitindo uma comparação dos dados e resultados, que ampliam as perspectivas de análise.

A segunda etapa de pesquisa consistiu na realização de contatos institucionais com o ICMBio e outros órgãos do Ministério do Meio Ambiente, a partir de interlocutores responsáveis pela gestão da RESEX pesquisada. Com este objetivo foi também realizado contato institucional com a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Sena Madureira

(SEMAM), para planejamento conjunto, envolvendo a logística do trabalho de campo e obtenção de informações de base sobre a RESEX pesquisada.

A terceira etapa da pesquisa envolveu a escolha e elaboração dos instrumentos de pesquisa, e a seleção dos principais atores locais e institucionais. Para o levantamento dos dados de campo, foi elaborado um roteiro de “entrevista informal”. O recurso da “entrevista informal”, neste caso, foi selecionado no sentido de obtenção de informações sobre o que “as pessoas e grupos sabem, acreditam, esperam, sentem e desejam fazer, fazem ou fizeram, bem como suas justificativas ou representações” a respeito do tema abordado (VASCONCELOS, 2002, p. 220). O roteiro de entrevista informal combina perguntas abertas e fechadas, para que seja possível aos entrevistados discorrerem mais amplamente sobre a questão proposta. Apesar de haver um roteiro de perguntas, a entrevista informal permite uma maior aproximação entre o entrevistador e o entrevistado, tendo esse maior liberdade em suas explanações sobre as questões propostas pelo roteiro (VASCONCELOS, 2002). Neste entendimento, quando necessário, ou mesmo para evitar o término precoce da entrevista, o entrevistador pode ainda inserir outras questões consideradas importantes para a pesquisa. Assim, torna-se possível um maior detalhamento sobre o tema abordado. Mas não se pode esquecer que a realização de entrevista, segundo uma abordagem qualitativa de pesquisa, requer intensa escuta a respeito do que as pessoas dizem, e uma sistemática análise e compreensão do que é dito (RUBIN, H. & RUBIN, I. 1995).

Na presente pesquisa, o recurso da entrevista foi considerado, principalmente, para abordar o tema segundo as impressões dos atores locais do Núcleo do Cazumbá. E, para complementação dessa análise, os atores instituições (em plano nacional e regional) foram também considerados no universo a ser entrevistado. Um roteiro específico foi elaborado para cada perfil de interlocutor e estes estão apresentados no Apêndice A.

A quarta etapa metodológica envolveu a pesquisa de campo. Esta etapa da pesquisa consistiu na “observação simples”, na qual o pesquisador assume “uma atitude e identidade mais externa à situação observada, observando de maneira espontânea e informal o objeto em foco” (VASCONCELOS, 2002, p. 218). Este recurso foi utilizado no registro de fatos e relatos, no 2º Encontro Nacional dos Povos das Florestas, que ocorreu durante os dias 18 e 23 de setembro de 2007, em Brasília. A participação neste evento possibilitou o entendimento do contexto atual (nos âmbitos social, econômico, cultural, ambiental e político) em que vivem as populações tradicionais da Amazônia, bem como demandas e desafios a serem enfrentados no futuro. Além disso, possibilitou a interpretação dos discursos governamentais e não governamentais sobre o tema, a realização das entrevistas dirigidas aos interlocutores institucionais selecionados nesta pesquisa, em esfera nacional, e, o levantamento documental, nos órgãos oficiais.

As entrevistas com os interlocutores locais e institucionais da região, onde se localiza a RESEX, foram realizadas entre 16 de agosto e 10 de setembro de 2008 (Registro fotográfico está no Apêndice B). Neste período foi possível também, o levantamento documental em Rio Branco, Sena Madureira e no Núcleo do Cazumbá.

Com relação aos interlocutores da RESEX do Cazumbá-Iracema, os sujeitos selecionados para a entrevista foram os residentes fixos do Núcleo do Cazumbá, considerando que esses atores são os protagonistas das atividades ali implementadas, uma vez que “a exploração da própria linguagem dos protagonistas, em suas relações sociais concretas dá sentido a suas vidas, que dificilmente podem ser traduzidas em uma linguagem universal” (GONÇALVES, 2003, p. 10).

A seleção destes entrevistados, a princípio, considerou um perfil diversificado (jovens, adultos e idosos), priorizando os moradores do Núcleo do Cazumbá que participaram do

processo de luta pela criação da RESEX, do processo de implementação das primeiras pousadas no Núcleo, e que assumem ainda papéis de liderança na organização das atividades cotidianas. Este perfil teve como objetivo a possibilidade de construção do processo de ecoturismo no Núcleo em seu panorama atual e a compreensão das perspectivas futuras sobre essa prática para o desenvolvimento local.

A seleção dos moradores do Núcleo do Cazumbá para as entrevistas envolveu a técnica “bola de neve”, como sugerem Lincoln & Guba (1985 *apud* ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 163). Esta técnica consiste em identificar uns poucos sujeitos e pedir-lhes que indiquem outros, os quais, por sua vez, indicarão outros e assim sucessivamente, até que se atinja o ponto de redundância.

Com base na técnica “bola de neve”, foram selecionadas dezenove pessoas do Núcleo do Cazumbá, sendo destas, quatorze homens e cinco mulheres. As entrevistas ocorreram, por vezes, de forma individual, outras em duplas ou grupos, devido aos costumes locais, nos quais parte da população permanece agrupada durante o dia. Neste contexto, vale ressaltar também que, para a realização das entrevistas no Núcleo do Cazumbá foi necessário o conhecimento prévio de alguns termos da linguagem tradicional regional. O perfil resumido dos entrevistados do Núcleo do Cazumbá está apresentado no Apêndice C⁴⁷.

Para a complementação e balizamento sobre a percepção local relacionada ao ecoturismo foram também entrevistados alguns interlocutores institucionais estratégicos.

A seleção dos interlocutores institucionais para a pesquisa, em nível regional, baseou-se em sua relação direta e, ou indireta com a gestão da RESEX. As instituições selecionadas para a pesquisa foram: ICMBio (órgão gestor da RESEX do Cazumbá-Iracema); Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sena Madureira (órgão responsável pelo planejamento e

⁴⁷ Os atores locais solicitaram que fossem identificados nominalmente na presente dissertação.

gestão do turismo no município), e WWF-BR⁴⁸ (trabalha em conjunto com o ICMBio para fortalecer a organização comunitária e a gestão participativa na RESEX). Estes interlocutores são também membros do Conselho Deliberativo da RESEX. Além dessas instituições foi selecionada a Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do Estado do Acre – SETUL.

Os interlocutores institucionais selecionados para a pesquisa, em âmbito nacional, foram os representantes do poder público, com competência na área ambiental, e de organizações da sociedade civil, com papel efetivo no desenvolvimento de populações tradicionais que vivem na Amazônia brasileira. Na esfera pública foi selecionada a Coordenação Geral de Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável (DIUSP/ICMBio) e a Coordenação do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA). As organizações da sociedade civil entrevistadas foram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). O perfil resumido das instituições entrevistadas nesta pesquisa está apresentado no Apêndice D.

Vale ressaltar também que a pesquisa demandou o consentimento livre e esclarecido do entrevistado (Apêndice E), a partir da explicação completa e pormenorizada sobre sua natureza, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodo, conforme as diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos da Resolução 196/96. A realização da entrevista foi formalmente consentida por todos os sujeitos da pesquisa.

A pesquisa de campo envolveu também a identificação da base de atrativos do Núcleo do Cazumbá, reconhecida pela própria população local. Para tanto foi realizada a entrevista projetiva, a qual considera a utilização de recursos visuais para estimular a resposta do entrevistado (GONDENBERG, 2007). Assim, durante as entrevistas com os interlocutores

⁴⁸ A WWF foi fundada em 1961, com sede oficial na Suíça. No Brasil, possui sede em Brasília, com escritórios regionais em Belém, Rio Branco e Macapá. A WWF é uma ONG transnacional, porém foi considerada nesta pesquisa como ator institucional, em esfera regional, pela sua atuação direta na gestão da RESEX CI.

locais foi utilizada para discussão, uma figura (Figura 23, pg. 122) com a representação da vista aérea do Núcleo do Cazumbá. Nesta ocasião, a pesquisadora solicitou aos sujeitos pesquisados que identificassem na figura os locais do Núcleo do Cazumbá considerados importantes para o conhecimento de turistas. Além da identificação da base potencial de atrativos pelo olhar local, este exercício permitiu aos entrevistados o reconhecimento do ambiente onde vivem.

Outro recurso utilizado na pesquisa foi a “observação participante ou ativa”, na qual a pesquisadora participou ativamente na vida do grupo em foco. O uso desta técnica possibilitou ainda “o acesso a dados de domínio mais privado e a captação de sutilezas e aspectos subjetivos dos indivíduos e grupos” (VASCONCELOS, 2002, p. 218). Para registrar as observações da pesquisadora e possíveis reflexões a respeito do estudo, a pesquisa utilizou-se de um diário de campo, o qual serviu para análise posterior e complementação de informações obtidas. Foi realizado ainda o registro fotográfico sobre o contexto local e fatos relevantes para a pesquisa.

Neste sentido, Brandon (2001, p. 235) considera que “o conhecimento e as opiniões obtidas durante a etapa de coleta de dados precisam ser apresentados e discutidos com a comunidade, juntamente com outros dados relevantes”. Por esta razão, após a conclusão do levantamento de dados no Núcleo do Cazumbá, foi realizado um “seminário” com a população local para apresentação dos resultados prévios da pesquisa, após encerramento da fase de campo. Este seminário aconteceu na Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (Núcleo do Cazumbá), em 29 de agosto de 2008 (Listagem de Participantes – Apêndice F). Nesta ocasião foram apresentadas, discutidas e complementadas as informações levantadas durante as entrevistas e consulta aos documentos de gestão da RESEX, além de ter sensibilizado os participantes sobre a temática em foco e, identificado demais sujeitos

interessados no envolvimento com as iniciativas de ecoturismo no local. Neste sentido, é importante salientar que, a estratégia adotada para a pesquisa não teve a intenção de intervir na realidade local e nem acompanhar os desdobramentos do processo.

Após o levantamento dos dados em campo, partiu-se para a quinta etapa metodológica, a qual consistiu na sistematização e análise dos dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Após a transcrição, foi realizada Análise de Conteúdo, sendo esta alternativa utilizada no sentido de contribuir para o processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens contidas nas entrevistas (BARDIN, 1994). Desta forma, buscou-se interpretar as informações da pesquisa através de textos e orações, considerando o que o interlocutor entrevistado quis dizer.

A análise de dados foi iniciada com a leitura minuciosa e ordenação temática de trechos das entrevistas e dos dados de observação realizada durante a pesquisa de campo. Os trechos selecionados das entrevistas foram agrupados para permitir uma leitura ampla e coesa sobre os principais temas levantados pelos entrevistados, conforme salienta Minayo (1994).

Para facilitar a análise dos dados foram definidos os seguintes temas de análise, a partir dos roteiros de entrevista: ecoturismo em seu panorama atual (significado, potencialidades, benefícios, impactos indesejáveis e obstáculos) e, em uma perspectiva futura (demandas locais, interesse de participação no processo e desafios). Após a leitura sobre os temas abordados durante as entrevistas foi realizada uma inflexão, com base no referencial teórico selecionado, no sentido de contextualizar as informações obtidas.

4. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

4.1. Histórico e contexto

Este capítulo propõe um convite ao leitor para conhecer alguns aspectos gerais do modo de vida na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (RESEX CI), fundamentado, principalmente, em seu diagnóstico socioeconômico (AMARAL; GOMES FILHO & MAIA, 2006), em seu Plano de Manejo (BRASIL, 2007) e nos dados levantados durante a pesquisa de campo.

A RESEX CI localiza-se nos municípios de Sena Madureira⁴⁹ (94%) e Manuel Urbano (6%) no Estado do Acre, Amazônia Ocidental, abrangendo a quase totalidade da micro-bacia do rio Caeté e parte do rio Macauã, tributários do rio Iaco, afluente do rio Purus. A área da RESEX CI abrange cerca de 750.794,70 hectares, e perímetro de 589,05 km, entre as coordenadas 09° 01' – 10° 12' S e 68° 50' – 70° 11' W (BRASIL, 2007) (FIGURA 1).

⁴⁹ Localiza-se a 145 km da capital, Rio Branco, sendo o pólo mais importante da região do Alto Purus e uma das principais cidades do Estado. Possui uma área aproximada de 25 mil km², equivalente a 16% da área total do estado, com a população próxima de 35 mil habitantes, sendo 47% na zona rural e 53% na zona urbana, gerando uma densidade demográfica de 0,90 hab/km² e com Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0,652 (IBGE, 2002). Sena Madureira foi a primeira capital do Acre, fundada em 1904.

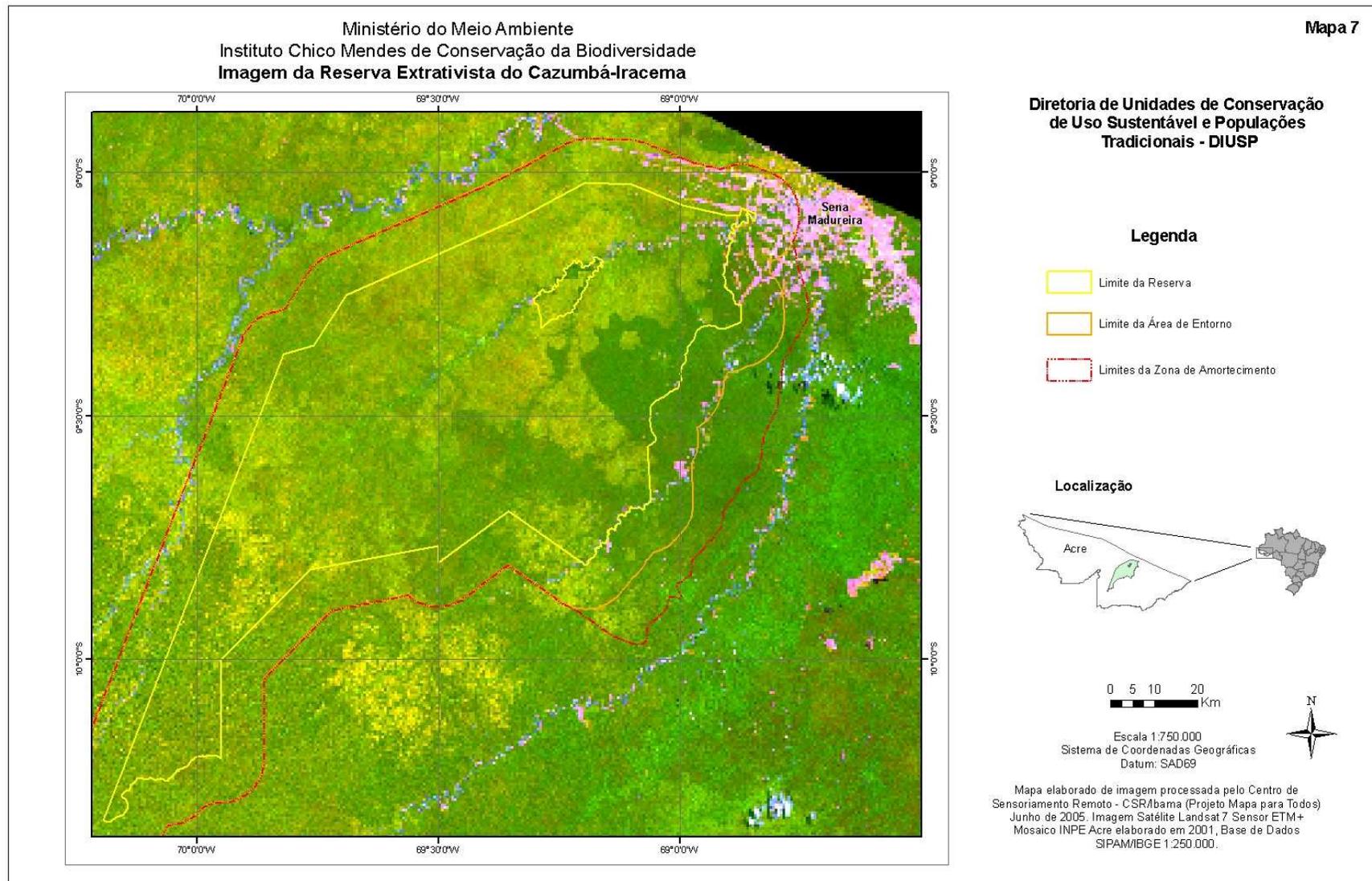


Figura 1: Imagem da RESEX do Cazumbá-Iracema. Fonte: ICMBio, 2008.

Sua formação vegetal é predominantemente de Floresta Ombrófila Aberta, integrando o Corredor Oeste da Amazônia, um dos sete grandes corredores ecológicos propostos para o Brasil (RICARDO & LIMA, 2004).

O entorno da RESEX CI ou sua zona de amortecimento⁵⁰ envolve o Projeto de Assentamento Agrícola Boa Esperança, a Terra Indígena Jaminawa, as Florestas Nacionais do Macauã e do São Francisco, o Parque Estadual do Chandlles e a cidade de Sena Madureira.

Sena Madureira é a cidade mais próxima à Reserva, sendo acessada a partir de Rio Branco, pela BR-364. O acesso à Reserva, a partir de Sena Madureira, dá-se pelos rios Caeté e Macauã. Em seu interior, há também diversos igarapés que permitem o acesso a moradias mais dispersas em Santo Antônio, Canamari e Maloca (no rio Caeté), e no igarapé Riozinho (no rio Macauã).

No verão amazônico, de junho a outubro, os rios e igarapés têm sua navegabilidade muito reduzida ou interrompida, o que possibilita o acesso à RESEX CI por via terrestre, pela “Estrada do Narcélio”, na parte leste, em uma distância máxima de Sena Madureira de 126 km até o Seringal Cachoeira. Para a região central da RESEX, a estrada segue pela Rodovia BR-364, sentido Manuel Urbano, em uma extensão de 16 km, seguindo pelo Ramal do 16, por 21 km até o Núcleo do Cazumbá (aproximadamente três horas de viagem). Estes ramais atendem apenas parte das famílias da Reserva (BRASIL, 2007).

No período de chuva, de novembro a maio, quando os rios estão cheios, o acesso à RESEX se dá por via fluvial, na parte central, pelo rio Caeté e seus principais tributários, os igarapés Maloca e Canamary (são cerca de oito horas de barco). Na parte leste, o acesso à RESEX CI se dá pelo rio Macauã (BRASIL, 2007).

⁵⁰ Onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar ameaças e impactos negativos sobre a UC. Deve ser delimitada, considerando as características socioambientais regionais, as atividades existentes e os impactos potenciais na UC (BRASIL, 2007a).

A RESEX CI é uma importante UC de Uso Sustentável da região, que abriga uma amostra expressiva do bioma amazônico, com suas riquezas naturais e culturais. No Seminário Consulta de Macapá⁵¹, em 1999, essa UC, já havia sido considerada como área natural preservada de importância elevada para a conservação de répteis e biota aquática e de extrema importância para mamíferos, por sua alta taxa de biodiversidade, índice de endemismos e espécies raras (CUNHA & ALMEIDA, 2001).

A RESEX CI é habitada por famílias extrativistas, em sua maioria migrantes nordestinos e seus descendentes, que vieram para o Acre, incentivados pelo governo federal, durante os anos de valorização da borracha⁵². Estas famílias se distribuem em cinco macro-regiões (Médio Caeté, Alto Caeté, Cazumbá, Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira), definidas pelos técnicos do ICMBio, em conjunto com os habitantes da RESEX. A população atual envolve aproximadamente 250 famílias, totalizando cerca de 1.300 pessoas, das quais 56% são homens e 44% são mulheres. A população local é predominantemente jovem, representando cerca de 60% dos moradores. O tempo de moradia dessas famílias é bastante variado, sendo que 61% delas vivem no mesmo local há mais de 20 anos.

A maioria dos moradores reside em colocações⁵³, nos seringais que deram origem a RESEX CI, com exceção da macro-região Cazumbá, que possui o maior número de famílias (54), parte delas no Núcleo do Cazumbá, e parte no seringal Guarani (AMARAL, GOMES FILHO & MAIA, 2006).

⁵¹ Realizado em Macapá (AP), o Seminário contou com a participação de diversos setores da sociedade brasileira e internacional, com o objetivo de avaliar e identificar ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira.

⁵² Para maiores informações sobre os anos de valorização da borracha ver: Dean, W. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. (tradução Eduardo Brandão) São Paulo: Nobel, 1989.

⁵³ Unidades habitacionais definidas pelo número e extensão das estradas de seringa, estabelecidas em função da localização das seringueiras. As habitações da RESEX CI não se distribuem de forma homogênea. A ocupação é maior às margens dos rios, tornando-se mais esparsa em direção ao centro e no alto dos rios. O tempo de caminhada entre duas colocações ocupadas pode variar de minutos a horas, dependendo da região.

Com relação ao histórico de criação da RESEX, a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá foi o principal agente nesse processo. No final de 1999, esta Associação procurou o IBAMA, em busca de apoio e informações sobre a possibilidade de implantação de um projeto de criação de animais silvestres e sobre a melhor forma de proteção da biodiversidade da área. O IBAMA, na época, internalizou o pleito da Associação e avaliou que a criação de uma Reserva Extrativista seria a melhor forma de garantir a sobrevivência da população local e a manutenção de seus costumes fundamentados no uso racional dos recursos da floresta. Com este objetivo, o IBAMA realizou várias reuniões com representantes da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá e com a população local, que resultaram na adesão crescente de moradores de outros seringais do rio Caeté para a proposta. A RESEX passou a partir de então, a ser interpretada como uma possível solução para os problemas locais.

Através da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, o Núcleo do Cazumbá manifestou-se então, publicamente a respeito, exigindo a criação da RESEX e, no início de 2002, uma carta foi enviada aos representantes das instituições públicas competentes, solicitando apoio nesse processo (Anexo A). Após sucessivas pressões junto ao IBAMA, MMA e Gabinete da Presidência da República, em setembro de 2002 foi decretada a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2002 - Anexo B). Assim, a RESEX CI se constrói na configuração sociopolítica do Núcleo do Cazumbá.

As principais atividades econômicas na RESEX são a extração de borracha e castanha-do-Brasil, a agricultura familiar e a pecuária extensiva. Uma grande variedade de outros produtos florestais⁵⁴ é também extraída da floresta, principalmente para o consumo da

⁵⁴ Entre eles: cipó-timbó, açafá, patauí, bacaba, cajá, cipó-de-ambe, bacuri, sementes, jatobá, palmito, pupunha, copaíba, breu-branco, cupuaçu, sucuba e buriti.

população local. A mandioca é o principal produto agrícola, sendo utilizada para produção de farinha. A criação de gado também é praticada nesta RESEX, em aproximadamente 60 colocações, porém, a maior parte das famílias cria animais de pequeno porte (galinhas, patos e porcos). A caça e a pesca são atividades essenciais para a sobrevivência dessas famílias e são também fortemente presentes na cultura tradicional local. Com relação à madeira, a população local a extrai apenas para uso próprio, principalmente para a construção de casas, cercas e canoas.

Para aumentar a renda familiar, diversos moradores prestam serviços temporários em seringais e fazendas da região, recebendo diárias que variam de acordo com a atividade (serviço de roçagem, peão de fazenda, barqueiro, carpinteiro e motosserrista). Outros moradores locais recebem aposentadoria, como Soldado da Borracha ou produtor rural, e também, alguns são servidores públicos municipais e estaduais, atuando como professores e agentes de saúde (AMARAL; GOMES FILHO & MAIA, 2006).

Em relação ao financiamento de despesas com as atividades produtivas, atualmente, os seringueiros contam com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex) e o Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (Prorural). Estas linhas de crédito são custeadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Até 2003, 115 famílias da RESEX CI acessaram estes financiamentos. No entanto, a exploração de produtos extrativistas enfrenta ainda obstáculos em toda a cadeia produtiva, desde o estágio da extração, até a finalização do produto agregado para ofertar ao mercado. Estes obstáculos tendem a gerar limitações evidentes na inserção do produto extrativista no mercado (INOUE, 2007).

Além dos financiamentos voltados à produção, 263 famílias locais já receberam o Crédito Instalação (um benefício do Programa Nacional de Reforma Agrária), estendido aos

moradores de Reservas Extrativistas, tendo em vista que a criação dessas UCs contribui para a reforma agrária, fixando o extrativista no campo e fornecendo a ele e a seus descendentes o direito real de uso da terra. Contudo, as políticas de incentivo ao extrativismo limitam-se, basicamente, a financiamentos com baixo investimento em assistência técnica (BRASIL, 2007).

Quanto aos serviços de educação e saúde na RESEX CI, estes são ainda limitados, como na maioria das Reservas Extrativistas da região. Existem 12 escolas (nove estaduais e três municipais), que ministram cursos de 1ª a 8ª séries (ensino fundamental), mas a taxa de analfabetismo da população local é de 49%. A RESEX conta apenas com um posto de saúde, localizado no Núcleo do Cazumbá e mantido pela Prefeitura Municipal de Sena Madureira, e que ainda se encontra desabilitado. As doenças com ocorrência mais freqüente entre os moradores locais são comuns em toda a região Amazônica (malária, verminose, hepatite, diarreia e doenças de pele).

As opções de lazer dos moradores da Reserva incluem futebol, eventos comemorativos, passeios pelas colocações e forrós animados pelos músicos da região. A televisão é também opção de lazer para alguns moradores. A organização de eventos é realizada de forma coletiva, o que propicia momentos de união e descontração. O futebol é uma prática, sobretudo dos moradores do Núcleo do Cazumbá, se constituindo em importante forma de integração social entre os moradores da UC, uma vez que estes se reúnem, freqüentemente, para promover torneios no próprio seringal e participar de campeonatos em Sena Madureira.

Outra característica marcante na RESEX CI é a realização de diversos projetos de desenvolvimento local, os quais envolveram em seus processos as populações locais, associações comunitárias, instituições públicas e privadas e ONGs. Estes projetos foram

realizados no período de 2001⁵⁵ a 2007, sendo alguns destes já concluídos e outros estão ainda em andamento:

- Criação e Manejo da Fauna Silvestre⁵⁶;
- Couro Ecológico;
- Artesanato de Borracha;
- Design em Madeira;
- Coleta e Comercialização de Óleo de Copaíba;
- Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia⁵⁷;
- Crédito Instalação de Moradia;
- Projeto Barco de Leitura⁵⁸;
- Gestão de Recursos Hídricos da Microbacia dos Rios Caeté, Macauã, Iaco e Purus⁵⁹;
- Plano de Comunicação da RESEX do Cazumbá-Iracema;
- Estrutura de Gestão da RESEX do Cazumbá-Iracema.

É importante ressaltar que, segundo Santos (2007), a maioria destes projetos, apesar dos esforços empreendidos para o fortalecimento das habilidades, interesses e capacidades locais, alcançou resultados que não continuaram após o seu encerramento.

⁵⁵ Os projetos só foram institucionalizados pela RESEX CI após a sua criação em 2002, pois antes eram direcionados ao Núcleo do Cazumbá, em nome da ASSC.

⁵⁶ Financiado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal (MMA) e executado pela ASSC, com apoio do Profauna e IBAMA/AC.

⁵⁷ Este projeto faz parte do Programa Biodiversidade Brasil-Itália, cooperação bilateral com atuação na Amazônia, no Cerrado e na Caatinga. Este projeto é considerado pelo ICMBIO como a mais importante iniciativa de desenvolvimento que chegou aos moradores da RESEX CI. Este projeto ainda se encontra em andamento e pode ser consultado no site <http://www.pbbi.org.br>.

⁵⁸ Apoiado pela Fundação Elias Mansour, do Governo Estadual do Acre, este projeto visa à montagem de bibliotecas e a realização de atividades para estimular o hábito da leitura em algumas comunidades locais.

⁵⁹ A ONG local, Fundação Amigos da Amazônia captou, junto à PETROBRAS, e em parceria com o IBAMA e ICMBIO, recursos para apoiar a formação e atuação dos Agentes Ambientais Voluntários na RESEX CI, nas Flonas Macauã e São Francisco e na zona de atuação do Projeto Alto Purus, voltado ao manejo de pesca. O projeto realiza processos de capacitação, fortalecimento e de intercâmbio de comunitários, entre outras atividades.

Além destes projetos, em 2006, a RESEX foi contemplada pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que apóia algumas atividades básicas de gestão, previstas em seus programas de manejo, fundamentais para a implementação efetiva da Reserva, como a melhoria de infra-estrutura básica (AMARAL; GOMES FILHO & MAIA, 2006).

Em relação à organização comunitária na RESEX CI, essa vem progressivamente se fortalecendo, com a institucionalização de associações comunitárias para a gestão de conflitos e problemas locais. Além disso, as associações possuem o papel de repasse de informação ao ICMBio para o controle e a fiscalização da área, e o cumprimento das regras de convivência, estabelecidas no Plano de Utilização.

Nos primeiros anos após a criação da RESEX, em 2002, havia apenas uma associação legalizada (Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá - ASSC). Em 2004, uma segunda associação foi criada, a Associação dos Extrativistas do Zirmão-Iracema. Em 2005, como parte do projeto “Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), os demais moradores foram incentivados e apoiados na criação de outras associações, surgindo então, a Associação dos Produtores Extrativistas do Alto Caeté, a Associação dos Produtores Extrativistas do Médio Caeté e a Associação dos Produtores Extrativistas do Riozinho-Cachoeira. Estas cinco associações representam moradores de todas as macro-regiões da Reserva.

No processo de tomada de decisões, cabe ao Conselho Gestor da RESEX (conselho deliberativo) apoiar o cumprimento das regras de convivência e a proteção de sua biodiversidade. Sendo a instância máxima de gestão da RESEX, o Conselho prevê, em seu regimento, três reuniões públicas ordinárias por ano, para discussão de questões abrangentes e estruturantes para toda a RESEX.

O Conselho Deliberativo da RESEX CI foi criado pela Portaria nº 25, de 09 de março de 2006, como resultado do projeto “Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”, sendo composto por oito instituições governamentais e nove organizações da sociedade civil⁶⁰, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 01: Composição do Conselho Deliberativo da RESEX CI.

| Instituições Governamentais | Organizações da Sociedade Civil |
|---|---|
| Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | Comunidade Alto Caeté |
| Fundação Nacional do Índio | Comunidade Médio Caeté |
| Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária | Comunidade Cazumbá |
| Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar | Comunidade Jacareúba-Redenção-Maloca |
| Parque Estadual do Chandless | Comunidade Riozinho-Cachoeira |
| Secretaria de Meio Ambiente de Sena Madureira | Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã e Área de Entorno |
| Secretaria de Saúde de Sena Madureira | Associação Agrícola Caçaborá |
| Secretaria de Educação e Cultura de Sena Madureira | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira |
| --- | World Widelife Fund for Nature –Brasil |

Assim, o Conselho Deliberativo é constituído por representantes do poder público e organizações da sociedade civil, considerando as populações tradicionais da Reserva. No entanto, não é ainda garantida, em sua composição, a maioria de representantes das populações tradicionais da UC, como é sugerido pela IN 02/2007 – ICMBio, uma vez que esse Conselho foi criado antes dessa IN ser instituída.

Além do Conselho Gestor, a RESEX possui o Plano de Manejo. Este documento foi elaborado, a partir do final do ano de 2002, tendo sido concluído ao final de 2007, aprovado durante a oitava reunião ordinária do Conselho Gestor (em 11 de março de 2008) e ratificado

⁶⁰ Para investigar o processo de criação e implementação do Conselho desta RESEX, ver Gomes Filho *et al* (2006).

em 28 de agosto de 2008, mediante a Portaria nº 56 do ICMBio, a qual oficializa a aprovação do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. A aprovação deste documento foi um passo importante para a gestão desta UC, já que estabeleceu a sua regulamentação e o zoneamento da área, além de ter instituído programas de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O documento, produzido com a participação de vários setores da sociedade civil, envolvendo, sobretudo os representantes locais, atualizou também o Plano de Utilização, sendo este um conjunto de regras comunitárias para orientar a convivência e as práticas de uso dos recursos naturais pelos moradores (BRASIL, 2007)⁶¹.

Com a implementação das ações propostas neste documento, a Reserva pretende alcançar sua missão de

Promover, a partir de parcerias com diversos segmentos da sociedade, especialmente com as comunidades locais, na condição de principais beneficiárias e co-responsáveis pela gestão da Unidade, a conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais de porção significativa do bioma amazônico no estado do Acre, assegurando a melhoria das condições de vida das populações residentes, em harmonia com a manutenção de sua cultura e modo de vida tradicional (BRASIL, 2007, p. 15).

Vale ressaltar também, neste sentido, que dois instrumentos de monitoramento e avaliação de UCs (RAPPAM⁶² e *Tracking Tool*⁶³) orientam o processo de acompanhamento da gestão da RESEX CI.

Com a preocupação de produção, sistematização e divulgação de informações sobre a UC e seu processo de implementação, o órgão gestor construiu um banco de dados informatizado para cadastro dos moradores e, no âmbito do projeto “Estrutura de gestão da

⁶¹ Até abril de 2009, além da RESEX CI, somente a RESEX Chico Mendes conta com Plano de Manejo aprovado, entre as mais de 50 RESEXs existentes.

⁶² *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management* (IBAMA & WWF-BR, 2007).

⁶³ Instrumento de avaliação de áreas protegidas, desenvolvido pelo WWF e Banco Mundial.

RESEX CI”, foram produzidos diversos materiais informativos e foi realizada a construção de um *site* na rede mundial de computadores (<http://www.cazumba.org>). Da mesma forma, diversos trabalhos técnicos e acadêmicos foram publicados sobre a RESEX, conforme listagem apresentada no Apêndice G.

Atualmente, a administração da Reserva está baseada no Escritório Regional do IBAMA, em Sena Madureira. A Reserva conta também com uma base de apoio (escritório/alojamento), localizada no Núcleo do Cazumbá e que já está sendo utilizada para apoio às atividades de pesquisa e gestão. O quadro administrativo da RESEX envolveu cinco funcionários, até o início de 2009.

Apesar de diversos avanços estarem acontecendo para a implementação efetiva da RESEX CI, diversos são também os problemas que dificultam o alcance de seus objetivos, entre os quais: a fiscalização deficiente; sinalização insuficiente; iniciativas de educação e cidadania ainda incipientes; problemas de saúde que afetam o cotidiano da RESEX; parcerias ainda limitadas para a gestão; ausência de sistema de comunicação interna; e pesquisa científica aplicada limitada sobre a área de estudo. Outros problemas neste sentido são ainda recorrentes para a gestão: pendências na regularização fundiária; caça e pesca ilegal; desmatamento descontrolado; ocupação humana de áreas de preservação permanente; presença de moradores não autorizados na área; e o uso irracional dos recursos naturais renováveis (BRASIL, 2007).

Vale considerar ainda neste contexto, as diretrizes do Plano de Manejo da RESEX CI. Este documento tem como um de seus objetivos a contribuição “para a disseminação e melhor compreensão da importância socioambiental e econômica da Reserva pelos diversos atores locais e regionais, visando sua inserção e maior integração aos processos de desenvolvimento regional” (BRASIL, 2007, p. 16). O Plano de Manejo contém diversos programas de

desenvolvimento, baseados em seus objetivos, envolvendo as áreas de Administração e Gestão, Conservação da Biodiversidade, Pesquisa, Saúde, Educação, Valorização da Cultura Tradicional, Comunicação, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico.

No contexto destes programas, o Programa de Desenvolvimento Econômico possui um Sub-programa de Turismo, que objetiva (BRASIL, 2007):

- Avaliar o potencial ecoturístico da UC por meio de estudos;
- Desenvolver atividades ecoturísticas (implantar infra-estrutura apropriada; elaborar pacotes e roteiros; estabelecer parcerias com agências e operadoras de turismo e órgãos públicos do setor);
- Capacitar moradores e técnicos sobre os princípios básicos do ecoturismo e do turismo em geral, guiamento, serviços de informação, serviços de alimentos e bebidas e idiomas. Esses cursos devem envolver conhecimentos do patrimônio cultural e natural.

De acordo com o Plano de Manejo, o turismo proposto para a RESEX CI é direcionado para o público estudantil e populações regionais, com a finalidade de divulgar os projetos de desenvolvimento local contemplados pela UC. Este documento define também que o planejamento turístico deve se basear em experiências efetivas de ecoturismo em áreas protegidas dessa tipologia (BRASIL, 2007).

No contexto do Plano de Manejo, o Plano de Utilização estabelece regras também relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo, como o procedimento de entrada de pessoas estranhas à RESEX e determina que “a entrada na Reserva de pessoas estranhas aos moradores deve ser autorizada pela comunidade depois de conhecer e aprovar os objetivos da visita; visitas institucionais devem ser comunicadas e eventualmente autorizadas pelo

ICMBIO” (BRASIL, 2007). Os visitantes à área são também orientados por regras de conduta e recomendações para a visita na RESEX CI, as quais estão apresentadas no Anexo C.

As áreas da RESEX CI destinadas às atividades de turismo e lazer estão definidas em seu zoneamento (Figura 2), como Zona Agroextrativista (porção norte e noroeste da Reserva), envolvendo áreas de uso comunitário (abrangendo o Núcleo do Cazumbá), áreas de recuperação ambiental e área de uso não tradicional, e, Zona com Potencial Turístico, que envolve áreas de beleza cênica natural (BRASIL, 2007).

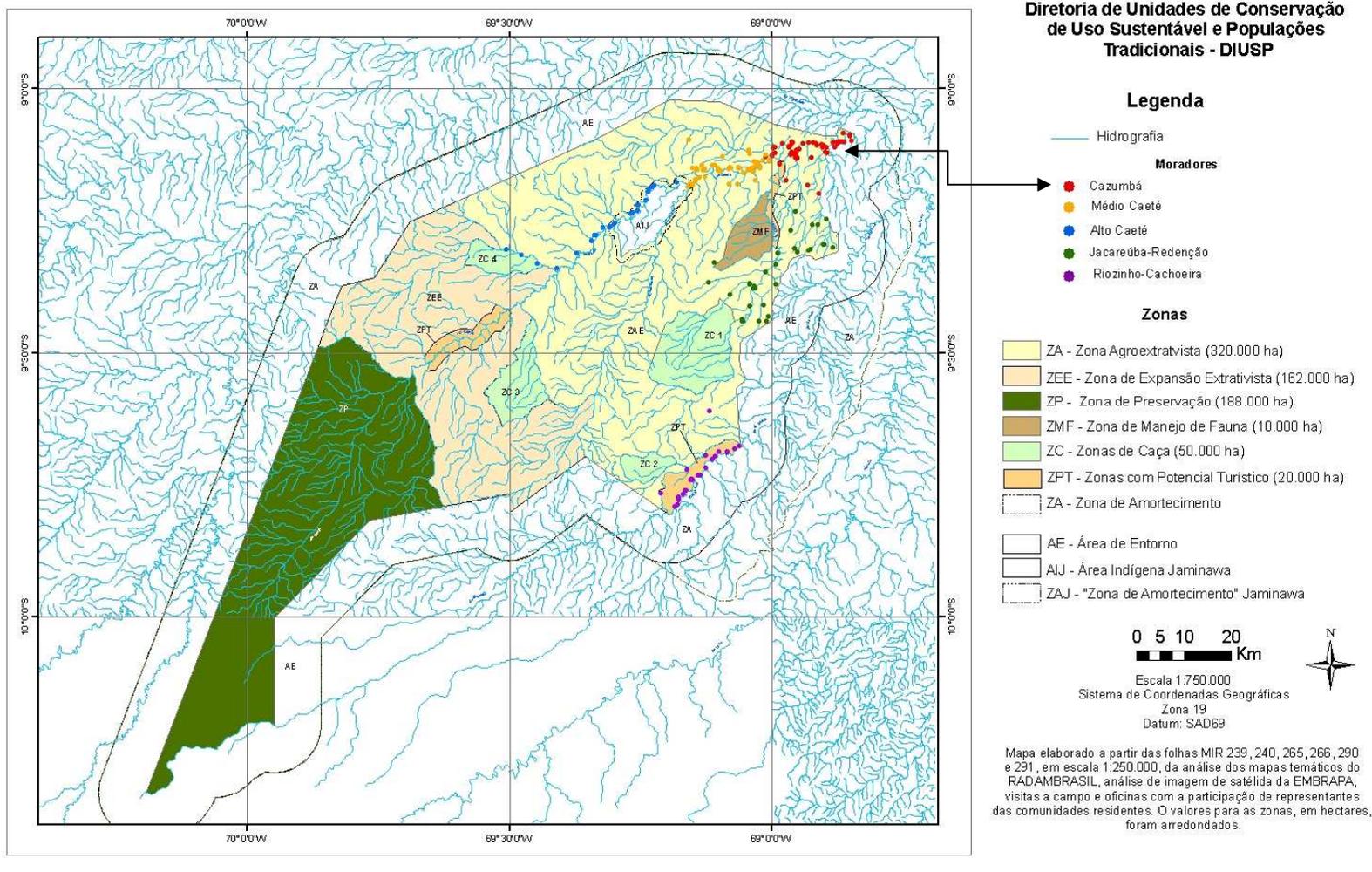


Figura 2: Zoneamento da RESEX do Cazumbá-Iracema. Fonte: ICMBio, 2008.

Com relação à potencialidade da RESEX para o desenvolvimento turístico, Amaral, Gomes Filho e Maia (2006) consideram o turismo como um caminho possível para a geração de renda, porém, em longo prazo.

No Núcleo do Cazumbá, foco da presente dissertação, o ecoturismo se desenvolve, ainda de forma incipiente, como uma possível alternativa econômica para o desenvolvimento local. No contexto da RESEX CI, o Núcleo do Cazumbá está descrito em suas especificidades, a seguir, para a interpretação do ecoturismo local.

4.2. Núcleo do Cazumbá

Localizado no seringal Iracema, às margens do rio Caeté, município de Sena Madureira (AC), o Núcleo do Cazumbá possui atualmente 37 famílias. São seringueiros e seringueiras descendentes dos primeiros grupos de nordestinos que ocuparam a Amazônia Ocidental, a partir da segunda metade do século XIX. O Núcleo surgiu em razão dos conflitos fundiários em torno da posse dos seringais da região (AMARAL, GOMES FILHO & MAIA, 2006).

O Núcleo do Cazumbá é o local onde estão algumas moradias e infraestrutura básica de RESEX (escola, igreja, posto de saúde e alojamento do ICMBio), sendo este também, o local onde algumas atividades tradicionais são realizadas coletivamente, com participação de homens e mulheres. A maioria dos moradores está no local desde o seu nascimento, vivendo quase que exclusivamente de atividades extrativistas, agropecuária, caça e pesca.

Diversas alternativas econômicas têm sido desenvolvidas pela população local, com apoio da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (que possui membros do Núcleo do Cazumbá), envolvendo projetos de criação e manejo de animais silvestres, sendo estes financiados pelo governo federal (GOMES FILHO *et al*, 2004).

A ASSC, que é a principal forma associativa do Núcleo, foi a principal propulsora para a criação da RESEX CI, sendo a associação mais antiga (criada em agosto de 1993) e abrangente da Reserva (atualmente com 66 sócios). Esta Associação desempenha importante papel no incentivo e auxílio na estruturação administrativa às associações mais recentes. A ASSC surgiu em função da pressão sofrida pela iminente implantação de um projeto de assentamento do INCRA, o que levou os moradores a se organizarem para a defesa de seus direitos de ocupação e uso da terra. Neste contexto, é importante ressaltar também que, esta

união entre as famílias para projetos comuns tem sua origem na forte religiosidade deste grupo social.

Desde a criação da ASSC, seus membros buscam melhorias para as famílias do Núcleo do Cazumbá, seja pela energia elétrica, abertura de ramais, construção de pontes, implantação de unidades de produção, saneamento básico, escolas, postos de saúde, projetos sociais e econômicos, entre outros. Mas os moradores do Núcleo reconhecem que foi no período de 2004 a 2005 que diversos benefícios foram conquistados para a população local.

Algumas benfeitorias e equipamentos atendem a todos os moradores no Núcleo do Cazumbá, como campo de futebol, sede de Associação, gerador de energia, bomba d'água, serraria, peladeira de arroz, colheitadeira e triturador de grãos.

Apenas 11% dos moradores do Núcleo do Cazumbá utilizam módulos sanitários (vaso sanitário e chuveiro com sistema de escoamento de dejetos, captação, armazenamento e distribuição de água) e 9% usam fossas negras ou “privadas”⁶⁴ (GOMES FILHO *et al*, 2004).

Com relação ao acesso à energia elétrica, o Núcleo do Cazumbá é uma das três áreas da RESEX CI, que possui gerador de energia elétrica e também placas de captação de energia solar, sendo estes obtidos por meio de iniciativas dos próprios moradores. A energia elétrica melhorou as condições sociais e econômicas locais, propiciando também a instalação de uma pequena serraria para beneficiamento da madeira (utilizada na construção de moradias), iluminação e utilização de eletrodomésticos (como televisão, geladeira e freezer). Os moradores pagam entre 20 e 30 reais pelo óleo do motor para terem água e luz. A luz é acesa somente à noite em dias alternados. Para dinamizar essa situação, os moradores aguardam os investimentos do Programa Nacional Luz para Todos⁶⁵ chegar até a RESEX.

⁶⁴ Estas taxas são maiores do que nas outras áreas habitadas na Reserva (GOMES FILHO *et al*, 2004).

⁶⁵ Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, iniciado em 2004, pelo Governo Federal, com o objetivo de levar energia elétrica para a população rural.

O acesso à energia elétrica propicia também aos moradores o contato com meios de comunicação, que desempenham papel fundamental na integração social da região. Com exceção das localidades onde há televisão, o único meio de comunicação é o rádio a pilha, o que proporciona aos moradores locais o recebimento de notícias da imprensa e de seus parentes e amigos. Há programas diários específicos para a transmissão de mensagens pelo rádio, sendo esses de extrema importância para a dinâmica da Reserva, inclusive para o ICMBio, pois representam, atualmente, o único meio de difusão de informações aos moradores.

Outro meio de comunicação possível de ser utilizado é o telefone celular, uma vez que no Núcleo do Cazumbá há duas antenas para captação de sinal desse tipo de telefonia.

Quanto às iniciativas de educação, no Núcleo há uma escola municipal que oferece ensino para jovens e adultos, que conta com três professores que atendem aproximadamente 80 alunos, nos turnos da manhã e tarde. Nesta escola, alguns idosos também são alfabetizados, quando não estão em trabalho.

Outra iniciativa importante no Núcleo foi a criação do Grupo de Formação da Mulher (GFM), que tem como finalidade ampliar a participação das mulheres da ASSC, nas decisões locais. O grupo é também responsável pela organização de eventos, como treinamentos, cursos, festas e arrecadação de recursos para aquisição de equipamentos.

Assim, como reconhecimento do seu modo de organização comunitária e resultados já alcançados, a ASSC recebeu diversos prêmios: Chico Mendes, modalidade Organização Comunitária (2º lugar/2002 e 1º lugar/2005) e Arte e Cultura (3º lugar/2006); Rodrigo de Melo Franco de Andrade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico (1º lugar/2005) e participação no

projeto “Casos de Sucesso” do SEBRAE (DUARTE, 2004), os quais reafirmam o destaque do Núcleo do Cazumbá e da própria RESEX.

Em virtude deste quadro, nos últimos anos, o Núcleo do Cazumbá vem sendo procurado por diversos setores da sociedade civil que defendem a racionalidade socioambiental na Amazônia, para a troca de experiências e a elaboração de novos projetos dessa natureza.

Devido à visibilidade alcançada no contexto regional, o Núcleo do Cazumbá, desde 2002, vem se engajando no desenvolvimento do ecoturismo, quando foi implantada a primeira pousada, sendo essa administrada pelos moradores locais. Dessa forma, o Núcleo é ainda a única localidade da RESEX onde ocorre visitação, em pequena escala⁶⁶, e possui uma infraestrutura relativamente mais desenvolvida, em comparação com as demais localidades da Reserva.

Antes mesmo da realização da presente pesquisa, o ecoturismo já era discutido pelos atores locais, como alternativa potencial de geração de renda e, de conservação da natureza e da cultura tradicional, como já foi mencionado nos depoimentos registrados nas pesquisas de Moraes & Villela (2006) e Santos (2007), transcritos a seguir.

Desenvolver o ecoturismo no local pode vender os produtos e artesanato. As pessoas podem conhecer a comunidade que vive no meio da floresta, sendo um estímulo para a comunidade se valorizar e continuar morando no local com novas perspectivas (ASSC *apud* MORAES & VILLELA, 2006).

Como alternativa de geração de renda, a comunidade está se preparando para o ecoturismo. Possui um observatório de fauna e flora e uma pousada construída com recursos no valor de 30 mil oriundos de uma premiação que a associação recebeu do Ministério da Cultura, pelo projeto Barco da Leitura (Liderança local *apud* SANTOS, 2007, p. 37).

⁶⁶ As visitas registradas no livro de visita da ASSC foram de 2003 a 2008, em 275 pessoas com diversas origens: São Paulo, Minas Gerais, Itália, EUA (14 *student Animal Science*), Peru, África do Sul, Holanda e várias cidades regionais. Os visitantes são oriundos, principalmente, de órgãos institucionais (Emater, MMA, Pró-fauna, Sebrae, SEPROF-AC, INCRA, Igreja Católica, Uninorte, Embrapa AC, Prefeitura de Sena Madureira, CNPT/IBAMA, UFAC).

Atualmente, apesar de o Núcleo não ter ainda uma infraestrutura receptiva eficiente, o local atrai diversos visitantes (maioria estudantes), principalmente interessados em conhecer a organização comunitária, conforme o depoimento de um dos atores locais entrevistados na presente pesquisa.

A gente já recebeu muitos visitantes. Hoje, até que eu dei uma brechada, por conta da organização, por conta de eu querer tornar a coisa legal, que seja com começo, meio e continuidade, porque não pode ter fim. No Cazumbá, não levo como turista, eu levo como alguém que quer conhecer, e vai lá sabendo o que vai encontrar, porque eu sei que se a coisa não estiver legal, a partir da instituição até a comunidade, que todos falem a mesma língua, que todos tenham conhecimento do que é melhor, pode começar e parar pelo meio do caminho, senão começa uma atividade, depois fica como frustrada (Aldeci Cerqueira Maia).

No processo de visitação no Núcleo, para cada grupo de visitantes recebido no local, é realizada a divisão de tarefas entre os moradores, para atenderem ao visitante. Dessa forma, os moradores envolvidos nesse processo são remunerados pelo serviço prestado. Se a visita for individual, a renda obtida se concentra em uma ou duas pessoas, já que é necessário o envolvimento de poucos moradores para o atendimento ao visitante. Porém, isso causa desconforto entre os demais moradores, uma vez que as pessoas envolvidas na organização da visita individual são sempre as mesmas. Sendo assim, alguns moradores percebem que esse processo beneficia ainda apenas algumas pessoas do local. As visitas realizadas ocorrem, em geral, no período de inverno, quando há facilidade de deslocamento da cidade de Sena Madureira ao Núcleo do Cazumbá.

Os moradores, nestas ocasiões, divulgam aos visitantes seus produtos de alimentação e também utilizam esses produtos como ingredientes na elaboração dos pratos típicos⁶⁷. O

⁶⁷ Café da manhã: macaxeira, tapioca, banana, mamão, ovos, leite e café. Almoço: galinha caipira, couve, coutrou, cebola, pimenta, peixe, carne de porco e boi, farinha, feijão, arroz de arranca, repolho, batata doce, alface, tomate, jerimum e macarrão. Café da tarde: bolo de macaxeira e pudim de macaxeira. Jantar: sopa de

cardápio é elaborado de acordo com os alimentos disponíveis na estação. Para integrar alguns pratos, às vezes, são também utilizados os alimentos industrializados, sendo estes comprados em Sena Madureira.

Desta forma, o Núcleo do Cazumbá é alvo das primeiras iniciativas de ecoturismo da RESEX. Entretanto, não foi ainda realizado um estudo aprofundado sobre o olhar da população local, considerada como protagonista no processo de implementação dessa prática. Com este intuito, a seguir, a presente dissertação interpreta, sob a ótica local, o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá, em seu panorama atual e futuro.

4.2.1. Resposta local ao ecoturismo: Núcleo do Cazumbá em foco

Para interpretar o ecoturismo, sob a ótica local, na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, com foco no Núcleo do Cazumbá, (e complementar a leitura com a visão institucional sobre o tema, em termos de viabilidade das propostas locais), são discutidos a seguir os resultados da pesquisa, com base em dois temas centrais de análise: a) ecoturismo em uma perspectiva presente (significado do ecoturismo, potencialidades, benefícios, impactos indesejáveis e obstáculos); e b) ecoturismo na projeção de cenários (demandas locais, contexto desejado de participação no processo e desafios a serem transpostos).

a) Ecoturismo em uma perspectiva presente

- **Significados para o ecoturismo**

Os significados atribuídos pela maioria dos atores locais ao ecoturismo relacionam-se, principalmente, ao seu potencial de geração de renda, valorização da cultura local e contato com a natureza conservada.

Em relação ao potencial do ecoturismo como fator de geração de renda é interessante ressaltar que, para os moradores locais, muitas vezes, este é interpretado como alternativa às atividades produtivas tradicionais, para diminuir a pressão sobre os recursos naturais renováveis da RESEX CI, conforme os depoimentos a seguir.

Turismo é uma fonte de renda para o povo, e que o povo saiba explorar os recursos do local para atrair pessoas que querem conhecer o local (Adelino Nunes de Almeida).

Tem que ter projeto para melhorar a vida da gente. Se não, o povo não respeita a lei e não vai conservar a floresta (Maria Cerqueira).

O turismo é mais uma fonte de renda (...), porém muitas vezes as pessoas saem da Unidade, no caso de uma Reserva Extrativista, pra vir para a cidade por falta de alternativa de renda. Hoje, o que nós queremos como comunitários é que sejam apresentadas novas alternativas. E, eu como comunitário vejo o turismo como uma fonte muito rica, desde que seja bem trabalhado (Aldeci Cerqueira Maia).

A RESEX significa área de preservação. Por isso, tem que ter alternativa de renda para não explorar a floresta. Mas, o governo não investe em coisas pra gente sobreviver (Manoel Cerqueira Maia).

É importante mencionar também que a geração de renda, neste caso, pode representar ainda um incentivo, para que a população local permaneça na zona rural, e assim, fortaleça o sentido real da existência da RESEX, o de reconhecimento do território tradicional.

Vale ressaltar que, atualmente, o êxodo rural representa uma questão local preocupante, uma vez que há o interesse dos jovens do Núcleo do Cazumbá em morar nos centros urbanos e de não mais desenvolver as atividades produtivas tradicionais. Nesse entendimento, Rocha (2007) salienta que, geralmente, agricultores saem da zona rural sem ter a menor capacidade de competir no mercado de trabalho, se tornando, na maioria das vezes, marginalizados pela sociedade, e conseqüentemente fazendo “inchar” cada vez mais as periferias urbanas. Por esse motivo, este autor ressalta que é mais conveniente e menos oneroso investir na permanência dos pequenos produtores na zona rural, uma vez que o reflexo dos problemas socioeconômicos gerado pelo esvaziamento do campo pode representar um problema maior para o poder público e a sociedade civil. Sendo assim, é necessária a busca de investimentos em alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população local, para a sua permanência na RESEX.

Neste sentido, a geração de renda resultante do desenvolvimento do ecoturismo é interpretada também como fator potencial para a melhoria das condições de vida pelos

moradores locais entrevistados e seus familiares, uma vez que a consolidação de alternativas produtivas locais significa também, para esses atores, a garantia de trabalho para as gerações futuras, conforme ilustrado nos depoimentos a seguir.

(...) a comunidade tendo o turismo como prioridade é por que ela tem a vontade e o desejo de cada pessoa economicamente melhorar a sua situação financeira, ou botar o filho para estudar, alguma coisa que melhore sua situação ou a da sua família, ou coletivamente da comunidade (...) (Aldeci Cerqueira Maia).

A RESEX significa preservação e é o futuro dos meus filhos em terem terra para trabalhar (Pedro Siqueira Maia).

A RESEX é muito importante na minha vida. Minha vida melhorou muito depois que se tornou RESEX, pois pude usar os recursos para produzir várias coisas (Jair Gomes da Silva).

Nosso ideal é melhorar a vida das pessoas. Sonho em ganhar mais dinheiro pra ter uma vida mais fácil, pois trabalhei a vida inteira pesado (Manoel Cerqueira Maia).

Outro significado atribuído ao ecoturismo se refere ao seu valor para a conservação da natureza e valorização da cultura tradicional.

O turismo são as coisas que as pessoas vão conhecer que sejam conservadas. Elas querem conhecer a natureza, rios, área conservada, artesanato de semente e borracha, recursos extraídos da floresta (Leonora Siqueira Maia).

Turismo é conhecer algo, o que tem na floresta, a Reserva. Às vezes a comunidade não dá importância e os visitantes dão importância ao local onde vivemos (Afonso Araripe da Silva).

O turismo é as pessoas vim visitar e gostar de conhecer a floresta (Cleonice Fortunato dos Santos).

Na própria vivência no dia a dia, eu acho que tem muita coisa que eu não via antes, que eu vejo na vivência de cada um, e que isso tem uma influência muito grande para até hoje os extrativistas continuarem preservando. Apesar de muitos já terem mudado, também seria uma coisa interessante esse questionamento, da perda da cultura, porque o extrativista está perdendo muito a cultura dele. Então, o resgate da cultura, a valorização da cultura do extrativista seria uma coisa muito interessante, eu posso nem conseguir fazer

isso, mas tenho como prioridade o resgate da cultura desse povo que está se perdendo (Aldeci Cerqueira Maia).

Neste sentido, sob a percepção local, o ecoturismo não se vincula apenas à conservação dos recursos naturais, mas também à compreensão de que a conservação da biodiversidade local está associada à cultura tradicional. Nessa perspectiva, é importante enfatizar que, segundo Almeida (2004), as populações tradicionais são mais do que “guardiães da floresta”, ao acumularem um capital de conhecimentos localizados (uso centenário, manejo em contínua transformação e processamento).

Os moradores da RESEX afirmam ainda ser o ecoturismo uma prática permitida na categoria de manejo RESEX, conforme o SNUC (BRASIL, 2000), desde que esse se desenvolva de acordo com as diretrizes estabelecidas em seu Plano de Manejo, conforme também discutido por Irving (2002a), que ressalta a importância de essa prática ser planejada em conformidade com os princípios de funcionamento de cada categoria de manejo de UC.

O turismo é mais uma fonte de renda que pode se aplicar dentro de uma Unidade de Conservação, que vai beneficiar os comunitários, sendo feito de forma legal, porque uma reserva extrativista tem as suas afinidades com o turismo (Aldeci Cerqueira Maia).

Sob o olhar institucional e em complementação à visão local, o ecoturismo é interpretado, na maioria das vezes, de forma convergente com a percepção dos moradores do Núcleo. Mas os atores institucionais vinculam ao ecoturismo, principalmente, a sua importância para a conservação da biodiversidade, considerando a relevância do patrimônio natural e cultural, e a demanda por uma prática de mínimo impacto.

Ecoturismo eu acredito que seja usufruir para o turismo os recursos que a natureza oferece com o mínimo de impacto possível, não apenas você ir e visualizar uma árvore em pé, mas é justamente que tipo de turismo você pode fazer numa determinada área com o mínimo de impacto (SEMAM/Sena Madureira).

Eu penso na implementação na comunidade de algum tipo de atividade turística, que minimize os impactos dessas atividades ou que os evitem. Não podendo evitar, que minimize os impactos negativos de natureza diversas, ambientais, sociais, culturais (RESEX CI/ICMBio).

O ecoturismo me parece que é uma maneira de fazer turismo que respeite a capacidade do ecossistema ou de uma maneira a respeitar o meio ambiente ou de impactar de uma forma menor (WWF-BR).

Estas leituras consideram alguns aspectos relacionados com o conceito de ecoturismo, adotado nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994), que considera este ser uma prática que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, e incentiva a sua conservação.

Alguns atores institucionais interpretam ainda que o desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas, além de assegurar a proteção da biodiversidade, deve também pressupor o envolvimento efetivo da população local, em todas as etapas do processo. Para tanto, esses interlocutores reafirmam que os pressupostos para esta prática devem compor as diretrizes dos programas de desenvolvimento do Plano de Manejo da RESEX, para que o seu desenvolvimento esteja de acordo com os princípios de gestão da UC, conforme discutido no SNUC (BRASIL, 2000) e nas Instruções Normativas 01 e 02 (BRASIL, 2007a, 2007b).

Ao mesmo tempo, há uma preocupação de incorporar as comunidades residentes e também alguns outros atores envolvidos com a unidade nessas atividades e incorporar de forma ativa em todo o processo, não só com mão de obra ou nas atividades mais simples, mas incorporar nas diferentes etapas de implementação dessas atividades, desde o planejamento até a execução e avaliação. Mas enfim, colaborar de uma forma harmônica, integrada, condizente com os princípios de funcionamento da UC (RESEX CI/ICMBio).

Na Amazônia, tem os hotéis de selva, que tem a pesca amadora como principal mote, usam os comunitários como guias turísticos, e eles fazem um trabalho de exclusão dos pescadores de suas áreas. Este tipo de cadeia de turismo, a população local será no máximo um guia de pesca, ou camareira, ou empregada, não tendo qualificação para ser nada mais. Nenhum programa de turismo tem disponibilidade financeira de financiar projetos

genuinamente eficazes, de capacitação da comunidade para receber os turistas, para colocar os produtos deles e até mesmo transformar um quarto de sua casa para receber os turistas, sempre a comunidade fica a margem do processo de implementação turística. E leva a privatização de áreas, como Itacaré, na Bahia. Em tese, o turismo é uma possibilidade, é uma indústria que pode ser de baixo impacto, de grande alcance social de debate comunitário, mas ele não tem sido implementado com essas diretrizes, mesmo que tenha um grande potencial, ele tem sido um grande problema pra gente (DIUSP/ICMBio).

Na verdade, falar em base comunitária, comunidade tradicional é uma questão mais complexa, e um cuidado que a gente têm ao visitar essas comunidades, ao discutir com elas a possibilidade de um programa de turismo, é realmente checar se existe potencial para o desenvolvimento da atividade, se realmente existem boas chances para que esse projeto seja de todos, e não gerar expectativas vãs para que a comunidade gere expectativa e depois não se concretize. A gente precisa ter um cuidado muito grande nesse sentido (PROECOTUR/PNE/MMA).

A implementação do ecoturismo na RESEX é também considerada, pela maioria dos atores institucionais, como importante alternativa para o desenvolvimento local, sobretudo por essa categoria de manejo de UC estar associada ao uso racional dos recursos naturais renováveis e valorização da cultura tradicional das populações que habitam o seu interior. Para tanto, os interlocutores institucionais ressaltam a importância do reconhecimento e respeito às peculiaridades do modo de vida tradicional dessas populações.

É um turismo aperfeiçoado para ser implantado nas unidades de conservação, porque lá vão lidar com comunidades carentes, com pobreza (CNS).

As próprias reservas se consideram uma marca, então a possibilidade de envolver turismo com a população tradicional é fantástica, viver a experiência de ser uma população tradicional bem preservada. Mas deve tomar cuidado para que o turismo não tome lugar da população tradicional (PROECOTUR/PNE/MMA).

Desta forma, o ecoturismo é interpretado como uma possibilidade de desenvolvimento local, e não apenas mais uma alternativa econômica capaz de gerar renda e de conservar a natureza, mas também como prática social, que poderá influenciar de maneira diversa as relações estabelecidas entre os visitantes e os visitados e a localidade. Esses pressupostos

dialogam com a concepção de Irving (2008), que reafirma ser a busca pela natureza, especialmente no caso das áreas protegidas, também um fenômeno social.

- **Potencialidades locais para o ecoturismo**

O potencial de atrativos reconhecido pela população local para o desenvolvimento do ecoturismo se sustenta na percepção e valoração do patrimônio natural e cultural, simultaneamente. Para facilitar a interpretação sobre o alcance do ecoturismo na RESEX CI, foi realizada durante a pesquisa de campo, a identificação das potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá, a partir do reconhecimento dos atrativos pela própria população local e esses estão descritos a seguir.

1. Horta comunitária de plantas medicinais

O incentivo ao cultivo de plantas, que possuem valor de uso medicinal, no Núcleo do Cazumbá, partiu do Plano de Ação, do Projeto “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia”⁶⁸, o qual integra o Programa Biodiversidade Brasil-Itália, e tem como objetivo geral melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar da população local, viabilizando soluções baseadas, predominantemente, no uso sustentável da biodiversidade (Figura 3).

⁶⁸ Plano de Ação (1: Óleos Vegetais; 2: Plantas Medicinais; 3: Plantas Inseticidas; 4: Criação de Abelhas sem Ferrão; 5: Borracha; 6: Castanha; 7: Agricultura Familiar; 8: Reordenamento da Pecuária).



Figura 3: Placa da horta de plantas medicinais no Núcleo do Cazumbá.
Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

O cultivo destas plantas busca resgatar o conhecimento tradicional sobre o uso dos recursos naturais renováveis da área e, definir práticas adequadas de manejo e formas de comercialização dessas plantas. Além das plantas medicinais, a horta envolve o plantio de verduras e legumes, para subsistência dos moradores locais e elaboração das refeições dos visitantes (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Visão superior da horta; Figura 5: Visão superior da horta com a presença de sua responsável, a moradora local, Albertina Fortunato dos Santos. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

Uma moradora local é a responsável pela gerência da horta e é quem recebe os visitantes e discute com eles, sobre as diferentes espécies da horta e suas respectivas utilidades medicinais, sendo essas resumidas no Quadro 2.

Quadro 2: Plantas medicinais utilizadas pelos moradores do Núcleo do Cazumbá

| Nome vulgar | Uso terapêutico | Modo de preparo | Parte usada |
|-----------------------|-----------------------------------|------------------------|--------------------|
| Fogueira de São João | Relaxamento | Chá | Folha |
| Capim santo | Calmante e xampu | Chá | Folha |
| Carmelitana | Prisão de ventre | Chá | Folha |
| Mangerioba | Febre | Chá | Folha |
| Vick | Gripe | Chá | Folha |
| Alfavaca | Gripe, calmante | Chá | Folha |
| Cravo | Dor de cabeça e constipação | Chá | Folha |
| Chicória | Apressa o parto | Chá | Folha |
| Orelha de onça branca | Dor de barriga | Chá | Folha |
| Moalina | Inflamações na pele | Pomada | Folha |
| Alecrim | Dor de estomago | Sumo | Folha |
| Cajarana | Inflamação na pele | Pomada | Folha |
| Melindra | Lavagem estomacal | Chá | Folha |
| Macela | Disjunções gástricas e digestivas | Chá | Folha |
| Boldo | Dor de estomago | Chá | Folha |
| Pinhão roxo | Dor de cabeça | Chá | Folha |
| Apecilina | Febre | Chá | Folha |
| Hortelã | Dor de barriga e Cólica do bebe | Chá | Folha |
| Mabarisco | Bronquite | Chá | Folha |
| Mastruz | Verme | Chá | Folha |
| Sabugueira | Sarampo | Chá | Folha |

O cultivo de plantas para uso terapêutico no Núcleo do Cazumbá é considerado como uma iniciativa importante pela própria população e pelo órgão gestor da RESEX, uma vez que se reconhece o saber tradicional como elemento simbólico indissociável do modo de vida local. Neste sentido, Diegues (2000) ressalta a importância de projetos que priorizam o reconhecimento e a valorização do conhecimento tradicional, por esses serem também uma possível ferramenta útil na conservação dos recursos naturais renováveis, com a participação integrada da população local no processo.

2. Agricultura Familiar

Os moradores do Núcleo do Cazumbá cultivam a mandioca⁶⁹ para o processo de produção da farinha. Com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade da farinha, e agregar valor ao produto, esses estão implementando uma Casa de farinha, como projeto-piloto. Essa iniciativa está contemplada também no âmbito do projeto “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia”.

Um morador é o líder da produção de farinha no local (Figuras 6, 7 e 8). Ele e a esposa escolheram as melhores variedades e tratos no manuseio na produção da farinha, e já foram capazes de produzir cerca de 13 tipos de derivados, dentre esses, a farinha de biju, a farinha de mandioca, a farinha de castanha, o pudim de castanha, o biju recheado de castanha, o pão, o bolo e o pudim de macaxeira, e a tapioca.

⁶⁹ Conhecida também como Aipim ou Macaxeira, é uma espécie comestível e mais largamente difundida do gênero *Manihot*, composto por diversas variedades de raízes comestíveis.



Figura 6: Visão Geral da casa de farinha atual. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).



Figura 7: Processo de produção da farinha realizado por Jair Gomes da Silva; Figura 8: Maria Siqueira trabalhando no manejo de produção da farinha. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

O tempo de produção da farinha é de dois dias. A farinha sai do Núcleo ensacada (por quilo) para a sua comercialização, sendo essa quase toda realizada na cidade de Sena Madureira.

Para o ordenamento da produção da farinha, (e ainda da castanha, de ervas secas e seringa), com a participação de 64 produtores da RESEX, se pretende formar a Cooperativa dos Extrativistas da RESEX CI, abrangendo também outras localidades da UC, além do Núcleo do Cazumbá. Essa iniciativa busca aumentar o lucro dos produtores locais, com a

venda dos produtos extrativistas beneficiados, que, atualmente, têm elevada valorização de mercado.

Com a implementação desta cooperativa, os produtos serão ensacados na Reserva, e escoados pelo rio Caeté até a cidade, para a venda ser realizada também em outros locais, evitando então, o atravessador comercial. Outro objetivo desta proposta é a venda da farinha para escolas, devido à sua alta taxa de proteína, sendo essa, o principal elemento da merenda escolar. Essa iniciativa busca também concorrer com a farinha produzida em Cruzeiro do Sul (AC), bem conhecida na região.

O casal responsável pela produção da farinha desenvolve também cursos, no âmbito do projeto “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia”, ensinando técnicas de manejo para o melhoramento da qualidade da farinha, para as outras populações da RESEX CI e de outras UCs da região. Com esta iniciativa, se busca estabelecer a troca de experiências, a partir da difusão de técnicas de manejo para outras populações, que possuem demandas relacionadas à melhoria da qualidade de produção da farinha, bem como estimular o aumento do número de casas de farinha, na região do Vale do Purus.

Vale ressaltar ainda que, além da mandioca, outros alimentos são cultivados no roçado do Núcleo do Cazumbá, sendo essa área dividida, de forma que cada família tenha seu espaço de plantio. Os principais cultivos são de banana, mamão, abóbora, melancia (durante o verão), arroz, milho e feijão.

A colheita ocorre em pequena escala. Dessa forma, para além de sua subsistência, os moradores percebem que a venda dos alimentos e seus derivados para os turistas pode representar uma oportunidade de geração de renda, já que sua venda para as localidades vizinhas é ainda limitada, devido à dificuldade de escoamento da produção.

3. O Castanhal

A castanha - do - Brasil (*Bertholletia excelsa*) é árvore secular encontrada em várias regiões da floresta amazônica, principalmente no Brasil, Peru e Bolívia. No Brasil, por ordem de concentração, sua maior incidência ocorre no Acre, Amazonas, Pará e ao norte do Mato Grosso (HOMMA, 2004).

A existência da castanha - do - Brasil é bastante comum nos seringais da RESEX CI. As mulheres exercem, historicamente, a atividade de “quebra da castanha” para diversos usos, como a extração do leite e do óleo, enquanto os homens ocupam-se, geralmente, da coleta dos ouriços no período de safra. A quebra da castanha requer muita habilidade em seu manejo, sendo que a maior quantidade obtida de castanhas inteiras garante a melhor qualidade do produto. Essa etapa do manejo da castanha impõe aos extrativistas uma extensa jornada de trabalho acompanhada de riscos de acidentes.

No Núcleo do Cazumbá, a colheita da castanha é realizada durante todas as manhãs, no período de fevereiro a março (na época do inverno amazônico). Esse processo envolve, primeiramente, a abertura da “varaço” (caminho) na mata pelo extrativista, para facilitar o acesso ao castanhal, que abrange as seguintes estradas: Murumba, Santo Antonio, Taquari, Zé Roberto, Areia, Bruta, Cachorro, Ponta e Barreiro.

Após a coleta das castanhas, os extrativistas as armazenam em galpões para sua secagem, como ilustrado nas figuras 9 e 10.



Figura 9: Galpão de armazenamento da castanha; Figura 10: Amostra da castanha ensacada.
Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

As castanhas são utilizadas para o próprio consumo dos moradores locais e para a venda em indústrias de doces e biscoitos. Com o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo, esses produtos poderão também compor, no futuro, o rol de produtos à venda aos turistas.

No caso de visita turística, o castanhal pode ser percorrido, de acordo com o anseio e disposição física dos visitantes. É importante ressaltar que antes da visita ao local, os moradores limpam o caminho a ser percorrido e solicitam aos visitantes que sejam cautelosos ao caminhar pela trilha do castanhal, a fim de evitar acidentes, como queimaduras e picadas de animais peçonhentos. Os moradores locais explicam também aos turistas, quais são os aspectos interessantes passíveis de observação durante a caminhada pela mata, como: pássaros, buracos de tatu; rastros de queixada; esturros de onça; madeiras de lei (cerejeira, amarelão, cedro, sucupira, imbaúba), entre outros.

4. Criadouros de animais silvestres

No Núcleo do Cazumbá, a criação semi-extensiva de animais, como jabuti⁷⁰ e queixada⁷¹, tem como principal objetivo realizar a reposição de espécies ameaçadas de extinção, e garantir de forma equilibrada, a alimentação das famílias, evitando a caça aos animais que vivem em seu habitat natural.

Os jabutis vivem em uma área de um hectare, onde estão plantados quatro mil palmeiras de pupunha, cujo fruto é fonte de alimento aos animais (Figura 11). São 160 animais dessa espécie em cativeiro, que se reproduzem em pequena escala, para o repovoamento do habitat natural, o que ainda não permite seu uso para a alimentação das famílias. Todos os jabutis resultam de apreensões do IBAMA, pois a caça ao jabuti não é permitida.



Figura 11: Jabutis em cativeiro. Fonte: ICMBIO, 2008. Figura 12: Animais do tipo “queixada” aguardando alimentação. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

⁷⁰ O jabuti é a designação vulgar dos répteis do género *Geochelone*.

⁷¹ O queixada (*Pecari tajacu*) é um mamífero artiodátilo da família dos taitaçuídeos. Também é conhecido pelos nomes de canela-ruiva, pecari, porco-do-mato, queixada-ruiva, queixo-ruivo, sabacu, tacuité, taguicati, tajaçu, tajaçu, tanhaçu, tanhocati e tiririca.

A área destinada ao criadouro de queixada compreende aproximadamente 17 hectares da RESEX, os quais são cercados (Figura 12). Nessa área foram colocados cerca de 15 animais silvestres dessa espécie, sendo esses reprodutores da espécie no local. O manejo destes animais é de responsabilidade dos moradores locais. Esta iniciativa tem a pretensão de restituir 90% dos queixadas ao seu habitat natural, e o restante dos animais constituirão fonte de alimento para a população local.

Neste contexto, foi iniciada também a criação de capivaras, porém o criadouro dessa espécie foi desativado, pois, devido à infraestrutura deficiente, os animais fugiram para a floresta.

Com estas experiências, os criadouros de animais silvestres (queixada e jabuti) podem ser úteis para o aprendizado do turista, sobre as técnicas desenvolvidas na RESEX para a proteção do patrimônio natural.

5. Artesanato de borracha

Os encauchados de vegetais, conhecidos também como couro ecológico, são originados da transformação do látex nativo, fibras e pigmentos vegetais em artesanatos, e em outros produtos, que combinam conhecimento tradicional com ciência.

Alguns moradores do Núcleo do Cazumbá participam, desde 2002, do Projeto “Encauchados de vegetais da Amazônia”⁷², sendo esse certificado como tecnologia social e vinculado ao Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Probio).

⁷² Coordenado pela Universidade Federal do Acre e financiado pelo CNPq, venceu em 3º lugar, na categoria tecnologias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, do Prêmio Professor Samuel Benchimol 2006. Em 2007, esse projeto venceu em 1º lugar da região Norte, na categoria Inovação social, no prêmio FINEP de Inovação Tecnológica e foi finalista do Prêmio de Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil.

Alguns moradores produzem artesanato e desenvolvem cursos sobre o manejo do produto, no âmbito deste projeto. Eles produzem o artesanato em forma de mantas, jogos americanos, toalhas de mesa, *mouse pad*, porta-lápis, embalagens diversas, camisetas pintadas à mão com látex pigmentado, tapetes e telhas para uso local (Figura 13 e 14). Outro morador já produz artesanato de borracha em forma de animais da fauna amazônica (Figuras 15 e 16).



Figuras 13 e 14: Exposição dos artesanatos de borracha pelos moradores Leonora Siqueira Maia e Raimundo Nonato Soares. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).



Figura 15: Artesão Gilberto Miranda Maia e família em sua oficina de artesanato; Figura 16: Artesanatos em etapa de produção. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

Os produtos são comercializados em feiras regionais de artesanato e no comércio de Sena Madureira e Rio Branco. Esta tecnologia social foi desenvolvida para buscar alternativas

de uso do látex e gerar renda para as populações amazônicas. Neste sentido, o artesanato local, com grande difusão fora da Reserva, é reconhecido também como potencialidade em termos de atrativos locais.

6. Pousadas Comunitárias

Os moradores do Núcleo do Cazumbá construíram duas estruturas de hospedagem (pousadas) para os visitantes na Reserva. A primeira pousada fica na localidade conhecida como Gama, no igarapé Maloca, a quatro horas de barco do Núcleo (Figura 17). Essa estrutura foi construída com o propósito de funcionar também como base de apoio aos trabalhos de manejo de fauna.



Figura 17: Estrutura para hospedagem construída na localidade Gama.
Fonte: ICMBio (2007).



Figura 18: Visão aérea dos chalés no Núcleo do Cazumbá.
Fonte: ICMBio (2007).

A segunda pousada está instalada no Núcleo do Cazumbá e consiste em cinco “chalés”, equipados com camas e banheiros (quartos triplos), um espaço de alimentação, e um espaço central para confraternização dos visitantes, com redes de dormir (Figura 18). A construção das pousadas ocorreu há quatro anos, com recursos de uma premiação recebida pela Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá. Até o momento, essas estruturas foram pouco utilizadas, gerando um impacto reduzido na geração de renda para os moradores locais (BRASIL, 2007). Os visitantes que já estiveram na Reserva e foram alojados nessas estruturas são provenientes da França, Holanda, Peru e Estados Unidos.

7. Rio Caeté

A área do Núcleo do Cazumbá inclui grande parte da bacia do rio Caeté, sendo esse importante canal fluvial que compõe a bacia do Purus, de modo que as restrições de uso da área favorecem a manutenção de processos ecológicos fundamentais, não só para a UC, mas também para o município de Sena Madureira e região (BRASIL, 2007).

As águas do rio Caeté são turvas e frias, e tem navegabilidade somente no inverno amazônico. Não se indica possibilidade de banho, mas sim, passeios de barco (motor e remo) em seu percurso. A área de entorno é coberta pela vegetação nativa, o que permite a experiência de contemplação da beleza cênica da floresta amazônica.

8. Açudes

Para incrementar a produção pesqueira foram implantados dois açudes no Núcleo do Cazumbá (Figuras 19 e 20), mas essa iniciativa não se desenvolveu. Os açudes são utilizados

para lazer dos moradores, como o passeio de canoa. O entorno do açude se caracteriza por uma paisagem natural de florestas, possibilitando a observação de pássaros e a experiência de sonoridade de seus cantos.



Figuras 19 e 20: Açudes no Núcleo do Cazumbá. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

A partir do investimento realizado na pesca no Núcleo, poderão ser incentivados também acordos de pesca e intercâmbio de experiências entre iniciativas de manejo pesqueiro na região. As demandas de lazer podem envolver também, no futuro, a pesca esportiva, desde que essa seja praticada de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Manejo da Reserva.

9. Estrada de seringa

As árvores de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) formam as estradas de seringa, as quais, por sua vez, constituem a colocação. Uma estrada de seringa abriga, segundo estimativa

da Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), entre 65 e 196 árvores de seringueira (FERREIRA, 2008).

De acordo com Manuela Cunha (s/d), o seringueiro é capaz de reconhecer e se relacionar com cada árvore, individualmente. Os espaços ocupados pelo seringueiro, no contexto da estrada de seringa, não estão baseados em referências visíveis, nos quais, o seringueiro atribui nomes e desenhos.

No Núcleo do Cazumbá, cada seringueiro tem sua estrada de seringa. O processo de corte da seringa se dá pelo processo exposto a seguir, envolvendo um vocabulário especializado da extração da borracha pelos seringueiros. Os termos principais, nesse caso, são: o “fecho” da estrada de seringa, chamado de coivara (local de armação de fogueira para assar peixe) e a faca de cortar seringa, chamada cabrita.

Após o corte da seringa, o seringueiro espera, de duas a três horas, o escorrimento do látex (leite), até o corte “fechar”, uma vez que o seringueiro, primeiro, corta todas as seringueiras e depois retorna coletando o látex, colocando-o no balde e depois despejando-o em um saco encauchado, e fechando-o com uma “liga” (fita), feita do próprio látex. Cada seringueira pode ser cortada uma vez ao dia, sendo o seu corte, geralmente, iniciado às 04h00 e finalizado às 11h00, uma vez que o corte após esse horário leva à secagem rápida do látex, devido à sua exposição ao sol (Figura 21). O corte da seringa é realizado somente no período de maio a dezembro. Vale ressaltar também que o corte na seringueira não deve ser profundo, para a obtenção de látex com melhor qualidade, e para não se causar lesão na árvore. Outra curiosidade no processo é que, quando a seringueira está totalmente cortada, somente se deve cortá-la novamente após um período de dois anos.⁷³

⁷³ O cotidiano do seringueiro está detalhado em: ALLEGRETTI, M. H. A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 827p. UNB-CDS, Doutorado, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002.

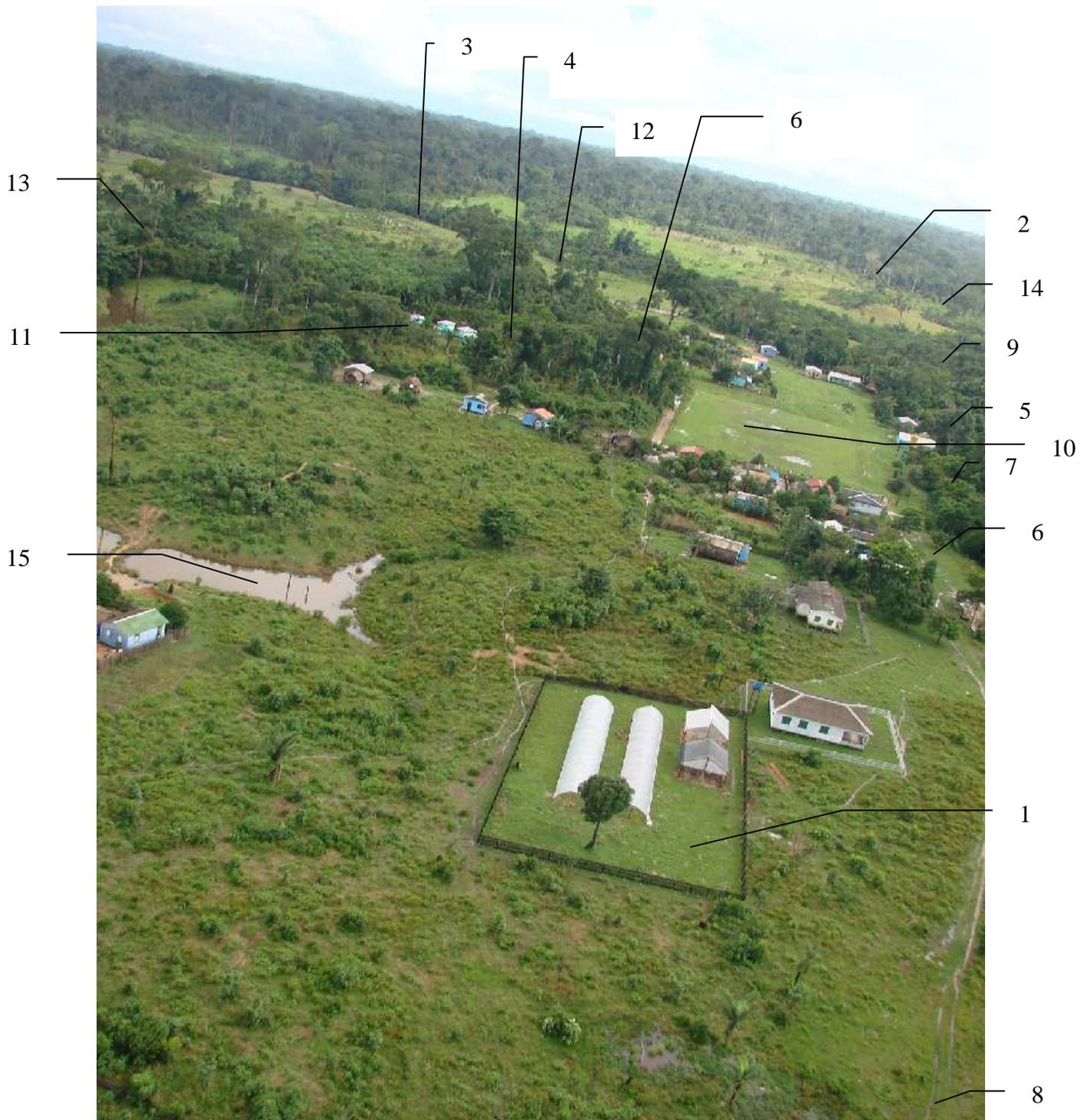


Figura 21: O morador Manoel Cerqueira Maia em um dia de trabalho de corte de seringa em suas diferentes etapas. Fonte: Edilaine A. de Moraes (2008).

O látex extraído da seringueira é usado pelos moradores do Núcleo na produção de artesanato e prancha de borracha. Mas, a extração do látex não é, atualmente, a atividade principal dos moradores locais, mesmo assim, eles ainda se reconhecem como seringueiros.

Há ainda no Núcleo do Cazumbá a pretensão de se construir uma defumaceira de borracha e se estruturar a vertente (nascente d'água), para que essa se torne o local de banho dos visitantes.

Assim, no sentido de se pensar o planejamento ecoturístico, no futuro, a identificação dos principais atrativos locais mencionados e outros, reconhecidos pela população local, está sistematizada na Figura 22, a partir da vista aérea do Núcleo do Cazumbá.



Legenda:

- | | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 1. Horta de Plantas Medicinais | 6. Unidade de Produção de Artesanato | 11. Pousada |
| 2. Casa de Farinha | 7. Estrada de seringa | 12. Criadouro de capivara |
| 3. Castanhal | 8. Rio Caeté | 13. Trilhas |
| 4. Criadouro de jabuti | 9. Porto do Igara | 14. Roçado |
| 5. Criadouro de queixada | 10. Campo de futebol | 15. Açudes |

Figura 22: Vista aérea do Núcleo Cazumbá com os atrativos reconhecidos pelos próprios moradores.
 Fonte: ICMBIO (2007) & Edilaine A. de Moraes (2008).

No âmbito da RESEX, para além do Núcleo do Cazumbá, o Alto Caeté é considerado importante também para o desenvolvimento do ecoturismo, segundo os moradores locais. Essa região se encontra bem preservada, com grande diversidade de flora e fauna nativa em seu leito. Assim, os moradores do Núcleo percebem como potencialidade para o desenvolvimento do ecoturismo não apenas o seu local imediato, mas também a RESEX em sua totalidade, de acordo com o seu zoneamento.

Mas para efeito de planejamento, o Núcleo do Cazumbá tende a funcionar como a base receptiva dos turistas, e as outras áreas da RESEX, como parte do circuito para a realização de passeios complementares à visita ao Núcleo.

Há portanto, pelo reconhecimento local, uma ampla diversidade de atrativos para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo, bem como na própria RESEX CI. Mas é importante enfatizar que, neste contexto, o modo de vida extrativista é reconhecido pelos moradores do Núcleo como o seu grande diferencial e o principal elemento a ser considerado para o desenvolvimento do ecoturismo no local, como demonstra o depoimento a seguir.

Uma coisa especial pra mim é a maneira como ele lida todo dia, a vivência natural do extrativista. Ele não tem horas como nós temos na cidade. Essa vivência pra mim é importante, por que as vezes trabalha o dia inteiro, sai e volta só a noite. A colheita da castanha é muito interessante e um trabalho intenso. O seringueiro também gostaria que fosse visitado e valorizado por conta do que traz para a preservação da comunidade, a importância que tem um extrativista. Ele tem um elo muito forte com as árvores produtivas, como a castanheira e a seringueira, e aquelas que fazem parte da dieta dos animais, que também fazem parte da alimentação do homem. Então, ele vai lá e não derruba aquela árvore, ou ele não vai derrubar a seringueira porque ela é a nossa mãe. O seringueiro usa muito essa frase, porque nos deu alimento durante muitos anos (Aldeci Cerqueira Maia).

Vale enfatizar também que o Núcleo do Cazumbá se difere um pouco de outras populações extrativistas da região, pela história de conquista de seu território, que desde sua origem vem fortalecendo a coesão local em um trabalho coletivo.

Desta forma, o modo de vida tradicional é associado à conservação da natureza, pela maioria dos atores locais, que identificam o exotismo da floresta amazônica e os produtos da floresta, como também um importante diferencial no elenco de potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo, conforme ilustrado por alguns depoimentos.

Os turistas devem conhecer os produtos da Amazônia, não somente sol e praia. Deve desenvolver o potencial da região. O turista começa a ter amor pela floresta e conhecer o sentido de sua conservação (Edivan dos Santos Maia).

O turista deve conhecer o potencial da floresta, artesanato, castanha, pois não precisa destruir a floresta (Afonso Araripe da Silva).

As pessoas querem ver como é viver a Amazônia. Quero muito que as pessoas conheçam que proteger a mata não é fácil. O mundo todo investiga a Amazônia (Jair Gomes da Silva).

O visitante deve aprender a preservar a floresta, a se organizar para ter renda sem prejudicar a natureza. Também conhecer a RESEX, exemplo de conservação, e divulgar o trabalho dos moradores (Leonora Siqueira Maia).

O turista deve ver fazer artesanato de borracha, madeira, semente. A gente pode mostrar frutas naturais da floresta. Aprender como a gente tira o sustento da própria floresta (Gilberto Miranda Maia).

Deve conhecer a dificuldade de vida na Amazônia. Conhecer as crianças, mostrar a queixada, ver trabalho na roça, seringa, plantas medicinais e trabalho com a farinha. Ouvir o canto dos pássaros (Albertina Fortunato dos Santos).

É ressaltado ainda pelos moradores do Núcleo, como aspecto fundamental no processo, a experiência do turista em si mesma, a partir da qual, esse poderá conhecer as dificuldades de se viver na Amazônia. Sendo assim, esse tipo de experiência turística implica em um perfil particular do turista, que busca a Amazônia como destino (IRVING, 2006).

As iniciativas de educação ambiental conduzidas pelos Agentes Ambientais Voluntários⁷⁴ da RESEX são também mencionadas pelos atores locais como potencialidades, para fortalecer os processos de educação ambiental no local e compor a base de atrativos para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá.

Mas para os interlocutores institucionais da pesquisa, são os fatos marcantes da história de conquista do próprio território acreano e o modo de vida tradicional, relacionando com o Núcleo do Cazumbá, as principais potencialidades e diferenciais para o desenvolvimento do ecoturismo no local, conforme ilustrado a seguir.

Tem uma história, a história do Acre, a história dos empates, a história dos seringais, embora a reserva seja um pouquinho mais nova que a Chico Mendes. Mas tem uma história em comum, um pouco do modo de vida extrativista. Embora hoje em dia nem todos cortem seringa, o modo de vida ainda está na memória. É passivo de ser passado a frente como aprendizado, modo de produção sustentável. Também tem a castanha, pesca (...) (WWF-BR).

Para o Acre, o turismo é o nicho de mercado. O seringal nativo [no Acre] vive de forma mais natural possível. [Por isso,] deve se mostrar como conviver com a floresta, sua história de vida [de seringueiro] (SETUL/AC).

Devido à importância do modo de vida tradicional dos moradores da RESEX, os atores institucionais reafirmam a necessidade de preservação da cultura tradicional e de manejo sustentável dos recursos naturais renováveis. Além disso, também para esses atores, a experiência do turista que visita a RESEX deve envolver a compreensão das dificuldades de vida na floresta e do manejo dos recursos naturais renováveis.

Quanto menos a comunidade muda a sua vida para receber o turista, mais ela mostra pra ele, como a pessoa que mora na Amazônia convive com a natureza, e ao mesmo tempo, causa menos impacto do que a gente que vive na cidade (SEMAM/Sena Madureira).

⁷⁴ A formação e atuação dos Agentes Ambientais Voluntários compõem o escopo do “Projeto Gestão de Recursos Hídricos da Microbacia dos Rios Caeté, Macauã, Iaco e Purus”.

Exemplifica uma boa relação do homem e o uso dos recursos. E isso é uma coisa que poderia aprender do outro lado, uma possibilidade de ver as dificuldades e limitações que as populações tem que conviver nesses ambientes. Um dos grandes aprendizados que o turista pode ter é ver de perto a dificuldade do Estado em se fazer presente nessas situações, em cumprir o seu papel básico, que seriam saúde e educação (RESEX CI/ICMBio).

Tem uma questão mais de meio ambiente, de aprender com uma planta ou animal. Também pode aprender o que é uma unidade de conservação na Amazônia, de uso sustentável, as facilidades e os seus problemas. Na fala de um agente ambiental voluntário, pode relatar o que é o dilema de se viver numa reserva extrativista, o lado bom, o lado ruim. E, aprender um pouco da tradição local (WWF-BR).

Conhecer a Amazônia, a sua biodiversidade. Visitar trilhas, conhecer corte de seringa e museu (SETUL/AC).

Desta forma, o reconhecimento das potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá, pela ótica local, parece ser convergente com a visão institucional.

Mas, mesmo que a localidade tenha potencialidades significativas para o desenvolvimento do ecoturismo é importante se ter o conhecimento real do mercado, para uma análise de viabilidade da proposta local, como está ressaltado por um dos depoimentos.

Primeiro, a gente tem que verificar a potencialidade da reserva extrativista para o desenvolvimento do turismo sustentável, e aí trabalhar com essa comunidade no processo de desenvolvimento desde o início, incorporar as competências neste processo. Assim, também fortalece as capacidades dessas comunidades no desenvolvimento das estratégias de conservação. A gente também tem que checar se o mercado tem interesse no produto (PROECOTUR/PNE/MMA).

Para tanto, é importante ainda, o conhecimento das políticas públicas que estão sendo desenhadas para o desenvolvimento do ecoturismo na região. Nesse sentido, o Governo do Estado do Acre, em seu planejamento estratégico (Gestão 2007 – 2010) determinou como objetivo, em um dos seus “Programas Estruturantes com Impacto na Economia”, a

consolidação das rotas turísticas do Vale do Acre (Caminhos da Revolução, Caminho de Chico Mendes e Caminhos do Pacífico), a implantação da rota turística do Vale do Juruá (Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade), o fortalecimento do artesanato local; e a captação e promoção de eventos nacionais e internacionais (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2007). Porém, apesar de o Governo Acreano ter desenhado diretrizes turísticas para o seu território, o Vale do Purus, onde está situada a RESEX CI, não integra ainda as prioridades governamentais.

Além disso, o Vale do Purus não compõe a lista das regiões turísticas, que envolve 65 destinos indutores, adotada no Plano Nacional de Turismo 2007-2010, do Ministério do Turismo. Dessa forma, as políticas públicas vigentes ainda, em esfera nacional, também não priorizam essa região da RESEX CI. No entanto, o Governo do Acre e o Ministério do Turismo poderão considerar a região do Vale do Purus como prioridade futura, para investimento em turismo, uma vez que há reconhecimento tanto da população local, como de interlocutores institucionais estratégicos sobre as potencialidades locais, com esse objetivo.

- **Benefícios gerados pelo ecoturismo à população local**

A geração de renda e a valorização da cultura tradicional são consideradas, sob a ótica local, como alguns dos benefícios potenciais gerados pelo ecoturismo, além de possibilidade de troca de experiências e a disseminação dos problemas socioambientais da região para outros canais de informação, por meio dos turistas. Sendo assim, os benefícios identificados não são apenas de ordem econômica, mas também de cunho imaterial.

A troca de experiência entre o turista e o anfitrião estabelece uma nova dinâmica de resgate e inovação de identidades. Assim, o “encontro” entre esses sujeitos inspira um

processo de transformação e reinvenção da realidade, conforme ilustrado nos seguintes depoimentos.

O turista conhece o desenvolvimento organizado de um povo, lugar limpo, sadio, acolhimento. A visita é duas aulas: de quem vem e para quem recebe. É uma troca de experiência muito importante (Adelino Nunes de Almeida).

A vantagem do turismo é aumentar a renda, conhecer outras pessoas, troca de conhecimento (Afonso Araripe da Silva).

Nós também aprendemos com os visitantes. Com a troca de experiência, a gente transmite a sua realidade para outras pessoas (Pedro Siqueira Maia).

Esta percepção reafirma o que discute Irving (2008, p. 04), segundo a qual, o planejamento ecoturístico deve pressupor compromisso ético, respeito e engajamento de “quem está” e de “quem vem” ao local, uma vez que sem essa interação harmoniosa, a troca de valores não se efetiva e o “espaço da interação” ganha expressões apenas circunstanciais.

Para um intercâmbio real, Zaoual (2008) salienta que os turistas devem ser atores responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos. E, os moradores do Núcleo reconhecem também a importância, para o turista, em conhecer uma realidade diferente do seu cotidiano, lidar com o estranhamento do “exótico” e contribuir para o desenvolvimento do destino visitado.

É preciso identificar se o objetivo do turista é beneficiar toda a comunidade. (...) Durante a visita tem também troca de experiência entre a gente e o visitante (José Antônio Teixeira).

A gente deve mostrar como nós criamos e convivemos com a Reserva. Há desmatamento no entorno da Reserva. Os visitantes também podem divulgar isso e as dificuldades que vivemos aqui, para os órgãos públicos (Pedro Siqueira Maia).

Turismo é algo que desperta interesse em quem é de outro lugar, e acha algo que diverte, é necessário que as pessoas encaram uma realidade diferente. Do turismo nasce um desenvolvimento rendoso. E ao agradar o turista, a comunidade recebe dinheiro (Adelino Nunes de Almeida).

A vantagem de ter o turismo é que divulga o trabalho da gente, compra os produtos da Reserva e aumenta a renda de todos (Leonora Siqueira Maia).

A troca de experiência entre “quem vem” e “quem está” reafirma ainda a concepção de Irving (2008, p. 13), para a qual, é importante que se considere a emergência de um novo perfil de turista, “o turista cidadão global”, cuja motivação não é apenas a natureza ou um destino qualquer, mas o seu papel ético na construção de uma sociedade ecologicamente correta e menos desigual. Portanto, o turista desejável pelos moradores do Núcleo é aquele que está disposto ao compartilhamento real da experiência turística.

A importância desta troca de experiência, gerada pela prática do ecoturismo é também ressaltada pelos atores institucionais entrevistados pela pesquisa, como um dos potenciais benefícios resultantes do processo.

Mas estes atores reafirmam também que o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento regional, uma vez que esse tende a ser uma prática de mínimo impacto.

Isso traz benefícios para o município também, a comunidade local se torna referência em alguma coisa, mas ao mesmo tempo a gente precisa ter cautela, vê se realmente vai ter ecoturismo ou turismo, porque a partir do momento que se torna muito impactante, já não é mais ecoturismo (SEMAM/Sena Madureira).

Eu não sei se diria que é importante, é uma das alternativas de uso potencialmente bom, de baixo impacto dos recursos naturais, culturais, sociais, aspectos de modo de viver, dessa relação com a floresta. E, depende da forma que for conduzido o processo de apropriação dos recursos de maneira indireta, para que ela possa crescer (RESEX CI/ICMBio).

É bacana como uma possível atividade que possa gerar renda, uma forma de organizar a comunidade para trabalhar. (...). Acho importante, há sempre uma experiência de troca, é bacana para o pessoal da reserva receber gente de fora que é sempre uma abertura de horizontes, o contato com outras pessoas do mundo. Mas, exatamente por ser uma troca eu acho que inclusive que a gente tem que pensar no nível de pessoas que a gente quer atrair, ao mesmo tempo em que pode ser uma troca positiva, pode ser negativa, como aumentar o nível de padrão de consumo, pode também trazer hábitos não bem vindos para dentro da reserva. (...). Para uma RESEX mais isolada, como as que a gente está falando, é mais interessante pensar em roteiros de

viagem e quem sabe incluir a unidade de conservação nesse roteiro (WWF-BR).

Assim, os argumentos dos atores locais e institucionais entrevistados nesta pesquisa sobre os principais benefícios gerados pelo desenvolvimento do ecoturismo se expressam de forma convergente e complementar, o que tende a reafirmar o potencial dessa prática como alternativa para o desenvolvimento local.

Entretanto, este processo não é tão simples, uma vez que, frequentemente, a lógica do capital se sobrepõe aos benefícios potenciais vinculados à melhoria da qualidade de vida da população local, como discutido por Coriolano (2003).

- **Impactos indesejáveis reconhecidos com relação ao ecoturismo no Núcleo do Cazumbá**

Este tema é pouco explorado pelos atores locais, uma vez que esses argumentam que, para identificarem os problemas resultantes do ecoturismo, primeiro seria preciso ter mais experiência nessa prática. Mas um dos atores locais menciona problemas socioambientais potencialmente gerados pelo ecoturismo, como a questão do lixo. A população local, atualmente, já enfrenta esse problema, e, com a chegada de turistas, o volume de resíduos sólidos tende a ser ainda maior, na localidade.

Hoje eu to encarando como um problema, que é a questão do lixo. Enquanto eu era presidente lá, eu tinha as equipes de serviços, cada equipe fazia uma determinada atividade, tinha pessoas que cuidava da limpeza, e hoje eles não estão conseguindo controlar a situação. E hoje você vê papel pra lá, papel para cá, não estão tendo um controle bom da situação, você vai pra li e tem saco plástico, vai pra aqui tem saco plástico. A gente sabe que o turismo é uma coisa interessante, mas, os últimos visitantes que vieram, não levaram de volta o lixo que eles produziram. Como temos dificuldade em eliminar o lixo, a gente tem um acordo de limpeza. Hoje, vejo a displicência da comunidade, e isso não deve acontecer, pois essas coisas pequenas que tem influências muito grandes, eles deveriam ter avisado os visitantes (Aldeci Cerqueira Maia).

Com base na experiência de visitação que já acontece, os atores locais discutem também um problema potencial, de cunho social: a alteração da dinâmica cotidiana do Núcleo do Cazumbá, conforme alguns depoimentos.

A comunidade pára para receber o turista (Afonso Araripe da Silva).

Quando os turistas vem, a nossa vida pára, por isso tem que cobrar mais. É melhor recebê-los do que trabalhar com outras atividades (Ronaleudo Carvalho).

A transformação do cotidiano e a possibilidade de aumento de remuneração de alguns moradores, em um curto prazo de tempo (em valores monetários correspondentes aos ganhos de trabalho realizado em todo o mês) tendem a gerar mudanças significativas no modo de vida local, com a possibilidade de marginalização das atividades tradicionais e o surgimento do sentimento de “ganância” na população local, gerando competição entre as pessoas. Essas mudanças no cotidiano dos moradores do Núcleo do Cazumbá podem também ocorrer com base nos valores, referências e padrões disseminados pelo grupo social “de fora” da RESEX, o que pode gerar problemas ligados à auto-estima e ao sentimento de pertencimento ao grupo.

Outro ponto mencionado pelos atores locais, neste sentido, é a limitação das atividades produtivas, já desenvolvidas no local, para a geração de renda. Por isso, o ecoturismo é visto como uma alternativa econômica importante para a RESEX. Entretanto, sob a ótica local, é importante que o desenvolvimento do ecoturismo não seja interpretado como o principal fator indutor da economia local, uma vez que esse pode gerar expectativas e frustrações, além de reduzir a motivação da população local para que essa invista em novas alternativas produtivas.

Assim, para se minimizar os impactos potenciais nocivos do ecoturismo à dinâmica social do Núcleo do Cazumbá, alguns atores locais mencionam a importância de se respeitar, efetivamente, as normas que regem o Plano de Utilização da RESEX CI e a sua adoção efetiva. Caso contrário, vários problemas de ordem social, econômica, política e ambiental podem surgir. Por esse motivo, um dos moradores chama a atenção para que sejam considerados limites no processo de visitação.

Deve ter organização para atrair visitantes. Deve receber um grupo por mês, pois assim a gente pode se planejar melhor (Davi Siqueira da Silva).

Neste caso, a limitação de visitação no local poderá contribuir também para que sejam minimizadas as alterações no ambiente natural visitado.

Sendo assim, o reconhecimento das normas estabelecidas no Plano de Utilização da RESEX no planejamento e implementação do ecoturismo é também considerado fundamental pelos atores institucionais. Esses, por sua vez, reafirmam a necessidade do repasse das regras locais aos turistas, para que a troca de experiência entre turistas e anfitriões não influencie, negativamente, o modo de vida da população local, como ilustrado no depoimento a seguir.

No Núcleo do Cazumbá, onde o próprio WWF percebe que é um local que se pode explorar a fundo o ecoturismo, veio uma equipe de uma TV holandesa, para filmar uma série de projetos da WWF. Era uma equipe que fazia reality show, e eles ficaram um tempo no Cazumbá. Mas, foi uma experiência muito ruim, não respeitaram os tempos da comunidade, e a programação que a própria comunidade tinha feito e tinha acordado com a produção. Houve uma relação muito do produtor do seriado mandar na comunidade, mas felizmente toda a situação foi contornada. No Núcleo do Cazumbá é proibido bebida alcoólica e um turista desses levou umas sete caixas de bebida e bebeu, desrespeitando as normas (WWF-BR).

Mas para os interlocutores institucionais, mesmo que o turista almeje conhecer o modo de vida tradicional, ele exige um mínimo de serviços de boa qualidade, o que demanda uma mobilização prévia da população anfitriã, conforme discute o seguinte depoimento:

A comunidade acaba tendo que se preparar para receber pessoas de fora. Às vezes, você quer conhecer como a comunidade vive, mas também quer conforto. Então, para poder oferecer esse conforto ao turista que chega, a comunidade vai ter que se capacitar, vai ter que trabalhar um pouco mais a questão da higiene, com relação à limpeza dos quartos, do banheiro, a alimentação muda, porque já não é mais só aquilo que eles comem, eles já têm que pensar em agradar, os hábitos deles são outros. Algumas pessoas pensam que não, se a pessoa está indo para fazer ecoturismo, ela tem que ir ciente que vai viver a realidade de uma comunidade, mas não é só isso, o turista em sua maioria busca um passeio, maior contato com a natureza, mas não abre mão do conforto (SEMAM/Sena Madureira).

É importante enfatizar também que, para os interlocutores institucionais da pesquisa, a forma de expressão do impacto no destino turístico depende do nível de preparação e organização da população local para lidar com o processo.

São influências e contatos com diferentes valores e percepções de mundo que fatalmente vai influenciar a comunidade de alguma maneira. Vai depender muito de quanto a comunidade está preparada para lidar com essas influências, que podem acontecer se for bem conduzido. Seria uma ampliação do universo de efeitos comunitários. Absorveria alguns valores, algumas influências, que a comunidade amadurecida, preparada, se bem organizada, vai ter capacidade para fazer seu próprio julgamento e selecionar desse contato, o que interessa absorver e o que não interessa, e mesmo o que não interessa teria um lado bom, que seria o conhecimento desse outro universo. Agora, se mal conduzido, essa comunidade não vai saber fazer essa seleção e vai acabar sofrendo o lado negativo dessas influências e vai se perder nesse meio (RESEX CI/ICMBio).

Um dos problemas que tem que ser pensado no projeto de turismo nas unidades de conservação é essa questão da sensibilização, tanto por parte da comunidade, como por parte do turista, para que não tenha esse choque, para que não seja um processo que comece, mas não tenha nem meio, nem fim. Ecoturismo que perpassa pelos costumes da comunidade tem potencial. Deve melhorar o que o turista quer ver, sem ferir os costumes e a forma da comunidade fazer. O turista também precisa ser trabalhado, para que não interfira no seu passeio, na sua trilha, nos costumes da comunidade (CNS).

Sob este argumento, pensando no Núcleo do Cazumbá, alguns atores institucionais consideram que o local não está ainda submetido às influências negativas dos turistas, pelo fato da população local já ter o costume de se organizar coletivamente para as suas atividades cotidianas. Sendo assim, o modo de organização comunitária é considerado, sob a ótica institucional, como um fator positivo no processo.

O ecoturismo não trará problemas. Eles já produzem seu artesanato, já construíram uma estrutura para receber os turistas. A questão da alimentação eles já atendem também. Houve uma grande preparação da comunidade em questão de urbanização [implantação da infraestrutura] (SEMAM/Sena Madureira).

Mas, apesar disso e do histórico de mobilização para a criação da RESEX, os depoimentos dos atores locais afirmam que o Núcleo do Cazumbá dispõe ainda de uma organização comunitária incipiente, o que implica na necessidade de redefinição de ações estratégicas e de fortalecimento de lideranças para empreender as ações previstas. Diante disso, caso não se adote alguma medida para fortalecer a população local no processo de controle da visitação turística, diversos impactos indesejáveis podem ser gerados pelo ecoturismo no Núcleo, segundo os depoimentos de alguns atores institucionais.

Eu acho que são vários: desagregação social por entrada de mais recursos, incentivo ao individualismo, comparação com outros valores. Então, podem vir novos modelos, e você a partir desse julgamento achar que o seu é ruim, porque você tem mais modelos alternativos de comparação que você não tinha antes. Fora os impactos ambientais, se for descontrolado pode ter poluição. [Também] brigas por conta de recursos, exploração de mão de obra, alguém ganhando mais do que a própria comunidade. Tudo isso eu acho que existe espaço para acontecer (RESEX CI/ICMBio).

Analisando uma visão mais externa, pode trazer: vícios, medos, álcool, outras drogas e aumentar os padrões de consumo. Se não for bem trabalhado pode gerar micro conflitos políticos e na relação de poder, privilegia uma família ou outra, em ser guia turístico ou não, quando for cozinheira ou não, uma série de relações internas, que podem mudar de acordo à disposição das famílias para receber os turistas. Depende também de uma organização

prévia, é muito mais uma questão de olhar para o processo antes dele começar (WWF-BR).

A mudança no modo de vida tradicional da população local, derivada do contato com os turistas tende a representar um importante impacto a ser analisado também neste processo, no futuro. No ponto de vista de Sahlins (1997), o processo de contato entre diferentes modos de vida tende a representar um fator de transformação e apropriação de novas perspectivas. Para esse autor, não se deve entender que a partir do contato com os turistas, o modo de vida tradicional perderá as suas características originais, e sim passará por um processo de transformação e reinvenção das respostas culturais locais.

Mas vale lembrar que neste processo há também uma grande chance de homogeneização cultural, imposta pelos padrões capitalistas dominantes. Portanto, os interlocutores institucionais reafirmam que as transformações que podem ocorrer no local dependem de como o ecoturismo é conduzido pelos moradores do Núcleo.

Sem dúvida, acho que toda comunidade muda. Vai depender de quem chegar. Se trabalhar com turismo científico, receber pesquisadores vai para um lado, se trazer grupos para lazer, vai pra outro lado. Inclusive, a própria organização comunitária para atender esse turismo vai ser moldada, de acordo com o público que chegar. Então, sem dúvida ela vai mudar, e assim, eu acho que cabe dos acordos preestabelecidos que a comunidade vai estabelecer para preparar as pessoas, para entrar na realidade comunitária (WWF-BR).

Não pode ser de uma empresa, alguém que se instale e faz a pousada dele. E, se é ecoturismo precisa ser compartilhado com a comunidade. Os equipamentos de alojamento precisa ser planejado comunitariamente, porque se não, faz um negócio a parte, segue o caminho dele, e a comunidade fica a margem. Por isso, tem que estar dentro do Plano de Uso. E aí, tudo que começa a gerar renda, dá problema, por isso tem que ter um conselho gestor (GTA).

Sob esta perspectiva, o planejamento e a gestão do ecoturismo devem ser desenvolvidos a partir da capacitação dos atores envolvidos, da organização comunitária e do

engajamento efetivo da população local no processo de tomada de decisão e controle das estratégias adotadas. Nesse sentido, Dencker (2007) considera que esse processo deve se sustentar nas diversas manifestações culturais da população local, em seus modos próprios de perceber, interpretar e organizar a atividade, considerando os seus valores imateriais, os quais integram o seu modo de vida.

Assim, para que sejam minimizados os impactos negativos do ecoturismo, os atores institucionais contactados pela pesquisa ressaltam também a importância do protagonismo dos atores locais, para que o empresariado externo e o mercado não intervenham diretamente na gestão do ecoturismo na RESEX. Pois, como mencionam Irving *et al* (2008a), as grandes empresas, geralmente, não consideram no planejamento e gestão do turismo, o compromisso de fixação de receitas nas localidades onde esse se desenvolve.

- **Obstáculos para o desenvolvimento do ecoturismo**

Segundo os atores locais, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do ecoturismo, bem como para o de outras iniciativas produtivas, tem sido o enfraquecimento da organização comunitária no Núcleo do Cazumbá, a partir da mudança na gestão, em 2006, da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá.

Desde então, parece ter havido um retrocesso em algumas atividades cotidianas no Núcleo do Cazumbá, em função da descontinuidade de alguns projetos implementados no local.

Além da dificuldade de organização comunitária no Núcleo do Cazumbá, outros fatores limitantes para o desenvolvimento do ecoturismo são mencionados pelos moradores da localidade e estão relacionados a seguir:

- Dificuldade de implementação e continuidade do projeto de criação de jabutis e capivaras;
- Carência de infraestrutura básica;
- Inexistência de estradas de acesso em boas condições de uso e de oferta de meios de transporte adequados;
- Ineficiência do envolvimento comunitário com os responsáveis dos projetos no local;
- Infraestrutura de hospedagem inadequada para as características peculiares do local;
- Trilhas interpretativas inexistentes;
- Transporte insuficiente para a população local, em diferentes estações do ano;
- Demanda limitada de turistas;
- Capacitação insuficiente dos moradores em gestão de projetos.

Assim, os principais obstáculos apontados para a operacionalização do ecoturismo são relacionados à carência de infraestrutura básica e turística e à mobilização e organização comunitária deficientes. A limitação de assistência técnica para o acompanhamento da implementação e monitoramento de projetos constitui também outra dificuldade a ser superada. Esses obstáculos tornam-se difíceis de serem ultrapassados, se for considerado que o apoio dos órgãos oficiais, especificamente dirigido às iniciativas de ecoturismo em áreas protegidas na Amazônia, é ainda incipiente.

Os obstáculos para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá, reconhecidos pelos atores locais, são também reafirmados por alguns atores institucionais entrevistados. Mas alguns atores institucionais que conhecem iniciativas de ecoturismo em outras RESEX nos estados de Rondônia, Acre, Ceará, Bahia e Pará, apontam a distância dos centros urbanos, como a principal limitação para a implementação do ecoturismo, uma vez que essa prática, em localidades distantes, exige uma logística complexa e onerosa.

Conheço muito as realidades de reservas extrativistas na Amazônia Ocidental. Considerando esse recorte, as iniciativas de turismo são meio complicadas por exigir uma logística alta. O nível de exigência do turista não pode ser também muito alto, tem que estar mais tranquilo com as condições que o meio pode oferecer. De fato, conheço poucas iniciativas que tenha conseguido se dar bem, sobretudo nessas áreas mais remotas. Tem uma em Rondônia, no Vale do Rio do Guaporé, tem duas reservas bem próximas a Reserva do Calcário e do Currealinho que exigia uma logística um pouco forte, existia até um linha aérea que fazia Porto Velho/Costa Marques e bom. Essas zonas de Rondônia tem um apelo histórico, tem algumas ruínas e a reserva passou a aproveitar esse contexto para trabalhar com turismo, mas no momento que falhou essa parte de transporte, a empresa abandonou a linha, então todo o impedimento comunitário sofreu sérios problemas e meio que caiu. Hoje as iniciativas são muito pequenas. Na verdade, eu vejo que é mais forte na Chico Mendes, Cuniã, Ouro Preto, Pacaás Novas, mas é mais turismo científico (WWF-BR).

Já existem reservas que vem trabalhando com o turismo e nós estamos terminando a criação da Resex Prainha do Canto Verde, que só trabalha com turismo comunitário (DIUSP/ICMBio).

É importante lembrar também que estas iniciativas são ainda recentes, e, portanto, as informações são limitadas sobre o início e a continuidade do processo, uma vez que, historicamente, as principais demandas de lazer e turismo são direcionadas para UCs de Proteção Integral, como os parques.

Eu tenho pouquíssimo conhecimento na área, tanto teórico, quanto de experiências práticas, dentro desse pouco que eu conheço, eu sinto que existem poucas experiências em unidades de uso sustentável com essa ênfase, pensando mais na harmonização, interesse da comunidade, desses impactos culturais e sociais. Penso que existem mais experiências em unidades de proteção integral, onde esse prefixo eco está mais associado a esse contato com a natureza, às atividades de esportes radicais, está ligado a essa visão desse tipo de uso da unidade, do contato com a natureza e o que ela pode trazer de emoção de prazer e descoberta desse lado selvagem, natural. O que eu percebo é que quando se fala em ecoturismo e se associa à área de proteção integral, você traz mais essa visão, desse uso com esse foco de descoberta do mundo selvagem, da beleza da natureza, traços naturais que levam a emoção, a descoberta desse mundo natural (RESEX CI/ICMBio).

É uma coisa viável, mas não é um turismo que está no mercado. É um turismo diferenciado que precisa ser pensado. Tem que ser uma coisa trabalhada num consórcio de políticas públicas de turismo, para o desenvolvimento das UCs. Porque nós podemos explorar a pesca, a beleza

natural que existe, a fauna, mas tem que ser trabalhado para que a gente não tenha problemas depois (CNS).

O turismo pra nós é uma cadeia produtiva, que em tese, tem tudo a ver. O grande problema é que as oportunidades oferecidas pelo turismo partem do princípio de exclusão da comunidade e não um turismo com base sustentável e comunitária. Não tem nenhum programa do Ministério do Turismo que nos ajude, pelo contrário, os programas vêm colocar em risco os princípios, a cultura, os territórios, a moradia dessas pessoas (DIUSP/ICMBio).

Outro obstáculo importante a ser superado para a ordenação do ecoturismo em RESEX, bem como para a consolidação dessa categoria de manejo, segundo o olhar institucional, diz respeito à implementação de instrumentos de gestão da UC (Plano de Manejo, Plano de Utilização e Conselho Gestor). Mas no contexto da RESEX CI, esses estão disponíveis e atualizados, porém precisam ser detalhados, efetivados e monitorados para contemplar o ecoturismo.

Surge ainda nos depoimentos dos atores locais e institucionais, a necessidade de investimento financeiro, sobretudo na fase inicial das ações de planejamento e implementação de projetos ecoturísticos, para a consolidação dessa prática, localmente. Sob a percepção local, a responsabilidade de investimentos é atribuída às três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Mas um interlocutor da sociedade civil ressalta a escassez de recursos financeiros, advindos do Tesouro Nacional, para a própria efetivação da gestão da RESEX.

Se existisse boa vontade da parte do governo, seria num passo de mágica. Um plano de gestão desses, no máximo custa uns 300/400 mil, depende do tamanho da área. O IBAMA tem estrutura técnica para fazer isso, mas infelizmente não opta no seu orçamento, aí fica mendigando dos fundos de doações das organizações internacionais, como o ARPA e outras organizações, como a Conservation International. O governo não tem coragem de alocar recursos dentro do seu orçamento para ser feito isso, quer implementar as unidades de conservação sem gastar uma moeda do governo, e isso tem sido um grande atraso para a implementação das RESEXs no geral (CNS).

Sendo assim, é necessário que os órgãos públicos competentes redefinam suas prioridades de investimento para a própria efetivação da gestão da RESEX, de acordo com os seus objetivos de manejo. É importante ainda que os órgãos de fomento ao desenvolvimento exijam a adequação dos projetos priorizados pelas políticas públicas setoriais aos objetivos e estratégias definidas pelos próprios moradores da RESEX, para solucionar e, ou minimizar seus problemas, conforme a perspectiva de Weignand Júnior (2002). Para esse autor, os recursos aplicados com esse objetivo podem ser externos, mas devem ser mobilizados localmente. Pois, dessa forma, parece ser possível uma melhor aplicação dos recursos no processo.

b) Ecoturismo na projeção de cenários

- **Demandas locais para o desenvolvimento do ecoturismo**

As principais demandas locais para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX, referenciadas na pesquisa, estão relacionadas à formação e à capacitação técnica dos moradores do Núcleo do Cazumbá. Os moradores do Núcleo enfatizam a importância de receberem conhecimento sobre os aspectos teóricos de ecoturismo e suas implicações, bem como sobre as suas etapas de planejamento e gestão. Com essa base de capacitação, os moradores locais poderão melhor discutir e definir ações coletivas para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo.

Precisamos de leitura para se informar. Deve ter também um curso de recepção de pessoas (Afonso Araripe da Silva).

Precisa motivar a comunidade a receber o turista, conhecer o que o turista quer, adequar o alojamento do turista, agregar valor ao trabalho local e elaborar o planejamento do turismo e cronograma (Edivan dos Santos Maia).

Primeiro o Núcleo deve se reunir e ver se quer turismo, formar o grupo interessado e preparar para receber as pessoas. A população deve se conscientizar mais e todos se dedicarem, aí vai melhorar. Deve fazer um curso para esclarecer o que é o turismo. E precisa também de apoio financeiro (Jair Gomes da Silva).

Precisa buscar informações e aprender com quem já colocou o turismo em prática. Aprender a desenvolver um turismo com a comunidade (Arnaldo Silva Maia).

A necessidade de implantação de infraestrutura receptiva adequada (meios de hospedagem, alimentação, transporte e atrativos) também é ressaltada nos depoimentos dos atores locais.

Deve fazer um centro de abate de aves (pato e galinha), pois geralmente faz a comida para os turistas com coisas da cidade. Deve ter uma cerâmica para construir casas. Construir barragens de açudes para possibilitar a prática de esportes, banho, pesca e corrida de barcos. Definir melhor a comida típica, buscar energia elétrica. Precisa de pessoas preparadas para o atendimento de qualidade. E criar atrações diversas. A criação de peixes ajudará na alimentação da comunidade (Adelino Nunes de Almeida).

A experiência turística, até então vivida pelos moradores do Núcleo, a partir da vinda de turistas, principalmente de origem estrangeira, fez com que esses identificassem também a necessidade de aprendizagem de noções básicas de idioma estrangeiro, no futuro.

A capacitação para a recepção de turistas, segundo a percepção local, deve estar também relacionada às peculiaridades do perfil e expectativas do turista, conforme o depoimento seguinte:

A partir de mim, preciso aprender muitas coisas, uma das coisas que precisa, é a partir da própria comunidade, recepcionar, auxílio a recepção até os guias, porque como você sabe, dependendo de cada equipe, elas têm uma preferência. Então, você tem que estar com uma pessoa preparada para lidar com cada preferência, com cada equipe que vai pra lá. Tem pessoas que você vai receber, que vai ser um amor pra você, porque elas têm preferência que você também gosta de fazer. Mas você vai receber outra equipe completamente equivocada daquela preferência, e você vai estar mostrando alguma coisa que ela não quer, então você vai ter que saber o que você vai mostrar. Alguém que quer fazer uma trilha, então vai ter que ter alguém que vá responder tudo aquilo que a pessoa perguntar, isso aqui é a árvore tal, que serve pra isso, tem essa atividade. Por exemplo, se você hoje vai visitar uma pequena horta que tem lá, vai ter uma senhora que vai te explicar tudo de lá, então tem essa pessoa fazendo isso. Isso é o que eu acho que tem que ter, mas uma pessoa que sabe receber você, que tá vindo lá do Rio, essa pessoa tem que saber que vai ter que te dar detalhes (Aldeci Cerqueira Maia).

Isto porque, apesar de os moradores do Núcleo do Cazumbá se considerarem “hospitaleiros”, não se pode esperar que apenas a sua boa acolhida e, ou a sua simpatia sejam suficientes para a garantia de uma condição de boa hospitalidade no local. Nesse entendimento, Dencker (2007) argumenta que hospitalidade consiste no ato de acolher bem o outro e também na satisfação do turista pela qualidade do serviço que lhe foi prestado. Sendo assim, o ato de acolher não substitui a qualidade do serviço. Nesse processo, é importante que não se corra o risco de padronização no atendimento e nas formas de hospitalidade, para que isso não resulte em uma representação artificial da dinâmica local, que comprometa a percepção do turista sobre o lugar visitado.

Em relação ao atendimento em alimentos e bebidas no Núcleo, esse também é ainda incipiente. Alguns moradores do Núcleo já participaram de cursos nessa área, ministrados pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre), para aprendizagem de noções básicas de preparação, manuseio e armazenagem de alimentos. Mas há a necessidade de maior qualificação dos moradores, em relação à organização da alimentação e inovação de cardápio, devendo as mesmas estarem baseadas, principalmente, no uso de produtos locais.

No contexto destas demandas, na visão local, os roteiros de atrativos devem ser planejados, de acordo com o perfil do turista, como mencionado no relato seguinte:

As pessoas idosas têm que ter um tratamento diferenciado. A mesma trilha que é pro camarada que corre, não é pra aquela pessoa que está de bengala, e eu tenho essa noção, e fora da unidade tem que ter toda essa organização, até chegar lá, desde de quando o turista desce lá no aeroporto de Rio Branco (...) (Aldeci Cerqueira Maia).

A roteirização pode ser interessante neste processo, pois, segundo a visão local confere integração e organização aos atrativos que estão dispersos.

(...) a gente tem que ter um roteiro de tudo isso, do que ele vai encontrar, não pode no roteiro falar que ele vai encontrar um guia que vai falar de tudo pra ele, e ele chega lá e encontra um guia que não sabe, por isso que eu falo que tem muita coisa para preparar dentro da comunidade (Aldeci Cerqueira Maia).

A disponibilização de informação de qualidade proporcionada ao turista sobre o Núcleo, anteriormente à sua chegada ao local, é apontada também pelos atores locais como essencial ao processo, uma vez que essa medida antecipa o que o turista irá efetivamente encontrar no local e o prepara para a experiência na RESEX. Dessa forma, os moradores do Núcleo reconhecem necessitar de mais informações sobre as expectativas do turista antes da sua visita, para tentar adequar suas propostas ao perfil dos visitantes. E, para uma experiência satisfatória para turistas e anfitriões, a qualificação de guias para o ecoturismo local é também identificada como demanda por alguns moradores do Núcleo.

É importante colocar o visitante a par do impacto que ele vai ter, se está tendo mosquito ou não, quem vai recebê-lo. Já começa a dividir as tarefas de cada um, o ecoturismo não se faz sozinho, tem essas pontes. O guia, o cara que é responsável pelos jabutis, eu não posso falar por ele, porque ele é quem sabe como está fazendo, como também o seringueiro, que vai corta a seringa, o castanheiro (...) (Aldeci Cerqueira Maia).

Em uma projeção de cenário, outras demandas são também identificadas e se referem ao aprendizado de novas técnicas de aprimoramento da produção extrativista, como a extração de óleo de copaíba, (pelo seu potencial de mercado, como antiinflamatório natural). O aperfeiçoamento do trabalho realizado com sementes nativas e o artesanato de borracha são também mencionados como possibilidade futura, além do aprendizado de artesanato em madeira, para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo.

Portanto, pensando na performance futura do Núcleo para o desenvolvimento do ecoturismo, alguns treinamentos são solicitados, na forma de oficinas de capacitação.

- Princípios de gestão administrativa/financeira e fortalecimento de organização associativista/cooperativista;
- Noções básicas de hotelaria, hospitalidade e qualidade no atendimento;
- Informações sobre os processos de alimentos e bebidas (compra, higiene, armazenamento e rotulagem de alimentos; estrutura organizacional e funcionamento de cozinha; elaboração e custos do cardápio; serviços de restaurante);
- Logística de transportes;
- Compreensão da Legislação ambiental aplicável (Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei de Crimes Ambientais, instrumentos de gestão da RESEX – Plano de Manejo, Plano de Utilização e Conselho Deliberativo) e Diretrizes de Visitação em UCs;
- Condução de visitantes (manejo de trilha, serviço de emergência médica, operação de GPS⁷⁵ e bússola);
- Conhecimentos sobre tecnologias sustentáveis alternativas;
- Noções gerais para elaboração de instrumentos de promoção comercial;

⁷⁵ Sistema de Posicionamento Global.

- Noções básicas para elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de projetos;
- Embasamentos de informática.

Neste sentido, é importante enfatizar que o processo de capacitação dos moradores do Núcleo do Cazumbá em ecoturismo tende a envolver a participação de agentes externos. Mas Weignand Júnior (2002) salienta, como importante estratégia com este objetivo, a integração da população local com a equipe técnica, em um processo conjunto de fortalecimento da capacidade participativa de planejamento e implementação de projetos.

Para a concretização das demandas locais para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá é importante também o estabelecimento de parcerias estratégicas. Sendo assim, os interlocutores institucionais entrevistados nesta pesquisa reconhecem o seu papel como fundamental nesse processo.

A Secretaria do Meio Ambiente de Sena Madureira entende que a sua atuação é potencialmente estratégica devido à sua atribuição na definição do planejamento e zoneamento territorial do município, o que lhe compete investir recurso público em infraestrutura básica e turística, no centro urbano e na zona rural.

No planejamento do município, quando determina qual planejamento com relação ao turismo, e daí entra o zoneamento, entra a destinação de recursos, entra a potencialização da rede hoteleira do município em receber esses visitantes, que primeiro param aqui para depois irem para a comunidade. Criar condições para que a comunidade possa fazer isso através da estrutura, seja por via fluvial ou terrestre, depende de como esse turista vai chegar na comunidade. Então, o município traça um planejamento a fim de atender essa demanda da comunidade, mas não necessariamente de uma só comunidade. O município pensar no ecoturismo em si, que estrutura o município precisa para atender as comunidades para que o ecoturismo possa estar chegando (SEMAM/Sena Madureira).

O ICMBio se reconhece na função de articulação institucional da RESEX com os potenciais parceiros, bem como no apoio e orientação à população local sobre regulamentação, ordenamento e monitoramento do ecoturismo, de acordo com as leis que regem essa categoria de manejo de UC.

Eu acho que facilitando a participação de outros parceiros que atuam na área, e articulando esses parceiros, e fazendo nosso papel na gestão, que inclui tudo isso que falei, mais a parte de regulamentação, de ordenamento, que são aspectos da gestão que são papéis muitos nossos, que outras instituições normalmente não são ocupadas por outras instituições. Para várias outras áreas, você tem substitutos, alternativas, mas tem algumas ações que são papel nosso cumprir (RESEX CI/ICMBio).

E o WWF-BR se reconhece como agente de capacitação da população local, a partir da realização de oficinas sobre as etapas metodológicas de planejamento e gestão do ecoturismo.

Atualmente a WWF tem atuado pouco com ecoturismo. Teve um programa de ecoturismo forte até 2005/2006. Hoje a gente tem atuado pouco nesse sentido, inclusive na própria Cazumbá, não é uma ilha [incentivo ao ecoturismo] que a gente tenha declarado de uma forma mais protagonista. Mas a gente pode aportar sim, quem sabe não muito com projetos específicos, coisas como infra-estrutura. É mais difícil para uma organização, como a WWF bancar, mas sem dúvida, contribuindo com o pensar do ecoturismo, com o planejamento, com o desenvolvimento de capacidade (WWF-BR).

O papel de agente facilitador na formação e capacitação técnica da população local em ecoturismo pode ser também atribuído à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Estado do Acre, que vem desenvolvendo iniciativas dessa natureza, em parceria com o Sebrae, com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), BID e Ministério do Turismo. Essas iniciativas de capacitação são apoiadas e realizadas de acordo com as demandas locais. Porém, essas demandas são identificadas pela SETUL, a partir da

mobilização comunitária para a busca de apoio na capacitação em ecoturismo, como aconteceu no caso dos moradores de Xapuri (AC).

No plano nacional, o Grupo de Trabalho Amazônico e o Conselho Nacional dos Seringueiros percebem o seu papel de mediadores nas negociações entre a população local e os órgãos governamentais (em esfera federal e estadual), a cooperação internacional e as ONGs transnacionais. Essas instituições têm também a possibilidade de discutir projetos dessa natureza nos conselhos dos órgãos relacionados ao desenvolvimento agrário do país, sendo esses, espaços potenciais de negociação para investimentos em projetos de desenvolvimento local. O CNS reconhece ainda o seu papel no fortalecimento da organização comunitária. Os depoimentos a seguir resumem a percepção de algumas instituições sobre a sua participação potencial no processo.

Estamos em alguns conselhos do governo federal, como Conselho Nacional de População Tradicional, Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário. Dentro desses conselhos, a gente defende os projetos, defende os investimentos, além de alguns projetos pontuais pra uma cooperativa, no treinamento de pessoas. A gente media a negociação de recursos. A gente atua como implementadora em determinados organismo. A gente não implementa recursos diretos. O GTA está dentro do projeto apresenta as propostas, como agente implementador, repassa recursos, capita relatórios e apresenta ao Ministério (GTA).

A contribuição do Conselho é extremamente importante. Mas vai no sentido de sensibilizar, de capacitar a comunidade para isso, assim como fazem no processo de criação. Esse é o grande papel do Conselho é fala a importância que isso tem pra comunidade, porque é uma forma de ter recursos sem devastar, desde que o turismo seja feito na metodologia da unidade de conservação. O nosso apoio não é, e nunca foi financeiro, nós não temos filiados, nós vivemos de doação. O nosso apoio direto é com ação, é com trabalho, é com a organização, é com a viabilização, vai lá. A comunidade precisa reunir com o prefeito, o Conselho vai lá, marca uma agenda com o prefeito ou com o governador, leva a comunidade junto e fala pela comunidade, a comunidade fala por si. Nós ajudamos a comunidade a chegar no recurso. Quando o Conselho leva o nome da comunidade aos doadores, como a Petrobrás, a Secretaria de Agroextrativismo. Eles tem um recurso que é específico para esses projetinhos, que vai de 5 mil ate 100 mil de apoio as comunidades, a fundos perdidos. A comunidade não devolve o dinheiro, devolve o problema resolvido (CNS).

A Coordenação geral de RESEX e RDS (DIUSP/ICMBio/MMA) se reconhece também como um importante ator no suporte à elaboração de projetos de desenvolvimento local.

A Coordenação apóia esses projetos que tem objetivo de dar suporte de renda. E esse tem sido para nós a grande prioridade na implementação da reserva, para você poder ter um conselho que faça gestão da reserva, a partir das necessidades locais e que essas cadeias produtivas tragam renda e melhoria da qualidade de vida, aí que o turismo entra. Temos também parceiros, como o pessoal do artesanato para melhorar o designer do artesanato. A nossa Coordenação tem uma capacidade limitada em relação às cadeias produtivas. O que nós fazemos é receber as demandas de criação, trabalhar na criação de atividades, fazer a montagem dos conselhos. Mas a parte de cadeias produtivas tem que buscar apoio em outras partes, porque isso não é função dos órgãos ambientais. Eu acho que seria função do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Turismo, todos aqueles que se envolvem as cadeias produtivas das RESEXs. Temos que buscar parceiros em várias partes diferentes das políticas públicas (DIUSP/ICMBio).

A coordenação do PROECOTUR/PNE/MMA reitera o seu papel potencial no apoio a implementação de projetos de ecoturismo, que envolvem populações moradoras em UCs. Segundo o interlocutor do PROECOTUR/PNE/MMA, o fomento de projetos dessa natureza é prioritário no escopo do PROECOTUR. Mas, esse salienta que iniciativas como essa são ainda limitadas e, além disso, em geral, as políticas de turismo são verticalizadas, atendendo, sobretudo aos grandes empresários e deixando os pequenos empreendedores na periferia do processo. Por esse motivo, a coordenação do PROECOTUR/PNE/MMA, em conjunto com o Ministério do Turismo, em 2008, promoveu a seleção pública de projetos de turismo de base comunitária⁷⁶.

O trabalho é feito em forma de editais, a partir de critérios haverá a identificação de áreas prioritárias de fomento e incentivo ao turismo de base comunitária. Com a aprovação de propostas, formatará o projeto para disponibilizar os recursos e apoiar o desenvolvimento do projeto localmente (PROECOTUR/PNE/MMA).

⁷⁶ Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008.

Neste caso, o projeto de ecoturismo da RESEX CI poderá pleitear, no futuro, um projeto no próximo edital MTur, o que tenderá a facilitar o desenvolvimento do processo.

Assim, é importante ressaltar que, a definição clara dos diferentes papéis destas instituições implica também, fundamentalmente, no engajamento e comprometimento das mesmas, de forma integrada, no cumprimento de suas responsabilidades, para a concretização das decisões coletivas para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX.

- **Interesse com relação à participação no processo**

Como anteriormente mencionado, em função de seu potencial para o incremento da economia local, da valorização da cultura tradicional e de proteção da natureza, o ecoturismo é considerado pelos moradores locais, como uma grande oportunidade para o desenvolvimento local. Este contexto parece estimular o envolvimento da maioria dos moradores do Núcleo no processo. Esses moradores se reconhecem com diferentes papéis e inserções, com base na noção de divisão de tarefas e troca de experiências, como ilustrado em alguns depoimentos.

A minha atividade é chegar lá, a minha participação é levar até a comunidade contar essa história a partir da criação da unidade, que eu participei do início até hoje. Hoje nós temos essa pequena organização, e eu faço a sua distribuição. Na comunidade estou servindo de ponte até chegar lá. Eu preciso me envolver na parte que a comunidade não consegue alcançar (Aldeci Cerqueira Maia).

Quero mostrar o que a pessoa faz dentro da casa de farinha (Jair Gomes da Silva).

Apoiar a organização das atividades e mostrar o potencial que a floresta tem (Afonso Araripe da Silva).

Gostaria de inserir os filhos no processo de turismo e continuar a cuidar dos animais, mas quero receber dinheiro (Leonardo Vieira de Carvalho).

Elaborar o planejamento do turismo e cronograma. Elaborar o plano da visita antes da chegada do turismo (Edivan dos Santos Maia).

Quero cuidar da comida e limpeza (Cleonice Fortunato dos Santos).

Quero vender o artesanato, organizar meu galpão para mostrar como se faz meu trabalho. Meu sonho é aumentar o grupo de artesãos para aumentar a produção (Gilberto Miranda Maia).

Algumas inserções desejadas são expressas pelos atores locais, com o objetivo de desenvolvimento futuro do ecoturismo no Núcleo, conforme sistematização apresentada no Quadro 3.

Quadro 3: Sistematização das inserções desejadas pelos atores locais no processo de desenvolvimento do ecoturismo

| INSERÇÕES DESEJADAS | ATORES LOCAIS |
|--|--|
| • Oficinas de sensibilização para o ecoturismo | Edivan dos Santos Maia, Maria Siqueira e Aldeci Cerqueira Maia |
| • Interlocução entre empresariado e RESEX | Aldeci Cerqueira Maia |
| • Gestão dos processos da farinha e seus produtos variados | Jair Gomes da Silva |
| • Organização da culinária local | Leonora Siqueira Maia e Cleonice Fortunato dos Santos |
| • Guia de turismo nos atrativos castanhal, seringal e rio Caeté | Manoel Cerqueira Maia, Davi Siqueira da Silva e Raimundo Nonato Soares |
| • Atividades da horta de plantas medicinais e alimentos de consumo | Cleonice Fortunato dos Santos e Albertina Fortunato dos Santos |
| • Gerenciamento de atividades operacionais em geral | Afonso Araripe da Silva, Adelino Nunes de Almeida, José Antônio Teixeira e Jecilda Siqueira Maia |
| • Produção de Artesanato | Arnaldo Silva Maia, Leonora Siqueira Maia, Raimundo Nonato Soares e Gilberto Miranda Maia |
| • Gerenciamento de criadouros de animais silvestres | Leonardo Vieira de Carvalho |
| • Limpeza dos meios de hospedagem | Cleonice Fortunato dos Santos |
| • Transporte dos turistas no interior da RESEX | Ronaleudo Carvalho |
| • Manutenção da infraestrutura das pousadas | Pedro Siqueira Maia |

É interessante mencionar que algumas destas ações já ocorrem durante as ocasiões de visita de turistas ao Núcleo. Mas os moradores reconhecem a necessidade de fortalecimento da sua participação na organização no processo, para que essas funções possam ocorrer com eficiência e legitimidade.

No entanto, para Inoue (2007), para que uma participação efetiva da população local possa ocorrer no processo é necessário que a mesma esteja motivada a participar e possa acreditar em suas próprias aspirações e a lutar pelas suas realizações. Esse argumento parece então, estar em consonância com a percepção da maioria dos moradores do Núcleo do Cazumbá, que ressaltam também a importância de definição de um líder local, para capitanear o processo, de acordo com os objetivos comuns do grupo.

Neste cenário, a participação dos atores locais no desenvolvimento do ecoturismo e, como essa poderá ser estimulada e fortalecida no futuro, são questões fundamentais para a discussão da temática em foco, de acordo também com a percepção institucional, principalmente dos órgãos ambientais pesquisados. Essa questão é considerada fundamental também por Fratucci (2009), que argumenta que “ainda estamos longe de comunidades realmente participativas”, visto que “nossa história nos ensina que participar dá muito trabalho e pouco retorno”.

O tema participação social é interpretado, sob a ótica institucional, a partir dos aspectos de comprometimento coletivo com o trabalho e organização comunitária, na realização das iniciativas propostas em conjunto e distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo ecoturismo à população local, conforme ilustrado por alguns depoimentos.

Quanto mais participação é melhor, pois ai você tem o comprometimento da maioria, não fica centrado em apenas uma ou duas pessoas, e sim em um grupo bem maior, que se compromete e se interessa em desenvolver o trabalho. Ai é um ecoturismo em comunidade. Antes de se pensar em fazer o turismo tem que se pensar na organização daquela comunidade, eles entenderem o que é um trabalho coletivo e quais os benefícios que vem

desses trabalhos serem desenvolvidos na coletividade e não individualmente (SEMAM/ Sena Madureira).

Pela natureza da Unidade, especialmente uma reserva extrativista, é muito importante que se haja participação, nos diferentes níveis, desde o planejamento até a execução e avaliação, na tomada de decisões. É muito importante essa autonomia, que as coisas sejam feitas com e não para (RESEX CI/ICMBio).

Nesta perspectiva, a participação dos moradores do Núcleo do Cazumbá em todo o processo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do ecoturismo é reafirmada pelos atores institucionais. Mas neste entendimento, Weignand Júnior (2002, p.34) enfatiza que, mesmo após a conclusão da fase de planejamento, “as populações locais necessitam de apoio contínuo para aprenderem como implementar projetos, que viabilizem o alcance dos objetivos propostos e a participação ampla dos envolvidos”. Esse autor destaca ainda a importância da organização pós-implementação dessas iniciativas, para o reconhecimento dos méritos, das mudanças positivas, e da necessidade de aperfeiçoamento das práticas, pela própria população local, para a obtenção de novos resultados e a garantia dos que já foram alcançados com êxito.

Para efetivar estes pressupostos, de acordo com os atores institucionais, a liderança do projeto de ecoturismo no Núcleo do Cazumbá deve ter capacidade e sensibilidade para perceber e aceitar as limitações e as facilidades da população envolvida em lidar com novas experiências. Nesse processo, as equipes técnicas externas de apoio devem ser flexíveis para a execução de determinadas ações previstas, promover estratégias de participação e empoderamento da população envolvida, bem como definir precisamente os indicadores de avaliação de processo. O envolvimento da população local, por sua vez, é fundamental, sobretudo nas decisões a serem tomadas.

Eu penso que também é importante ter a sensibilidade de aceitar certas limitações da comunidade para lidar com certos processos que podem ser mais complexos do ponto de vista deles e aceitar que seja conduzido de forma boa. Se em um determinado momento a comunidade não está preparada para fazer a contabilidade de algum processo, então não tem problema que tenha algum agente externo que venha fazer aquele papel até que a comunidade amadureça para alguém fazer isso. Não acho que seja um jogo de dentro e de fora. Acho que é um processo de aprendizado, se o grupo se qualifica deve ser utilizado, deve participar, se não tem preparo suficiente, muitas vezes é melhor que venha alguém que saiba fazer para não colocar em risco todo o processo. E, você por ter uma mentalidade de ser tudo comunitário coloca em risco um processo todo, um processo que estava indo bem, que a comunidade estava desempenhando bem em outros aspectos, por em risco um processo que não precisava fracassar. Então, tem que haver uma sensibilidade, para fazer esse julgamento e nesse julgamento deve estar incluído os próprios comunitários para tomar essa decisão. A gente deve dar as alternativas, a gente não deve decidir (RESEX CI/ICMBio).

Nós queremos que a comunidade dite o que eles querem. Eles devem entender e gerir o turismo (SETUL/AC).

Parece haver também uma clara preocupação dos atores institucionais com a terceirização de serviços e a inserção do empresariado nas iniciativas de ecoturismo na RESEX, caso a população local não seja protagonista nesse processo.

Também por esta razão, é importante se pensar em instrumentos eficientes para legitimar a participação da população local no processo de desenvolvimento do ecoturismo. Para tanto, alguns atores institucionais percebem que é fundamental que a anuência para o projeto de ecoturismo seja concedida pelo Conselho Deliberativo da RESEX e pelos moradores envolvidos diretamente na iniciativa, conforme discutido nos depoimentos a seguir.

Qualquer atividade produtiva realizada dentro de uma reserva deveria passar não só pela anuência, mas também pela comunidade. Às vezes, terceirizar tudo dentro de uma reserva extrativista pode ser perigoso. A pessoa não se envolve com o trabalho executado, e de certa forma se distancia do valor que ela tem pelo território, e dá mais valor a moeda utilizada, o dinheiro utilizado para além do território (WWF-BR).

Precisa ser planejado comunitariamente, porque se não ele faz um negocio a parte, segue o caminho dele, e a comunidade fica a margem (GTA).

Por este motivo, parece ser importante avaliar a representatividade e a interlocução das populações locais no Conselho Deliberativo da RESEX CI.

Para uma participação efetiva da população local no processo de desenvolvimento do ecoturismo é indicada também, sob a ótica institucional, a necessidade de formação de um conselho no Núcleo do Cazumbá, específico para essas iniciativas. Esse conselho seria distinto do Conselho Gestor da RESEX. Mas é importante salientar que as decisões tomadas sobre o ecoturismo no Núcleo do Cazumbá devem ser também discutidas e deliberadas no âmbito do Conselho Deliberativo da RESEX.

Para a formação deste conselho dirigido ao desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo, alguns atores institucionais ressaltam a necessidade de investimento intelectual, relacional e dialógico para fortalecer as bases de apoio ao planejamento do ecoturismo, tendo como compromisso o respeito ao tempo da resposta local ao processo.

(...) E aí, tudo que começa a gerar renda, dá problema, por isso tem que ter um conselho gestor (GTA).

Respeitar os tempos, os momentos, dentro do possível é claro, que na prática também tem limitação. Deve-se gastar muito tempo nessa fase inicial de diagnóstico, de planejamento que é onde se constroem a base de um bom processo. Se não corre o risco de construir uma casa, levantar uma parede em cima de alicerces fracos e a casa vai cair (RESEX CI/ICMBio).

Estes argumentos parecem estar de acordo com a percepção de Saviolo, Delamaro & Bartholo (2005), que salientam a necessidade de discussão, no âmbito do próprio grupo social, sobre prioridades e passos a serem dados no processo. Mas como estimular os moradores do Núcleo para a ação coletiva e para que esses percebam a importância da interdependência das ações individuais? Essa resposta não parece ser simples, uma vez que, de modo geral, diferentes interesses e estruturas de poder atuam nessa dinâmica. Contudo, o

que parece ser fundamental na definição e execução de estratégias com esse objetivo, é que a população local esteja e se sinta politicamente engajada no processo, como protagonista de sua história, em uma construção coletiva para a transformação de sua realidade.

Além disso, é importante que as iniciativas de ecoturismo na RESEX CI sejam difundidas e articuladas no âmbito do Conselho Estadual de Turismo. O Governo do Estado do Acre, em 2003, estabeleceu seu Conselho Estadual de Turismo, pelo Decreto 8.693/03, e esse é composto por diversas entidades entre órgãos públicos e privados. Este espaço público formal de intervenção social poderá apoiar a formulação e implementação de políticas de turismo no Estado, sendo que as leis e as ações ali a serem estabelecidas, poderão refletir de forma direta e, ou indireta, no plano local. O Conselho Estadual de Turismo poderá apoiar ainda a formação de Câmaras Temáticas de Turismo, com o objetivo de se identificar, discutir e propor ações para a resolução dos problemas e entraves, necessários à consecução das políticas, planos, programas e projetos de turismo na região.

- **Desafios e recomendações para o ecoturismo na RESEX CI**

A interpretação dos moradores do Núcleo do Cazumbá a respeito do processo de desenvolvimento do ecoturismo no local, discutida com a leitura institucional sobre o tema, revela um cenário complexo e rico em desafios, além de algumas recomendações para o planejamento e gestão dessa prática na RESEX CI.

Sob a ótica local, o estabelecimento de parcerias entre diferentes setores da sociedade civil é entendido como estratégia fundamental em apoio às populações locais no desenvolvimento do ecoturismo. Sobre essa iniciativa, Rabinovici (2008) reafirma que a articulação entre diversos atores sociais (ONGs, Organizações da Sociedade Civil, Academia,

Poder Público, Empresariado e Cooperação Internacional) potencializa o diálogo, na relação entre o local ao global, proporcionando uma visão abrangente do objeto, a partir de diversas visões e inserções institucionais.

Desta forma, alguns parceiros estratégicos são identificados pelos moradores do Núcleo para apoiar o processo, por exemplo, a Prefeitura Municipal de Sena Madureira, a Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do Estado do Acre e as ONGs que atuam na região, como o WWF-BR. Alguns desses já possuem uma relação estreita com a RESEX CI, por terem participado de projetos conjuntos, o que tende a facilitar a sua articulação com os atores locais para a realização de iniciativas futuras, como a própria elaboração do projeto de ecoturismo da RESEX e a captação de recursos para a sua implementação.

Mas a definição de um articulador local parece outra medida a ser adotada, de acordo com os atores locais. Para tanto, a maioria destaca a necessidade do envolvimento dos jovens nas iniciativas a serem desenvolvidas. Ainda assim, o papel de liderança no processo de implementação do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá é atribuído à Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, como mencionado nos depoimentos seguintes.

Deve se organizar mais e trabalhar mais na sede [o Núcleo] para ter como receber o turista. Deve fazer um projeto feito pela Associação. Deve divulgar a reserva (Pedro Siqueira Maia).

A juventude tem oportunidade de estudar e ficar com os adultos e assumir a linha de frente. A juventude tem grande potencial para levantar o turismo aqui (Davi Siqueira da Silva).

A comunidade tem que se interessar, ter força de vontade e ser criativa. Debater os problemas, ter idéias melhores para atrair visitantes (Jecilda Siqueira Maia).

Depende de nós, de idéias novas, através de recursos deve elaborar um projeto de turismo (José Antônio Teixeira).

São poucas pessoas que trabalham com turismo aqui. Deve se agrupar mais pessoas nisso (Arnaldo Silva Maia).

Sendo assim, os moradores locais parecem perceber o seu real poder de intervenção e transformação de sua realidade, a partir de uma ação coletiva e legítima.

No fortalecimento das ações coletivas, os atores institucionais consideram também a importância de envolvimento de outros agentes externos públicos e privados para o desenvolvimento do ecoturismo no local, como demonstra o seguinte depoimento.

De forma geral, o ecoturismo em RESEX é uma atividade bem vinda, mas precisa dedicação e precisa de um apoio que extrapola a governança e o poder da comunidade. (...). Provavelmente, um pouco de apoio do governo, aí entra as secretarias estaduais e municipais de turismo, possivelmente uma empresa de turismo que esteja disposta a fazer a liga entre esses pontos, uma agência que possa vender o pacote (WWF-BR).

Sendo assim, os atores institucionais reconhecem que a discussão de propostas e estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo deve ser realizada de forma integrada, intersetorial e interdisciplinar. Assim, o processo poderá acontecer de forma articulada entre os diversos agentes envolvidos, considerando as escalas de poder de decisão. Isto significa abdicar do saber totalitário e se basear no saber compartilhado, na experiência coletiva e no poder da participação, como enfatizado por Irving (2002). Mas, como já discutido, é fundamental que esse processo seja desenvolvido, essencialmente, sob a ótica dos interesses locais.

Estamos começando a compreender e discutir quais são os mecanismos que a gente tem, precisa desenvolver, para apoiar essas comunidades, e a gente não pode e não deve fazer isso sozinho, porque não temos condições. A gente já está discutindo essa parceria com o Ministério do Turismo, porque eles serão os atores necessários nesse processo de desenvolvimento, até porque as relações com o mercado quem desenvolve é o Ministério do Turismo, questões relacionadas à formatação de produtos, roteiros, marketing. A gente quer ter esse apoio do Ministério do Turismo trabalhando conosco na implementação do projeto, ou seja, vamos apoiar as comunidades e vamos estar integrados com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, para que a gente possa criar uma ponta, um relacionamento mais direto de negócio entre o local e o mercado, se não houver fluxo de turismo, não adianta criar o mais belo dos projetos sem que o mercado

conheça, tenha interesse em visitar essas áreas. Então é fundamental que essas parcerias existam, eles são nossos parceiros nesse processo (PROECOTUR/PNE/MMA).

Para tanto, os diversos atores sociais envolvidos devem estar capacitados para atuar em processos participativos e descentralizados na gestão do ecoturismo na RESEX, privilegiando as demandas e ações locais.

Neste contexto, outro argumento importante, mencionado por um dos atores institucionais, diz respeito ao entendimento, pelos envolvidos no processo, sobre o arcabouço de políticas públicas de proteção da natureza, para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX CI. Essa percepção é importante porque, atualmente, no Brasil, a temática envolvendo as áreas protegidas e turismo constitui uma questão estratégica, no âmbito das políticas públicas de proteção da biodiversidade, em articulação com as demandas de desenvolvimento local.

A Política de Povos e Comunidades Tradicionais tem algumas linhas de turismo. E, a gente deve desenvolver um trabalho integrado com esta Política, que tem demandas que deverão ser atendidas, parte por nós, e parte pelo Ministério do Turismo. Mas, precisamos entender esse mecanismo de gestão dentro dessas comunidades, o processo de desenvolvimento social, cultural, econômico. Até mesmo dentro da atividade extrativista. Será que a gente pode gerar produto ecoturístico vinculados ao extrativismo, a coleta de insumos da floresta e ele agregar valor a esta atividade? Acho que sim, criar mecanismos para desenvolver isso, por exemplo na FLONA Tapajós, que tem desenvolvimento socioeconômico autônomo. (...) A gente tem que pensar no desenvolvimento do ecoturismo como uma atividade que pode gerar inclusão socioeconômica dessas comunidades. Agora, eu acho que outros mecanismos de política ambiental que precisam estar atuando junto. E, outra coisa que se vem discutindo é sobre a remuneração dos serviços ambientais, para essas comunidades que contribuem com a conservação desses determinados sítios, de interesse turístico e não recebem nada pra isso. A idéia é que a gente possa gerar condições para que elas também recebam os benefícios econômicos, por contribuírem com a conservação daquele local. Mesmo que a comunidade não tenha um projeto de ecoturismo, mas receba uma contribuição nesse sentido (PROECOTUR/PNE/MMA).

Neste entendimento, o desenvolvimento do ecoturismo no Núcleo do Cazumbá se respalda também nas políticas públicas de proteção da natureza, que envolvem ainda o compromisso de implicação das populações locais e de turistas na construção coletiva do processo de conservação do patrimônio natural e cultural. Mas é importante ressaltar que, nesse processo, devem estar articulados os conceitos, as diretrizes e as práticas não apenas das políticas de proteção da natureza, mas também de turismo, para que assim, se ampliem as possibilidades de um diálogo efetivo entre esses domínios.

A melhoria da cadeia produtiva é considerada como outro importante desafio a ser transposto para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX. Isto porque, a população local demanda meios alternativos e eficazes para uso e agregação de valor aos recursos naturais renováveis extraídos da floresta. E ainda, para o escoamento dos produtos, os interlocutores institucionais defendem a estruturação de canais de deslocamento alternativos, como a abertura de ramais no interior da RESEX.

É realmente criar os meios que a comunidade está esperando, agente ouve muito isso na reunião do conselho, condições para que eles possam extrair os óleos, condições para que eles possam trabalhar com as sementes, condições para que eles possam trabalhar com o manejo de madeira, o manejo de qualquer coisa lá dentro, fazer realmente a reserva funcionar. Como a gente está falando de um grupo muito grande de pessoas, numa determinada área limitada, não é como antes que não havia limites, hoje existem limites, então tudo isso tem que ser muito pensado. E, quando é muito pensado, você tem a burocracia e daí isso é um processo muito lento para acontecer. Quais são as experiências que nós temos hoje na reserva de manejo, é mais do que eles estão trabalhando na extração da seringa, mas com relação a semente e a óleo. A gente já tem a experiência de algumas comunidades que já estão conseguindo fazer isso por conta própria, apresentaram o projeto para uma ou outra instituição e estão conseguindo desenvolver um ou outro trabalho extrativista mesmo (SEMAM/Sena Madureira).

De uma forma meio crua, a primeira infra-estrutura tem que pensar na abertura de alguns ramais, vai ser importante para poder melhorar a produção, sobretudo na seca. Tem que consolidar melhor algumas alternativas de renda, como a farinha, melhorar as cadeias de produção da castanha também (WWF-BR).

Investimento na infra-estrutura, no melhoramento dos produtos da comunidade, que às vezes carecem de um beneficiamento. Porque, a maioria da população tradicional vende produtos in natura, inacabados sem nenhum valor agregado, e é exatamente desse investimento que a gente precisa para que a gente agregue o valor e demande menos no meio natural. E, o tempo que você leva para beneficiar o produto, você agrega mais valor, agrega mais pessoas trabalhando e você tem uma demanda que diminui o esforço de retirar o recurso natural (GTA).

Para o interlocutor da DIUSP/ICMBio, a melhoria da cadeia produtiva e a abertura de ramais constituem desafios importantes para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX. Mas esse percebe que o maior desafio nesse sentido, é a criação de meios eficientes para a captação de tecnologias alternativas para a melhoria da cadeia produtiva.

Acho que a parte de urbanização e desenvolvimento de cadeias produtivas, nós temos tecnologia sobrando pra isso, o problema é buscá-las (DIUSP/ICMBio).

Entretanto, Weignand Júnior (2002) salienta que muito antes de se captar tecnologias com este objetivo, a população local precisa aprimorar sua capacidade de organização e gestão de ações conjuntas e de autogestão, de forma eficiente, na associação ou na aplicação de recursos financeiros. Pois, caso contrário, os financiamentos serão utilizados apenas para a sobrevivência da organização.

Neste contexto, o fortalecimento de organização comunitária constitui desafio central no processo de implementação de projetos de ecoturismo na RESEX CI. Apesar da relevância que esse processo tem desde a criação da RESEX, parece que a capacidade interna de autogestão e co-gestão de ações que visam à melhoria da qualidade de vida, pela própria população, continua ainda incipiente.

Portanto, a mobilização gradual da população local, em conjunto com o órgão gestor da RESEX CI, parece ser um dos caminhos possíveis para se alcançar uma mudança neste cenário, para o desenvolvimento do ecoturismo. Porém, é importante considerar que o processo de organização comunitária é longo e necessita de investimento relacional permanente e flexibilidade para sua efetivação e controle, como argumentam os depoimentos de alguns interlocutores institucionais pesquisados.

O desafio central é a organização comunitária. Esse ponto, ele influencia todos os demais praticamente, políticas públicas e tal. Mas sem organização comunitária, ou com ela enfraquecida, nada das outras coisas vai funcionar. O turismo é uma boa alternativa futura, a gente deve começar a trabalhar nela hoje, para preparar essas bases (RESEX CI/ICMBio).

Os desafios, eles são grandes e depende em parte da própria comunidade, do nível de organização, mas depende também de uma vontade política, que é a gestão da reserva. Ela precisa ter regularização fundiária, ela precisa ter os investimentos na infraestrutura, acompanhamento técnico, esses são os maiores desafios (CNS).

De acordo com os atores institucionais pesquisados, a organização e a participação efetiva da população local no ecoturismo são ainda limitadas, devido à restrição do Estado em prestar, até mesmo, serviços básicos de educação, saúde e infraestrutura básica para essas populações. Mas, como afirma Becker (2005), esta tarefa não é simples e nem fácil, ainda mais para um Estado desprovido de recursos financeiros e humanos.

Neste contexto, a melhoria de sistemas de comunicação, educação básica e saúde constituem outros desafios a serem transpostos, na visão de alguns atores institucionais, para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX.

Um pouco de melhoria nas condições de comunicação, pensamos em instalar alguns rádios, alguma coisa nesse sentido, para que a comunidade possa se comunicar de dentro da reserva para fora. Tem a educação também, precisa melhorar o acesso para os jovens a educação formal e alfabetização. E, também acho que deveria intensificar os trabalhos de saúde dentro da resex, com profissionais na área (WWF-BR).

É interessante ressaltar também que, o tema de conservação da biodiversidade na RESEX não se constitui em questão prioritária, nos depoimentos dos interlocutores da sociedade civil entrevistados na pesquisa. Isto porque para esses atores, a proteção do patrimônio natural já é realizada naturalmente pela população local, uma vez que a sua sobrevivência depende de um ambiente bem conservado. Mas para que seja evitado o uso inadequado dos recursos naturais renováveis pela população local é necessário investimento para a melhoria da qualidade de vida dessas populações e a garantia da integridade do território para as gerações futuras, conforme elucida o depoimento seguinte.

Em determinadas situações são levados em assentamentos, como em todos outros espaços, são empurrados pela necessidade de sobrevivência. Pela ausência de políticas públicas, às vezes a própria comunidade é levada a usar de forma não responsável, de forma exaustiva, usar mais do que é permitido, e com esses investimentos a gente pode fazer planejamento pra utilização dos recursos, você usar só o que pode, num determinado tempo para que ele possa recuperar, para que possa ser usado de novo (GTA).

Neste sentido, Diegues (2008) enfatiza que o desafio não é preservar ou restaurar a natureza selvagem, e sim as relações que com ela são estabelecidas, pois sem o real contato com a natureza, a capacidade de entendê-la e se relacionar com ela se tornam impossíveis.

Portanto, no planejamento ecoturístico na RESEX, segundo a ótica institucional, devem ser consideradas também a valorização e a conservação do patrimônio histórico-cultural, e a dinamização dessa prática, de acordo com a época do ano e as tendências de mercado.

O desafio é não deixar essa comunidade se aculturar para receber o turista. O turista tem que vir para conhecer a cultura daquela comunidade e não a comunidade mudar completamente seu estilo de vida, a sua cultura para receber o turismo. Tem que ver que tipo de vivência eles querem mostrar, vão se adaptar as necessidades dos turistas, ou vão querer que o turista venha e conheça a realidade deles (SEMAM/Sena Madureira).

O turismo tem que ser capaz de se adaptar as temporadas e tendências de acordo com que elas vão aparecendo. Não pode ser uma coisa muito fixa (DIUSP/ICMBio).

Deve estabelecer bem alguns roteiros de visitação, pensar dois ou três dias. No dia 1 faz isso, no dia 2 aquilo, que possam ser flexíveis. Caso o roteiro 2 não possa ser de baixo de chuva, a gente possa adiantar para o 3 ou 4, algo que possa respeitar a dinâmica ambiental local e pensar também em alternativas de turismo, tanto para chuva, quanto para seca. Talvez seja mais viável começar a pensar ou exercitar só uma estação, antes de abrir tudo (WWF-BR).

Esse processo deve também ser conduzido, com base em uma projeção de cenário de médio e longo prazos, com o objetivo de experimentação e avaliação de acertos e erros nessa prática, tal como reflete o depoimento a seguir.

Daqui a cinco anos é possível que a comunidade já tenha experimentado outros grupos, eles já comecem a definir alguns padrões para receber turista. Nos primeiros cinco anos eu apostaria nisso, experimentação, grupos mais informais, para que eles comecem a viver o ecoturismo também, eles no papel de hóspedes, experimentado os cuidados que tem que ter com a alimentação, hospedagem, transporte. Às vezes experimentar, ver alguém que não fala o português, experimentar também a questão do tradutor. Eu apostaria um pouco nisso, me parece que nos dois, três primeiros anos muito pertinente de enxergar a percepção de ecoturismo, e aos poucos diagnosticando isto. Essa flexibilidade vai gerando capacidade paulativamente dentro da comunidade, e aos poucos ir endurecendo mais o turismo. Daqui a cinco anos eu creio que já dê para começar a definir possibilidades mais concretas de roteiros e de marketing mais ampliado. A própria organização da comunidade que tem que pensar, é estabelecer e prever, consultar eles e as dificuldades eles enxergam, e qual seriam as possíveis soluções para que eles possam fazer as ligações por si próprios, enxergar as dificuldades e as soluções e irem aprendendo e gerando capacidade de forma autônoma (WWF-BR).

Diante destes olhares diversos e complementares sobre o tema, vale enfatizar que, mesmo o ecoturismo sendo considerado como uma alternativa possível para o desenvolvimento local na RESEX do Cazumbá-Iracema, esse não deve ser considerado como um processo simples e, muito menos, como a solução dos problemas socioeconômicos dessa localidade.

Mas vale ressaltar que, para a transformação efetiva do ecoturismo em alternativa possível de desenvolvimento local, com o compromisso de conservação do patrimônio natural e cultural, e participação equânime das populações envolvidas no processo de tomada de decisão, parece que um dos caminhos possíveis seja os diversos segmentos sociais implicados considerarem o uso racional dos recursos naturais renováveis, o protagonismo das populações locais e o valor das peculiaridades regionais, como um diferencial a ser internalizado nas estratégias adotadas.

5. Ecoturismo: um caminho possível para a RESEX do Cazumbá-Iracema?

(...) sempre vi as reservas extrativistas de uma forma diferente. Eu não quero ver a reserva extrativista engessada, mas eu também não quero ver a reserva sendo desmatada. Não foi pra isso que eu lutei para criar a unidade de conservação. E aí, que é preciso buscar outras formas de renda (Aldeci Cerqueira Maia).

Ao longo da presente pesquisa foi discutido o que pensam, sentem e almejam os moradores do Núcleo do Cazumbá, na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, a respeito do ecoturismo como potencialidade para o desenvolvimento local, em uma perspectiva atual e futura. Com este objetivo, foram interpretados significado, potencialidades, benefícios, impactos indesejáveis, obstáculos, demandas locais, contexto desejado de participação no processo e desafios a serem transpostos. Isto permitiu traçar alguns cenários possíveis para o planejamento e gestão do ecoturismo no local. Por sua vez, a complementação dessa análise com a interpretação institucional sobre o tema possibilitou ainda a compreensão sobre a viabilidade das propostas locais para o desenvolvimento do ecoturismo.

Neste contexto, é importante enfatizar que o ecoturismo foi interpretado como uma possibilidade para o desenvolvimento local, não apenas em função de seu potencial para a geração de renda e proteção da natureza, mas também por reafirmar o modo de vida extrativista. Assim, percebeu-se que esta visão está em sintonia com o argumento de Irving (2008), quando essa enfatiza ser a busca pela natureza, especialmente no caso das áreas protegidas, também um fenômeno social. A leitura sob a ótica local considerou ainda o ecoturismo como uma alternativa produtiva importante para a permanência do extrativista na RESEX, e assim, uma possibilidade para a minimização da pressão sobre os recursos naturais renováveis da floresta e um meio de dar visibilidade aos problemas do modo de vida na floresta, sendo essa uma percepção também reafirmada pela visão institucional.

Com esta compreensão, a principal potencialidade para o ecoturismo, reconhecida pelo olhar local e reafirmada pelas instituições estratégicas neste contexto, foi associada à valorização do modo de vida extrativista, sendo esse caracterizado, sobretudo pelos costumes tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis e no modo de organização comunitária. Assim, o potencial reconhecido para o ecoturismo na RESEX tende a se vincular, de forma integrada, à valorização do patrimônio natural e cultural, o que implica no fortalecimento da cultura tradicional, nas relações de pertencimento e empoderamento dessas populações, e no uso sustentável dos recursos naturais renováveis, tal como preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A partir do reconhecimento das potencialidades locais para o desenvolvimento do ecoturismo foram identificados diversos benefícios que podem ser gerados por essa prática, principalmente relacionados à sua importância econômica, mas também à valorização da cultura tradicional, como novas percepções decorrentes da troca de experiência entre a população local e os turistas que visitam a área, com base no pressuposto de compromisso ético, respeito e engajamento de “quem está” e de “quem vem” para o desenvolvimento local, como discute Irving (2008).

No entanto, o ecoturismo observado no contexto atual do Núcleo do Cazumbá pode acarretar também impactos indesejáveis. Esse aspecto não foi muito explorado pela ótica local, ao contrário da percepção institucional, que afirmou ser possível o ecoturismo contribuir para a geração de diversos problemas e conflitos, como a interrupção da dinâmica social no Núcleo, colocando em risco o modo de vida tradicional, o surgimento do sentimento de “ganância” na população local, e a competição pelos mesmos recursos e investimentos, o que tende a afetar diretamente os laços sociais e o sentimento de comunidade. Por isso, é

importante se pensar nesse processo, de que maneira a “chegada” do ecoturismo poderá tensionar o cotidiano dos moradores locais.

Para que seja minimizado o surgimento de problemas, o ponto de partida nesse processo parece ser a preparação do grupo social para a organização e gestão do ecoturismo, o que confirma a visão de Coriolano (2006), quando essa afirma que, assim como o turismo pode concentrar riqueza e renda, pode também distribuí-la, uma vez que tudo dependerá de como se desenvolvem as relações sociais de produção estabelecidas e, a partir disso, como se formam as relações de poder vinculadas à produção de espaços.

Diante das transformações que podem acontecer com o desenvolvimento desta prática na RESEX, alguns obstáculos emergiram da pesquisa, como reais entraves ao processo. Esses se relacionaram, principalmente, à organização comunitária incipiente, apesar dessa ter sido determinante no processo de criação da RESEX, à carência de infraestrutura básica e turística, bem como à limitação de assistência técnica para o acompanhamento da implementação e monitoramento de projetos. Estes não são obstáculos simples a serem superados, principalmente, pelo fato de o apoio efetivo dos órgãos oficiais para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia ser ainda incipiente, uma vez que as políticas públicas (estadual e federal) não priorizam a sua implementação na região onde se localiza a RESEX CI.

É importante lembrar também que, as iniciativas de ecoturismo em Reservas Extrativistas são ainda recentes, e, portanto, as informações sobre o início e a continuidade do processo são limitadas, uma vez que, historicamente, as principais demandas de lazer e turismo são direcionadas às UCs de Proteção Integral, como os parques. Além disso, em geral, as políticas de turismo são verticalizadas, atendendo, sobretudo aos grandes empresários e deixando os pequenos empreendedores na periferia do processo.

Mas vale mencionar que, mesmo em busca pelo desenvolvimento local, os moradores locais não desconhecem a presença do Estado e a globalização do capital, uma vez que vivem os conflitos das implicações desse sistema em sua realidade. Portanto, questionando os padrões capitalistas e as políticas públicas vigentes, os moradores do Núcleo vêm amadurecendo e priorizando interesses e estratégias voltadas para a geração de resultados socializáveis no âmbito local, através do ecoturismo.

Mas, para o desenvolvimento do ecoturismo na RESEX, no futuro, será necessário um grande investimento em recursos financeiros e humanos. Neste sentido, foram levantadas diversas demandas dirigidas, principalmente, à formação e capacitação técnica dos moradores locais, ao fortalecimento organizacional e à implementação de infraestrutura adequada.

Para os próprios moradores do Núcleo e as instituições pesquisadas, estas demandas poderão ser viabilizadas por meio de parcerias entre a população local e as diversas instituições envolvidas no processo. Dessa forma, poderão ser potencializados o diálogo e o alcance das iniciativas propostas para a concretização do ecoturismo na RESEX. Uma oportunidade para a viabilização das demandas identificadas localmente poderá ser a participação da RESEX no Edital de Chamada Pública de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária, do Ministério do Turismo.

Parece evidente que os moradores do Núcleo do Cazumbá têm interesse em participar do processo de desenvolvimento do ecoturismo na RESEX. Mas, para tanto, consideram ser necessária a definição de uma liderança local no processo. Nesse sentido, a participação efetiva da população local no planejamento e gestão do ecoturismo na RESEX é considerada, na visão institucional, como requisito para o seu êxito, em consonância com os princípios de funcionamento dessa categoria de manejo de UC, da mesma forma como reafirmam Irving

(2002) e Coriolano (2003) e, o próprio contexto atual de políticas públicas já discutidas na presente pesquisa.

Mas como viabilizar o engajamento efetivo destas populações no processo? Uma das principais estratégias para a consecução deste objetivo poderá ser o estabelecimento de um comitê específico em ecoturismo na RESEX, para que todos os envolvidos possam expor suas idéias e interesses e, construir, em conjunto, os objetivos que irão nortear o projeto coletivo, o que implica o compartilhamento do poder, o respeito ao outro e a garantia de equidade no processo de tomada de decisão, tal como compreende Loureiro (2004).

Assim, a população local poderá discutir e negociar, por exemplo, quais são as prioridades de investimento de recursos financeiros e humanos, a divisão dos lucros advindos do ecoturismo no local, as normas para a conduta do turista, e o tempo ideal para a experiência turística no Núcleo.

Esta negociação poderá ocorrer com base nas institucionalidades já associadas à RESEX, como a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, e as futuras instâncias organizacionais, que poderão ser criadas em função das demandas de desenvolvimento da RESEX. Neste caso, já está em andamento a proposta de criação da Cooperativa dos Extrativistas da RESEX CI, que poderá ser dinamizada pelos moradores da UC como uma arena inicial para a discussão coletiva sobre o ecoturismo. Além disso, essa medida permitirá a integração das iniciativas de ecoturismo com outras ações desenvolvidas na RESEX.

Outra medida importante com este objetivo poderá ser a criação de uma Câmara Técnica de Ecoturismo, no âmbito do Conselho Deliberativo da RESEX. Pois assim, essa prática tenderá a ser internalizada na gestão da UC. Esta medida fortalecerá também o envolvimento no processo, de outras populações da RESEX e instituições implicadas em sua gestão.

Em termos de desdobramento para o planejamento ecoturístico na RESEX, o Núcleo do Cazumbá poderá ser interpretado como um importante “laboratório” de experiência em ecoturismo e pólo disseminador em lições aprendidas, para a reflexão sobre diretrizes para boas práticas de ecoturismo em outras regiões da RESEX CI, e até mesmo em outras Reservas Extrativistas na Amazônia.

Mas para fortalecer as bases de planejamento para o ecoturismo parece ser necessário o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências interpessoais no processo, como atitudes e posturas cooperativas e capacidade de gerenciamento de conflitos e problemas comuns. É importante ainda a formação e capacitação em ecoturismo, a promoção de estratégias de participação e empoderamento dessas populações, o fortalecimento das iniciativas de educação ambiental e a avaliação constante da efetividade de sua representação nas instâncias formais de discussão e tomada de decisão da RESEX.

É fundamental também que, a formação e capacitação em planejamento e gestão do ecoturismo sejam aprimoradas e monitoradas permanentemente, com base na valorização do diálogo e cooperação, respeitando os diferentes tempos de resposta local. Dessa forma, o processo tende a ser controlado pela própria população local, que assim, assume o protagonismo na iniciativa, sendo possível assegurar então, a repartição dos benefícios a todos os envolvidos.

Portanto, o desafio de se implementar o ecoturismo como uma prática consistente com relação às demandas locais em uma Reserva Extrativista na Amazônia não é fácil de ser superado, diante da diversidade de idéias, entraves e tensões envolvidas.

Mas alguns caminhos possíveis foram reconhecidos nesta pesquisa, como o delineamento e implementação de políticas públicas de forma integrada, intersetorial e interdisciplinar; e a exigência, por parte dos órgãos de fomento ao desenvolvimento, da

adequação dos projetos priorizados pelas políticas públicas setoriais, aos objetivos e estratégias definidas pelos próprios moradores da RESEX, uma vez que esses são os principais beneficiários e co-responsáveis pela gestão da UC.

Vale ainda ressaltar que alguns estudos complementares poderão ser realizados como desdobramento desta pesquisa, como a investigação sobre o perfil do turista que busca esse tipo de destino, haja visto que os moradores do Núcleo do Cazumbá expressam o desejo de que o turista que visita a área tenha por princípios norteadores o compromisso ético de respeito à cultura local e proteção da biodiversidade. Parece ainda ser outra medida importante, como subsídio à formulação de estratégias de planejamento ecoturístico, a identificação dos visitantes potenciais para a região, do público internacional interessado, e dos períodos de alta e baixa taxa de visitação, com o objetivo de dinamização da prática ecoturística no local.

A partir da formação de um comitê local de ecoturismo será interessante também o estabelecimento de uma parceria com a Secretaria do Meio Ambiente de Sena Madureira para promover a implantação de um Centro de Informações Turísticas na cidade, com a oferta de serviços de orientação especializada sobre o município, envolvendo dados sobre a RESEX e a disponibilização de informações, como roteiros, agendas de lazer e cultura, hospedagem, passeios e outros.

A partir destas reflexões, este estudo buscou contribuir para a discussão e a prática do ecoturismo, como alternativa para o desenvolvimento local em RESEXs na Amazônia, a partir do olhar das próprias populações que vivenciam o lugar turístico e são, portanto, protagonistas do processo. Nesse sentido, os resultados da pesquisa reafirmam serem as Unidades de Conservação associadas ao modo de vida tradicional, destinos singulares para uma prática alternativa às formas convencionais de turismo, que, na maioria dos casos,

buscam resultados imediatos sem o compromisso socioambiental e que, portanto, tendem a se tornar insustentáveis no decorrer do tempo, ocasionando desagregação da cultura local e impactos indesejáveis ao patrimônio natural.

Com os resultados obtidos nesta pesquisa foi possível também fortalecer a discussão sobre a possível geração de benefícios, a partir do ecoturismo, para as populações tradicionais da Amazônia, sendo essa uma questão central para a consolidação da atual Política Nacional de Turismo, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e também do Plano Amazônia Sustentável.

Além disso, o desenvolvimento da pesquisa proporcionou a oportunidade de sistematização de informações sobre o tema, que poderão apoiar, futuramente, o delineamento e implementação de programas governamentais voltados para o ecoturismo na região (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal e Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária dos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo).

Entretanto, para a efetivação destas políticas parece ser necessário que os diversos segmentos sociais implicados em planejamento ecoturístico considerem como premissas o uso racional dos recursos naturais renováveis, o protagonismo das populações locais e, a valorização das peculiaridades regionais como um diferencial a ser internalizado nas estratégias adotadas.

Por fim, a presente pesquisa pretende ser fonte inspiradora para que o modo de desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema seja resultado de uma escolha coletiva, movida pela aspiração dos seus moradores na busca de soluções inovadoras, incorporando seus conhecimentos tradicionais, para contribuir para a legitimação do objetivo principal de criação da “tão sonhada RESEX”, o de assegurar o direito legal de

uso do território pelas populações tradicionais e promover a melhoria de suas condições de vida, em harmonia com a manutenção de sua cultura e a conservação do patrimônio natural, na Amazônia; e ainda para proporcionar o “encontro na floresta”.

Referências bibliográficas:

ALEGRETTI, M. H. **Construção social e políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 827 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2002.

_____. *Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. In: ANDERSON, A. *et al.* **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.

_____. **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta Amazônica**. Curitiba: IEA, 1987.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais*. In: ACSELRAD, Henri (org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. P 37-56.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. No prelo, 2006.

ALVES, D. **Sensopercepção em ações de educação ambiental**. Brasília: INEP/MEC. Série Documental: Antecipações, n.7, outubro/1995.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2ª ed., 2004.

AMARAL, P. P. do; GOMES FILHO, A.; MAIA, A. C. **Conhecendo a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema: diagnóstico, reflexões e tendências**. Rio Branco, AC: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, 2006.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade** - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999, p.79-92.

BADIN, L. *et al.* *Apresentação*. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. & BADIN, L. (ORGS). **Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.7-12.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARROS, M. I. A. & DINES, M. *Mínimo Impacto em Áreas Naturais: uma mudança de atitude*. In: SERRANO, C. (Org.). **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BECKER, B. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BELTRÁN, J. (Ed.). **Indigenous and tradicional peoples and protected areas**: principles, Guidelines and case studies. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK and WWF International. 2000.

BENI, M. C. *Um outro turismo é possível?* a recriação de uma nova ética. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (orgs). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos oprimidos. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

BOO, E. *O Planejamento ecoturístico para áreas protegidas*. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Ed. Senac, 2002, p.31-55.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** – Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURSZTYN, I. **Políticas Públicas de Turismo visando à inclusão social**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. 2005. 110 p. (Dissertação de Mestrado) Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BRANDON, K. *Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza*. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Ed. Senac, 2002, p.224-252.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008.

_____. **Lei nº 11.771**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Brasília: DOU de 18 de setembro de 2008a.

_____. **Decreto nº 6.527**. Institui o Fundo Amazônia. Brasília: DOU de 04 de agosto de 2008b.

_____. **Instrução Normativa ICM Nº 4, de 07 de abril de 2008**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos de autorização de pesquisa que envolve acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, na Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2008c.

_____. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.** MMA, ICMBIO, DIUSP, Superintendência do IBAMA no Estado do Acre. Sena Madureira - AC, dezembro de 2007.

_____. **Instrução Normativa ICM N° 1, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: DOU, 20.09.2007a.

_____. **Instrução Normativa ICM N° 2, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: DOU, 20.09.2007b.

_____. **Instrução Normativa ICM N° 3, de 18 de setembro de 2007.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: DOU, 20.09.2007c.

_____. **Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT,** seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2007d.

_____. **Proposta de inserção da Reservas Extrativistas ao Programa Amazônia.** Brasília: MMA, 2007f.

_____. **Proecotur.** Brasília: MMA, 2007g.

_____. **Relatório Final Projeto Resex II.** Brasília: MMA, 2006.

_____. **Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária - Oficina de Planejamento.** Brasília: MMA, 2006a.

_____. **Decreto 5758, de 13 de abril de 2006,** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006b.

_____. **Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 4ª Edição. Brasília: MMA/SBF, 2004.

_____. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 4ª Edição. Brasília: MMA/SBF, 2000.

_____. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

CARESTIATO, A. **Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local**: um estudo de caso. 2000. Dissertação de Mestrado, Programa EICOS/IP/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, V. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CEBALLOS – LASCURÁIN, H. *Introdução*: o ecoturismo como fenômeno mundial. In: LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Ed. Senac, 2002, p.23-29.

COIAB; GTA; CNS. **2º Encontro Nacional dos Povos das Florestas**. Caderno da Aliança. Programa. Brasília. Realizado de 18 a 23 de setembro de 2007. Disponível em WWW.povosdasflorestas.org.br.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (org). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

COSTA, F. A. P. L. A insustentável leveza das reservas extrativistas. **ECOLOGIA - LA INSIGNIA**. Brasil, 18 maio de 2004.

COUTINHO, M. do C. B. **Ecoturismo**: Reservas Extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica. 2000. 157f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2000.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CNPT/DISAM/IBAMA. **16 anos de Reserva Extrativista**. Brasília, DF, 2006.

CNPT. Reservas Extrativistas. 1992. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 15/08/2007.

CUNHA, L. H. de. **Reservas Extrativistas**: estudos preliminares. Curitiba: Relatório apresentado á Secretaria de Ação Cultural do Ministério da Cultura, IEA, 1998.

CUNHA, C. C. **As Reservas Extrativistas e o Estado brasileiro**: análise das políticas públicas da década de 1990. Rio de Janeiro. 2008. Projeto de qualificação (Doutorado em Psicossociologia de comunidades e ecologia social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CUNHA, C. C. & LOUREIRO, C. F. Discutindo as reservas extrativistas em um contexto de exclusão social. **II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social**, 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (CD ROM).

CUNHA, M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. *Populações tradicionais e conservação ambiental*. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 184-193.

CUNHA, M. C. da. **Diversidade Natural e Diversidade Linguística**. Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz. Disponível em: <http://200.150.149.165:9081/wps/wcm/connect/resources/file/eb777c0088c52a0/Nat%20e%20Cultura.pdf?MOD=AJPERES>. s/d. Acesso em 07/03/2009.

CRUZ, R. de C. A. da. *Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil*: considerações finais. In: DIAS, C. (org.). **Hospitalidade**: Reflexões e Perspectivas. São Paulo: Manole, 2002, p. 39-56.

CRUZ, S. H. R. **Os impactos do turismo na Ilha de Marajó, PA**: aspectos socioambientais da Praia do Pesqueiro. 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1999.

DENCKER, A. de F. M. **Hospitalidade e Turismo**. Palestra realizada no: Congresso Brasileiro de Turismo Rural e Ecológico, Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo, 21/09/2007.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo. Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. (Org.) **A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

_____. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

_____. *et al.* **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Cobia-Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB/USP, 2000.

DÓRIA, C. R. C. & AZEVEDO-RAMOS, C. **Ecoturismo na Amazônia**: Alternativa de renda para Comunidades locais? Porto Velho: EDUFRO, 2007.

DÓRIA, C. R. C. **Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para Comunidades na Amazônia**. 2004. 310f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2004.

DUARTE, R. B. de A. (org). **Histórias de sucesso**: experiências empreendedoras. Vol. 1. Brasília: Sebrae, 2004.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for planning and management.** IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 183 p. 2002.

ECOUC. **Recomendações emitidas pelo Grupo de Trabalho Ecoturismo e Inclusão Social em Áreas Protegidas**, coordenado por Marta Irving. Encontro Nacional de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Itatiaia: UERJ, 2007. (não publicado).

EULER, Ana. Notícias. **Resex Cazumbá-Iracema: modelo de desenvolvimento sustentável.** Disponível em http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?7420, em 11 de Maio de 2007.

FENNEL, D. **Ecoturismo, uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, E. P. *et al.* Criação de Reservas Extrativistas e sua importância estratégica frente aos conflitos socioambientais brasileiros. **Anais III Seminário Brasileiro de Áreas protegidas e Inclusão Social**, 2007, Teresópolis.

FERREIRA, E. **Uma estrada e seus muitos caminhos.** Agência de Notícias Acre, Casos especiais, 13 de fevereiro de 2008. Disponível em http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=762&Itemid=295. Acesso em 01 de março de 2009.

FRATUCCI, A. **Fórum Entrevista Prof. Aguinaldo Fratucci.** Rio de Janeiro: Instituto Virtual de Turismo, COPPE, UFRJ, 2009. Disponível em <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em 16 de junho de 2009.

GALVIN M. & HALLER T. (editors). **People, Protected Areas and Global Change: Participatory Conservation in Latin America, Africa, Asia and Perspectives of the Swiss National Centre of Competence in Research (NCCR) North-South**, University of Bern, Vol. 3. Bern: Geogra-Bernensia, 2008.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2003.

GONDENBERG, M. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, P. M. **(Eco) turismo: uma (re) leitura dos discursos.** Brasília: Ibama, 2003.

GOMES FILHO, A. *et al.* Caracterização sócio-econômico da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 4º, 2004, Curitiba.

_____ *et al.* **Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.** Rio Branco, AC: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

_____. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Planejamento estratégico Gestão 2007 – 2010**. Rio Branco: 2007.

GTC/PROECOTUR/MMA. **Informações sobre o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo**. Brasília: PROECOTUR - Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente, 1998. (Circular).

HOMMA, A. K. O. Cemitério das castanheiras. **Ciência hoje**, vol. 34, N° 202, 2004.

IBAMA, CNPT. **Amazônia: reservas extrativistas: estratégias 2010**. Brasília: Edições Ibama, 2002.

IBAMA & WWF-Brasil. **Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil** – Implementação do Método RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação. Brasília, DF: Edições IBAMA, 2007.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2008**. Estudos e Pesquisas Informação Geográfica, número 5. Rio de Janeiro: 2008.

ICMBIO. **Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em 23/02/2009.

INOUE, C. Y. A. **Reservas Sustentáveis**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Conservação Internacional, 2007.

IRVING, M. A. *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?* In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares brasileiros. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108-121.

_____. *Ecoturismo Em Áreas Protegidas: Da Natureza Ao Fenômeno Social*. In: CASTILHO, N.; ZYSMAN, N. & CASTILHO, V. **Pelas trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: Editora RIMA, 2008, p.3-15.

_____ *et al.* *Parques Estaduais do Rio de Janeiro: contexto e desafios para a construção de um novo modelo de gestão*. In: IRVING, M. (org.). **Parques Estaduais do Rio de Janeiro: Construindo Novas Práticas para a Gestão**. São Carlos: Editora Rima, 2008, p.21-39.

_____ *et al.* **Áreas Protegidas, Turismo e Inclusão Social**: Pensando novos conceitos e práticas. No prelo, 2008a. (Texto base do Workshop Rede de Áreas Protegidas, Turismo e

Inclusão Social: de uma perspectiva da América do Sul para uma perspectiva global, no Congresso Mundial da Natureza/IUCN/2008).

_____. *et al.* *Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil.* In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p. 41-75.

_____. *Áreas Protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção.* In: **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, Ano VIII, No 13, 2006.

_____. *et al.* *Revisitando Significados em Sustentabilidade no Planejamento Turístico.* In: **Caderno Virtual de Turismo.** Vol. 5. N° 4, 2005.

_____. *Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia.* In: NETO, M. I. D. & PEDRO, R. M. L. R. (Orgs.). **Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social.** Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera editora, 2003, p.167-184.

_____. *Participação: questão central da sustentabilidade de projetos de desenvolvimento.* In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002, p.35- 45.

_____. *Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas.* In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002a, p.47-68.

_____. *et al.* *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso.* **SÉRIE DOCUMENTA/UFRJ.** Programa EICOS/ Cátedra UNESCO – Vol.1, n.10, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.59-82.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais.** Campinas: Papirus, 2002.

LIMA, M. L. C. *(Eco) turismo em Unidades de Conservação.* In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 71-87.

LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Ed. Senac, 2002.

LOUREIRO, C. F. (Org.). **Educação ambiental e gestão de participativa em Unidades de Conservação.** Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

LOUREIRO, C. F. *Educar, participar e transformar em educação ambiental.* **Revista Brasileira de Educação Ambiental.** Brasília, Ano I, N° 0, 2004, p. 13-20.

MAGALHES, G. W. de. (Coord.). **Pólos de ecoturismo: Brasil.** 1. ed. São Paulo: Terragraph, 2001.

MARRUL FILHO, S. *Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável*. In: QUINTAS, J. S. (org). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ed. Brasília: IBAMA, 2006, p.119-130.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, R. *et al.* A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista De Desenvolvimento Econômico**. Salvador, BA: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Ano VI, n. 09, janeiro de 2004, 83-93 p.

MELO, G. M. de. **A leitura de gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais**: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. Dissertação, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MENDONÇA, T. C. M. & IRVING, M. de A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil – Prainha do Canto verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/mendonca/mendonca1.htm>.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Portaria 120 de 12 de abril de 2006.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MORAES, E. & IRVING, M. Ecoturismo em reservas extrativistas na Amazônia: avanços e desafios. **II Encontro de Ecoturismo em Unidade de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo**, 2007. Itatiaia. Anais... Itatiaia: Physis, 2007 (CD ROOM).

MORAES, E. A. & VILLELA, L. B. Ecoturismo como ferramenta para o desenvolvimento de Reservas Extrativistas na Amazônia. **VIII Seminário Internacional de Turismo**, 2006, Curitiba. Anais... Curitiba: UNICENP, 2006 (CD ROM).

MOURAO, R. M. F. (Org). **Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo**. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

MURRIETA, J. R. & RUEDA, R. P. **Gestão das Reservas Extrativistas**. In: UICN, Reservas Extrativistas. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. SADAG, Bellegarde-sur-Valserien. France, 1995.

NELSON, S. P. & PEREIRA, E. M. **Ecoturismo**: Práticas para turismo sustentável. Manaus: Editora Vale, Uninorte, 2004.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OURIQUES, H. R. **A Produção do Turismo: Fetichismo e Dependência.** Campinas, SP: Alínea, 2005.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETERSON, P e ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999.

PIMENTEL, A. B. **Hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: o espaço de encontro entre turistas e anfitriões.** Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. Programa EICOS, 2007.

PIRES, P. S. **Dimensões do Ecoturismo: uma investigação conceitual.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

PREFEITURA Municipal de Sena Madureira. **Plano Diretor do Município de Sena Madureira, AC.** Sena Madureira, AC: SEMA, 2005.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília: Edições IBAMA, 2002.

QUINTSLR, S. **Políticas Públicas para a Amazônia: praticas e representações em disputa.** Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, 2009.

RABINOVICI, A. Organizações não governamentais e turismo: trilhando os conceitos de participação e sustentabilidade. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável.** Fortaleza, 2008.

RICARDO, M. M. & LIMA, R. X. Corredores ecológicos e suas políticas de implementação. **IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Seminários. Vol. 2. Curitiba: FBPN e Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004.

ROCHA, D. **Agronegócios: Êxodo rural & crescimento desordenado das cidades.** Publicado no site <http://www.zootecniabrasil.com.br/sistema/modules/wfsection/article.php?articleid=29>. Acesso em 21/05/2007.

RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003.

RUBIN, H. e RUBIN, I. **Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data.** Londres: Sage, 1995.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 1, 2003, p. 39-50.

SANTOS, E. V. P. dos. **Diálogos, Práticas e Espaços Participativos: A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil- Itália**. 2007. 139 p. Dissertação. UFRRJ, Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), 2007.

SAVIOLO, S., DELAMARO, M. e BARTHOLO, R. *Sustentabilidade, turismo, diálogo*. IN: BARTHOLO, R., DELAMARO, M. e BADIN, L. (ORGs.). **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.P. 13-35.

SAWAIA, B. B. *Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade*. In: CAMPOS, R. H. de F.(org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1996, p. 35-53.

SEABRA, G. F. **Ecoss do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001.

SCHERL L. M. *et al.* **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, 2006.

STRONZA, A. Revealing the true promise of community based eco-tourism: the case of Posed Amazonas. **Conferencia Preparatoria para el Ano Internacional Del Eco-turismo**, 2002. Anais do...Campo Grande: WTO, 2001.

SLOB, B. & WILDE, J. **Turismo e Sustentabilidade no Brasil: a cadeia de valor do turismo em Porto de Galinhas, Nordeste do Brasil**. Amsterdam: SOMO e IUCN - NL, 2008.

TIES. **Conceito de ecoturismo**. 1990. Disponível em <http://www.ecotourism.org>. Acesso em 20 de setembro de 2007.

TRANNIN, M. C. **Mídia, você é verde?** Uma investigação sobre a difusão midiática das unidades de conservação. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

UNWTO. **Tourism 2020 vision**. Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. Elaine Baptista de Matos Paula et al (org). **Manual para elaboração e normalização de Dissertações Teses**. 3ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: SiBI, 2004. (Série Manuais de Procedimentos, 5).

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WEARING, S. e NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2001.

WEIGNAND JR, R. Por que as atuais linhas de financiamento limitam o desenvolvimento comunitário sustentável em reservas extrativistas. **Revista Participe**. Porto Alegre, 2002.

WWF-BR (org). **Debate eletrônico sobre Reservas Extrativistas**: Compilação dos comentários de 11 de agosto a 1º de setembro de 2008. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/arpa/unid/acao_pelas_resex_no_brasil/consulta_publica/index.cfm). Acesso em 20 de janeiro de 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro: Vol. 8, Nº 2, 2008.

Apêndices

APÊNDICE A. Roteiros de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Interlocutores locais

I – Perfil do entrevistado:

1. Nome: _____
2. Sexo: () F () M
3. Origem: A- Norte B- Nordeste C- Sul D- Sudeste E- Centro-oeste
4. Faixa Etária:
A- 16 à 20 B- 21 à 30 C- 31 á 40 D- 41 à 50 E- 51 á 60 F- + de 60
5. Estado civil: A - Solteiro B - Casado C - Divorciado D – Viúvo E-Outro: _____
6. N° de pessoas da família: A-1 B-2 a 4 C-4 a 6 D-+ que 7
7. Grau de escolaridade:
A- Não alfabetizado B- Alfabetizado C- 1° Grau completo
D-1° grau incompleto E- 2° Grau completo F- 2° Grau incompleto
G- 3° Grau completo H- 3° Grau incompleto I - Pós-Graduação
8. Renda mensal (em salário mínimo): A - até 1 B - de 2 a 5 C - + que 6 D - n/r
9. Ocupação: _____
10. Vinculação a alguma associação local? A- Sim B- Não
- 10.1. Se sim, qual? _____
11. Tempo de moradia no local: A- 1 B- 2 à 5 C- 6 `a 10 D- 11 à 15 E- + de 16
12. Você estava na RESEX durante sua criação?

II – Interpretação do (Eco) turismo⁷⁷ no Núcleo do Cazumbá:

- 1- O que é o turismo pra você?
- 2- Como está o turismo no Núcleo?
- 3 – O que vai bem?
- 4 – O que vai mal?

⁷⁷ No roteiro de entrevista considerou-se mais apropriado utilizar o termo turismo.

- 5 - O que você acha importante que o visitante conheça e aprenda?
- 6 - Quais os problemas que você vê no turismo no Núcleo?
- 7- Quais as vantagens de ter o turismo no Núcleo?
- 8- Você já teve experiência com turismo no Núcleo? Como foi? Com quem? Como participou? O que achou dessa experiência?

Caso a resposta seja, NÃO há ainda turismo no local, seguir com as questões:

- 1- Você gostaria que tivesse turismo no Núcleo? Por que?
- 2- O que você acha que precisa fazer para haver turismo no Núcleo? De que maneira ele deve acontecer?
- 3- A comunidade já discutiu esse assunto? Quando? Com quem? Quais as conclusões?

III- Projeção Futura:

- 9- O que você acha que precisa aprender para trabalhar com turismo? Como você pode participar no turismo no Núcleo?
- 10- Tem interesse em se envolver com o turismo? De que maneira?
- 11- O que fazer para melhorar o turismo no Núcleo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Interlocutores Institucionais

I – Perfil do entrevistado:

1. Nome: _____
2. Sexo: () F () M
3. Faixa Etária:
A- 16 á 20 B- 21 à 30 C- 31 á 40 D- 41 à 50 E- 51 á 60 F- + de 60
4. Grau de escolaridade:
A- Analfabeto B- Alfabetizado C- 1º Grau completo
D-1º grau incompleto E- 2º Grau completo F- 2º Grau incompleto
G- 3º Grau completo H- 3º Grau incompleto I – Pós-Graduação
- 5- Profissão:
- 6- Cargo:
- 7- Tempo que ocupa o cargo:
- 8- Qual seu papel profissional com a RESEX CI:

II – Ecoturismo:

- 1- O que entende por ecoturismo?
- 2- Como interpreta o ecoturismo hoje em RESEX?
- 3- Você acha importante a vinda de turistas ao Núcleo do Cazumbá?Porque?
- 4- Você acha que a comunidade mudaria com a chegada do ecoturismo no local? Por que? De que maneira?
- 5-Você acha que o ecoturismo traria problemas para a comunidade? Quais?
- 6- O que você acha que o turista poderia aprender com a comunidade?
- 7- O que você acha sobre a participação comunitária no ecoturismo no local? Como pode ser desenvolvida?
- 9- Como interpreta o ecoturismo como potencialidade e desafio futuro na RESEX?
- 10- Que recomendações daria para o ecoturismo na comunidade?
- 11- Sua instituição pode contribuir para programas de ecoturismo? De que maneira?

APÊNDICE B. Registro fotográfico das entrevistas



Figura 23: A pesquisadora (à direita) entrevistando Leonora Maia e Raimundo Soares (Moradores do Núcleo do Cazumbá), em 21/08/2008.



Figura 24: A pesquisadora (à direita) entrevistando Ronaleudo Carvalho e Luzia Siqueira (Moradores do Núcleo do Cazumbá), em 24/08/2008.



Figura 25: A pesquisadora (à esquerda) entrevistando Cristiana Sales Mesquisa (Secretária do Meio Ambiente de Sena Madureira), em 18/08/2008.



Figura 26: Juan Scalia/WWF-Br, Edilaine Moraes e Arlindo Gomes/RESEX CI/ICMBio, durante a Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX, em 18/08/2008.



Figura 27: A pesquisadora (à direita) e Pedro Siqueira e família em sua casa no Núcleo do Cazumbá, em 24/08/2008.



Figura 28: A pesquisadora (à direita) acompanhando Manoel Maia na ida ao seringal no Núcleo do Cazumbá, em 25/08/2008.



Figura 29: A pesquisadora (à direita) entrevistando Gilberto Maia, junto à sua família no Núcleo do Cazumbá, em 24/08/2008.



Figura 30: A pesquisadora (à direita) conversando com alguns moradores do Núcleo do Cazumbá, em 26/08/2008.



Figura 31: A pesquisadora (à esquerda) entrevistando Cleonice dos Santos (Moradora do Núcleo do Cazumbá), em 24/08/2008.



Figura 32: A pesquisadora (à esquerda) entrevistando Jecilda Cerqueira, com a presença de outros moradores do Núcleo do Cazumbá, em 24/08/2008.



Figura 33: A pesquisadora (no centro) reunida com os moradores do Núcleo do Cazumbá, durante o seminário.



Figura 34: A pesquisadora (à direita), Afonso Santos (à esquerda) e Adelino Almeida (Moradores) no seminário.

APÊNDICE C. Perfil resumido dos atores locais

| NOME | CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA |
|--|--|
| 1. Aldeci Cerqueira Maia (Nenzinho) | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 6 pessoas Renda mensal: 2 salários mínimos Vinculação: ASSC Idade: 46 anos. Escolaridade: 2º grau Ocupação: Agente administrativo do IBAMA, cedido pela Secretaria Municipal de Saúde. Foi considerado ator local nesta pesquisa, pela sua própria escolha de participar desta como tal. Mas vale mencionar que suas respostas tendem a serem influenciadas pela sua vertente institucional também.</p> |
| 2. Jair Gomes da Silva | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 2 pessoas Renda mensal: 1 SM Idade: 32 anos Escolaridade: 1º Grau Incompleto Ocupação: agricultor</p> |
| 3. Maria Siqueira | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 2 pessoas Renda mensal: 1 SM Idade: 24 anos Escolaridade: Superior Incompleto Ocupação: professora de 1º grau do Núcleo.</p> |
| 4. Leonara Siqueira Maia (Nói) | <p>Origem: nascida na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda Mensal: 2 SM Idade: 39 anos Escolaridade: 1º grau incompleto Ocupação: professora de artesanato e bolsista tecnólogo CNPq pelo Projeto Encalhados de vegetais – couro ecológico, alternativa de uso da borracha, coordenado pela UFAC.</p> |
| 5. Raimundo Nonato Soares (Nonato) | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda Mensal: 2 SM Idade: 42 anos Escolaridade: 1º grau incompleto Ocupação: professor de artesanato e bolsista tecnólogo CNPq, pelo Projeto Encalhados de vegetais – couro ecológico, alternativa de uso da borracha, coordenado pela UFAC.</p> |
| 6. Afonso Araripe da Silva | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Madureira/AC Família: 3 pessoas Renda mensal: 1 SM Idade: 33 anos Escolaridade: 2º grau completo Ocupação: Presidente da ASSC há 2 anos e ficará mais 2 anos no cargo, além de agricultor e pecuarista.</p> |
| 7. Albertina Fortunato dos Santos | <p>Origem: nascida na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Mora sozinha. Renda mensal: Aposentada Alfabetizada e ainda estuda. Idade: 57 anos Ocupação: Foi seringueira desde 10 anos até os 42 anos junto com o marido. Hoje é agricultora.</p> |
| 8. Leonardo Vieira de Carvalho | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 3 pessoas Renda mensal: Aposentado Escolaridade: Alfabetizado e ainda estuda Idade: 66 anos Ocupação: Tem 35 anos de seringueiro e hoje agricultor para sua subsistência.</p> |
| 9. Adelino Nunes de Almeida | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Mora sozinho. Renda mensal: Aposentado Escolaridade: 1º grau. Idade: 78 anos Ocupação: secretário e tesoureiro da ASSC. Faz um trabalho de pregação e catequese com a comunidade. Também produz artesanato em madeira, tarrafa, tecido sem fins comerciais.</p> |
| 10. Edivan dos Santos Maia | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 6 pessoas Não possui renda. Escolaridade: 2º grau e técnico florestal pela Escola da Floresta, Rio Branco. Idade: 18 anos Ocupação: Estudante</p> |
| 11. Arnaldo Silva Maia | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 6 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: 2º grau Idade: 23 anos Ocupação: agricultor e agente ambiental voluntário do Ibama.</p> |
| 12. Cleonice Fortunato dos Santos (Cléia) | <p>Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 10 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: 1º grau</p> |

| | |
|---|--|
| | Idade: 35 anos Ocupação: Agricultora e servente escolar. |
| 13.Ronaleudo Carvalho | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 8 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: 1º grau incompleto. Idade: 37 anos Ocupação: agricultor |
| 14.Jecilda Siqueira Maia | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda mensal: 2 SM Escolaridade: superior incompleto Idade: 46 anos Ocupação: Professora de 1º grau |
| 15.Pedro Siqueira Maia | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda mensal: não soube responder Escolaridade: 1º grau Idade: 36 anos Ocupação: Agricultor |
| 16.Jose Antônio Teixeira (Zé Quaresma) | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 4 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: Alfabetizado Idade: 45 anos Ocupação: Agricultor |
| 17.Manoel Cerqueira Maia | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: Alfabetizado Idade: 37 anos Ocupação: agricultor e seringueiro |
| 18.Gilberto Miranda Maia | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 4 pessoas Renda mensal: 1 e meio SM Escolaridade: Alfabetizado Idade: 45 anos Ocupação: artesão e agricultor de subsistência |
| 19.Davi Siqueira da Silva | Origem: nascido na área que virou a Resex CI, Sena Madureira/AC Família: 5 pessoas Renda mensal: 1 SM Escolaridade: 1º grau Idade: 54 anos Ocupação: agricultor |

APÊNDICE D. Perfil resumido dos atores institucionais

| | NOME | CARACTERIZAÇÃO GERAL DO REPRESENTANTE | MISSÃO INSTITUCIONAL |
|---|--|---|---|
| INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS NA ESFERA NACIONAL | Coordenação Geral de RESEX e RDS/DIUSP/ICMBio Representante: Alexandre Zananiri Cordeiro | Formação: Engenheiro Agrônomo Cargo: Coordenador geral de RESEX e RDS Tempo que ocupa o cargo: desde 2006 Origem: Minas Gerais | A sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação (UCs) federais. |
| | PROECOTUR - Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente Representante: Allan Milhones | Formação: Letras, Jornalismo e Publicidade Cargo: Coordenador do Programa Nacional de Ecoturismo e do Proecotur Tempo que ocupa o cargo: desde março de 2003 do PNE e desde 2005 do Proecotur. Origem: São Paulo | O Proecotur busca a integração das diversas ações relacionadas ao ecoturismo e do turismo sustentável, no âmbito do MMA e do Ministério do Turismo. O objetivo é a construção de uma agenda multilateral que favoreça o adensamento das políticas públicas nas diversas instâncias governamentais, promovendo assim uma gestão compartilhada e a união de esforços para a consolidação de uma Política Nacional para o Turismo Sustentável. |
| ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA ESFERA NACIONAL | Grupo de Trabalho Amazônico Representante: Alberto Cantonibe Lopez | Formação: Seringueiro Cargo: Presidente do GTA Tempo que ocupa o cargo: desde março de 2007, e atua há 13 anos como militante. Origem: Amapá | O GTA, fundado em 1992, articula com outras instituições, atualmente com 630 entidades, entre sindicatos, associações, cooperativas, federações e trabalha principalmente pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Está estruturado em nove estados da Amazônia Legal e dividido em 18 coletivos regionais. |
| | Conselho Nacional dos Seringueiros Representante: Manuel Silva da Cunha | Formação: Seringueiro Cargo: Presidente do CNS Tempo que ocupa o cargo: desde março de 2005, e atua há 13 anos como militante. Origem: Caraouaí (AM), onde foi criada a | Em defesa da RESEX, o CNS atua no processo de organização das comunidades, na criação das associações. Com a estruturação da associação, formaliza o pedido de criação da unidade de conservação, junto ao ICMBio, |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | primeira Resex do Estado, a do Médio Juruá. | através do CNPT. Após essa etapa, parte-se para o ato de pressionar os governos para decretarem a criação da resex. |
| INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS NA ESFERA REGIONAL | NOME | CARACTERIZAÇÃO GERAL DO REPRESENTANTE | ATUAÇÃO COM A RESEX CI |
| | Secretaria do Meio Ambiente de Sena Madureira Representante: Cristiana Sales Mesquita | Idade: 30 anos Formação: Bióloga, educadora ambiental Cargo: Secretária do Meio Ambiente. Tempo de atuação: desde março de 2008, mas trabalha na Secretaria desde 2005, era gerente de educação ambiental, e em 2006 atuou como gerente de elaboração e acompanhamento de projetos. Origem: Acre | Atualmente membro do conselho deliberativo da RESEX CI. De 2005 a 2007 assumiu a secretaria executiva do conselho. |
| | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Representante: Dr. Arlindo Gomes Filho | Idade: 40 anos. Formação: Biólogo. Cargo: Analista ambiental. Tempo de atuação: desde 2002. Origem: Rio de Janeiro | Gestor da UC e representa o órgão gestor, o ICMBio |
| Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do Estado do Acre – SETUL Representante: Edisa Melo | Idade: 43 anos Formação: Administração Cargo: Chefia Gestão da Indústria, Serviços e Circuitos Turísticos Tempo de atuação: 5 anos. Origem: Acre | A SETUR foi criada no final de 2003. Tem como objetivo a consolidação das rotas turísticas, sensibilização comunitária, turismo de negócios, destinos indutores, com meta até 2010. | |
| ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ESFERA REGIONAL | WWF-BR (Escritório Rio Branco/AC) Representante: Juan Felipe Negret Scalia | Idade: 25 anos Formação: biólogo Cargo: Técnico em Educação. Tempo de atuação: 4 anos Origem: Brasília | Conselheiro do conselho deliberativo da RESEX e secretário executivo desde março de 2008. |

APÊNDICE E: Consentimento Informado

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Encontro na Floresta...

Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

(Acre-Brasil)

Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving - Coordenadora Adjunta do Programa Eicos (Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Endereço: Instituto de Psicologia da UFRJ - Pavilhão Newton Campos
Av. Pasteur, 250. Praia Vermelha. Rio de Janeiro CEP 22290-240

Tel: (21)3873-5348/38735349

e-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

Pesquisadora: Edilaine Albertino de Moraes – Mestranda

Tel:(21) 2244-2626

e-mail: edilainerumos@yahoo.com.br

Você está sendo convidado a participar de um projeto de pesquisa. É importante que entenda os objetivos deste projeto para decidir se deseja ou não participar. Inicialmente, vou descrever o propósito desta pesquisa, como ela será feita, e qual é a sua contribuição. Você deve esclarecer qualquer dúvida, se tiver perguntas depois do projeto ter iniciado, não deixe de nos informar, temos a obrigação de respondê-lo. Caso tenha alguma dúvida após a entrevista, pode nos contatar através do telefone ou endereço informado.

O objetivo deste estudo é analisar como o Núcleo do Cazumbá da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema interpreta o ecoturismo, em seu panorama atual e futuro.

A partir deste estudo pretendemos contribuir pela busca de alternativa econômica e inserção social.

Considera-se importante entrevistá-lo devido à sua história de participação e envolvimento com o Núcleo do Cazumbá. Portanto, sua contribuição será fundamental para a nossa análise. Sua participação é voluntária e a qualquer momento, tem a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem nenhum tipo de penalidade e a informação fornecida será desconsiderada.

A entrevista consiste em algumas perguntas e deve demorar em torno de uma hora e meia. Esta entrevista será gravada e/ou anotada. Os dados serão mantidos em sigilo de forma que não possa haver sua identificação, caso prefira não se identificar. Somente a equipe de pesquisa terá acesso a esses dados.

Este projeto não apresenta nenhum risco para você a não ser a inconveniência de tempo de responder a entrevista. Talvez no decorrer das perguntas você possa se sensibilizar com algum tema tratado.

Este estudo não o trará benefícios diretos, mas na conclusão deste trabalho, lhe entregaremos os resultados. Pretendemos também disponibilizar os dados que poderá gerar uma análise integrada para contribuir às iniciativas de ecoturismo no local.

Você entendeu o que expliquei? Tem alguma pergunta? Você quer participar? Esta a vontade com o horário e o local? Concorda com a gravação (ou anotação) da entrevista?

Eu, recebi esclarecimento do estudo, e, concordo em participar da entrevista.

Local e Data _____

Nome

Assinatura

APÊNDICE F. Listagem de Participantes no Seminário no Núcleo do Cazumbá

RESEX do CAZUMBÁ IRACEMA - ACRE

Reunião sobre Turismo : 28/08/08

Lista de Presença

- 01 - Davi Siqueira da Silva
- 02 - Leonora Siqueira Maia
- 03 - JONÍ ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA
- 04 - Joice Siqueira Maia
- 05 - Francisca Veri da Silva
- 06 - ALBETINA FUTURATO DOS SANTOS
- 06 - Maria Natália Chaves de Santana
- 07 - Maurício Santos da Rocha
- 08 - Elias Maia Soares
- 09 - Altheide dos Santos Maia
- 10 - José dos Santos
- 11 - Ademir Cerejeira Maia
- 12 - Jair Gomes da Silva
- 13 - Francisco da Silva Sales
- 14 - Odimar Celestino de Moura
- 15 - Manoel Cerejeira Maia
- 16 - Marizom Futurato dos Santos
- 17 - Gilberto Miranda Maia
- 18 - Aldeci Cerejeira Maia
- 19 - Adalino Nunes de Alveida

APÊNDICE G: Listagem dos trabalhos acadêmicos e técnicos publicados sobre a RESEX CI.

- 1) MORAES, Edilaine Albertino de. **Encontro na Floresta...** Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil) . Rio de Janeiro: UFRJ. Programa Eicos – Mestrado, 2009.
- 2) SANTOS, Cleyciane Menezes dos. **Percepção socioambiental de uma reserva extrativista florestal na Amazônia Brasileira: subsídios para o processo de gestão.** Rio Branco: UFAC, Monografia de Conclusão do Curso de Engenharia Florestal, 2008.
- 3) SILVA, Celis Fabrícia Alves da. **A influência da televisão na construção das relações sociais na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.** Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre. Monografia do Curso de Comunicação Social, 2008.
- 4) SANTOS, Edson Vanda Pereira dos. **Diálogos, práticas e espaços participativos: a participação da comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. Dissertação de mestrado, 2007.
- 5) FAZOLIN, Murilo. **Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema: um modelo de conservação e uso sustentável da biodiversidade por comunidades tradicionais na Amazônia – Linha de Ação: Plantas Inseticidas.** Brasília: Embrapa Acre, Programa Biodiversidade Brasil-Itália, 2007.
- 6) GOMES-FILHO, Arlindo; AMARAL, Priscilla Prudente & CUNHA, Cláudia Conceição. **Aspectos do processo de criação do conselho deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.** In: V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Foz do Iguaçu. Anais do V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba : Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2007.
- 7) GOMES-FILHO, Arlindo; LOPES, Francisco Missias Conceição & NEGRET, Juan Felipe. **Análisis de las acciones de protección en una reserva extractivista forestal del estado de acre en la amazonia brasilera.** Anais do II Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y Otras Áreas Protegidas. Bariloche, Argentina, 2007.
- 8) MIRANDA, Julliana Paula. **Identidade territorial e organização social: Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira/AC.** Brasília: DF. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Nacional de Brasília, 2006.
- 9) GRAF, Roberta & GOMES-FILHO, Arlindo. **Reservas Extrativistas do Acre e seus instrumentos de gestão socioambiental.** Rio Branco: SEMA/IMAC. Artigo produzido para o Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II, 2006. Disponível em: http://www.seiam.ac.gov.br/images/zee/doc_final/46_47_48_49_50_Gestão_Territorial.pdf
- 10) GOMES-FILHO, Arlindo *et al.* **Caracterização socioeconômica da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC.** In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, PR. v. 1. p. 491-499, 2004.

Anexos

ANEXO A: Carta de pedido de criação da RESEX CI (BRASIL, 2007).

| |
|--|
| <p>Ao:</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente Excelentíssimo Senhor Presidente do IBAMA Senhor Coordenador Geral do CNPT Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre Senhores Deputados e Senadores</p> <p>Assunto: Criação da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.</p> <p>1. A Comunidade do Rio Caeté, afluente do Rio Iaco, no Município de Sena Madureira é constituída na sua totalidade por seringueiros e descendentes destes, que habitam a região desde o início do século, quando da ocupação do território acreano pelos nossos pais e avós que, como heróis, deram seu sacrifício em defesa de nossa adorada Pátria. Foram estes mesmos seringueiros que derramaram seu sangue e perderam seus entes queridos, vencidos pela malária e outras enfermidades, para a conquista do Acre e para que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Nação Brasileira se mantivesse em lugar de destaque perante ao resto do mundo, produzindo a borracha que levou os aliados à vitória. Não os seringalistas, que quase nunca pisavam estas terras e nos escravizaram durante anos, desde suas suntuosas mansões, erguidas com o nosso suor.</p> <p>2. Fomos nós que produzimos a borracha que trouxe o progresso para a região amazônica e ao País. Foram nossos pais e avós que habitaram esta terra, quando ela ainda era terra de ninguém. Somos nós que, ainda hoje, habitam esta terra, produzindo o sustento de nossos filhos e netos. Somos nós verdadeiramente povos da floresta e população tradicional, que cultivam a terra e extraem da floresta os produtos que ainda hoje movem o mundo. Somos nós os verdadeiros preservacionistas que, mesmo passados quase duzentos anos, ainda moramos nas mesmas colocações e tendo a floresta ao nosso redor. Somos nós os verdadeiros responsáveis pela posição de destaque da Amazônia brasileira, como pulmão do mundo e que, em função disto muitos recursos tem trazido para o nosso País. Somos nós que mesmo com a falta de uma política para o setor e com a queda de preços, continuamos habitando a floresta e defendendo-a para, conforme o preceito constitucional, a presente e futuras gerações.</p> <p>3. Muito se tem feito, durante estes longos anos de sofrimento, para nos expulsarem de nossas terras. Os seringalistas, ditos donos da terra (a terra é nossa), que vedem o que nunca ocuparam para fazendeiros, que transformam a floresta em pastagem; O INCRA, com seus projetos de colonização, que traz pessoas estranhas para ocuparem nossas terras e o próprio Governo que nos abandona, sem saúde, sem educação e sem transporte, para que sejamos vencidos pelo cansaço ou para que morramos pela miséria. Mas nós nunca desistimos e como verdadeiros heróis nacionais, cujo reconhecimento nunca nos foi dado, vamos sempre continuar nossa luta para assegurar o que é nosso por direito.</p> <p>4. Somos hoje mais de 200 (duzentas) famílias, que mantém até hoje os mesmos costumes e tradições de nossos antepassados e estamos resistindo até hoje à todas as dificuldades que nos foram apresentadas. Quando soubemos da possibilidade de garantir nossos direitos através da criação de uma Reserva Extrativista, pensamos que finalmente poderíamos ter nossos sonhos realizados e garantidos o nosso direito legal pela posse e uso da nossa terra.</p> <p>5. Há três anos procuramos o IBAMA, como órgão responsável pela condução do processo de criação das Reservas Extrativistas, tendo recebido uma ótima acolhida. Iniciamos então o processo para criação da nossa tão sonhada “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”. Nos empenhamos ao máximo na esperança que tudo pudesse ser resolvido em um curto prazo. Esperança esta que foi ainda mais alimentada, quando, por duas vezes, pessoas ligadas à direção central do IBAMA, estabeleceram inclusive prazo para que o Decreto de Criação fosse publicado. Estes prazos foram se passando, e outros problemas foram surgindo, e até hoje o Decreto não foi assinado.</p> <p>6. Durante todo o processo nosso principal entrave foi o INCRA, que desde 1.986, tenta se apossar de parte da área ocupada pelos seringueiros para implantação de Projetos de Assentamento e até hoje sustenta a sua posição, afirmando que não vai ceder as áreas ao IBAMA para criação da Reserva, apesar do compromisso assumido, quando por ocasião de nossa estada em Brasília, pelo próprio Presidente do INCRA, perante o Presidente do IBAMA e o Coordenador do CNPT, de que iria repassar toda área que fosse necessária, dentro do perímetro estabelecido para a Reserva.</p> <p>7. Hoje, quando já estamos quase na reta final, outros problemas começam a surgir. O INCRA havia informado, durante o Processo, que quase toda área definida para criação da Reserva Extrativista era terra da União, arrecadada ou desapropriada. Agora, além da parte que o INCRA insiste em nos tomar, pessoas se apresentam se dizendo donos das terras onde moramos há muitos anos. Soubemos que foi solicitado que se fizesse a identificação de todas as terras “ditas privadas”, dentro da área proposta para a nossa Reserva, isto porque, por determinação do Senhor Presidente da República, somente se criassem Unidades de Conservação em terras públicas. Ora, sabemos que antes que estas pessoas se tornassem “donos”, todas as terras eram públicas, sendo questionado a forma como as terras públicas foram passadas às mãos destas pessoas que nunca as ocuparam de fato. Caso assim é o Seringal Santa Helena, entre outros, no Rio Caeté, onde nunca vimos nenhum de seus “donos” na área e agora eles se intitulam “proprietários” de 450.000 hectares. Afirmamos que estes “proprietários” nunca pisaram aquelas terras e nunca nela nada produziram e temos quase certeza que eles nunca pagaram os impostos devidos pela propriedade, fato este que solicitamos que seja confirmado.</p> <p>8. Diante disto, Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Governador, Senhores Parlamentares e demais autoridades competentes, solicitamos encarecidamente que tenham a máxima consideração possível com a nossa causa e destine aquela terra à quem realmente é de direito e, independente de a área ser pública ou privada, que se crie com a maior brevidade possível a nossa “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”. Isto nada mais é do que fazer justiça com este grupo de seringueiros, heróis nacionais, que viveram e vivem até hoje para o engrandecimento, preservação e reconhecimento da importância de nossas florestas e de nosso País.</p> <p>Certos de vosso pronto atendimento, manifestamos nossa eterna gratidão.</p> <p>Em nome da Comunidade; Cordiais saudações, ALDECI CERQUEIRA MAIA Presidente</p> |
|--|

ANEXO B: Decreto de 19 de setembro de 2002 - Cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, no Acre

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

Cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema abrange uma área de aproximadamente 750.794,70 ha (setecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e quatro hectares e setenta centiares), com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}50'37,55;WGr$ e $9^{\circ}05'46,81;S$, situado na margem esquerda do Rio Caeté, segue por esta margem, no sentido montante, por uma distância aproximada de 14.961,79 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}53'55,07;WGr$ e $9^{\circ}07'53,58;S$, localizado na foz do Igarapé Mimitem com o Rio Caeté; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé Mimitem, no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.339,62 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}53'07,32;WGr$ e $9^{\circ}16'08,44;S$, localizado na margem esquerda do Igarapé Mimitem; deste, segue por uma reta de azimute $108^{\circ}18'10''$ e distância aproximada de 1.327,86 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}52'25,99;WGr$ e $9^{\circ}16'22,00;S$, localizado na Estrada da Cachoeira; deste, segue pela referida estrada, no sentido sudoeste, confrontando com o Projeto de Colonização Boa Esperança, por uma distância aproximada de 47.028,22 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}04'01,12;WGr$ e $9^{\circ}33'53,56;S$, localizado na Estrada da Cachoeira; deste, segue, confrontando com o Seringal Santa Luzia, por uma reta de azimute $177^{\circ}06'16''$ e distância aproximada de 12.479,93 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}03'40,52;WGr$ e $9^{\circ}40'39,41;S$, localizado na margem esquerda do Rio Macauã; deste, segue pela margem esquerda do Rio Macauã, no sentido montante, por uma distância aproximada de 31.807,64 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}12'12,02;WGr$ e $9^{\circ}48'03,80;S$, localizado na margem esquerda do Rio Macauã com o Ponto P-14 da Floresta Nacional do Macauã; deste, segue confrontando-se com o limite da referida Floresta Nacional, por uma reta de azimute $304^{\circ}37'49''$ e distância aproximada de 20.338,58 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}21'21,01;WGr$ e $9^{\circ}41'47,01;S$, situado no Ponto P-13 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $233^{\circ}30'00''$ e distância aproximada de 19.572,15 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}30'00,00;WGr$ e $9^{\circ}48'06,99;S$, situado no Ponto P-12 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $359^{\circ}54'54''$ e distância aproximada de 3.900,00 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas

69°30'00,00;WGr e 9°46'00,00;S, situado no Ponto P-11 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute 259°11'16" e distância aproximada de 29.622,73 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 69°46'00,01;WGr e 9°48'59,99;S, situado no Ponto P-10 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute 224°36'26" e distância aproximada de 28.470,24 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 69°56'59,99;WGr e 9°59'59,99;S, situado no Ponto P-09 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute 179°50'00" e distância aproximada de 21.772,09 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 69°56'59,99;WGr e 10°12'00,00;S, situado no Ponto P-08 da Floresta Nacional com a margem esquerda do Rio Macauã; deste, segue pela margem esquerda do Rio Macauã, no sentido montante, por uma distância aproximada de 37.817,37 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 70°11'36,73;WGr e 10°19'48,85;S, localizado na margem esquerda do Rio Macauã; deste segue, confrontando com o Seringal Vale do Rio Chandless, por uma reta de azimute 20°54'12" e distância aproximada de 113.481,96 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 69°49'17,03;WGr e 9°22'21,52;S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue por uma reta de azimute 74°58'56" e distância aproximada de 7.116,46 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 69°45'31,56;WGr e 9°21'21,99;S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue por uma reta de azimute 32°29'29" e distância aproximada de 13.711,16 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 69°41'29,36;WGr e 9°15'05,93;S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue, confrontando com a Gleba Livre-nos Deus, por uma reta de azimute 66°00'00" e distância aproximada de 43.499,97 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 69°19'46,41;WGr e 9°05'31,68;S; deste, segue, confrontando o Seringal Arez, por uma reta de azimute 61°56'29" e distância aproximada de 16.656,93 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 69°11'44,72;WGr e 9°01'16,90;S; deste, segue, ainda confrontando com o referido Seringal, por uma reta de azimute 92°00'11" e distância aproximada de 10.500,00 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 69°06'01,01;WGr e 9°01'28,99;S; deste, segue, confrontando o Projeto de Colonização Boa Esperança, com os seguintes azimutes e distâncias aproximadas: 112°15'31" e 12.473,98 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 68°59'42,86;WGr e 9°04'02,90;S; 102°54'05" e 10.758,17 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 68°53'59,32;WGr e 9°05'21,06;S; 88°34'44" e 2.499,96 metros, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 68°52'37,44;WGr e 9°05'19,01;S; 14°23'08" e 1.749,87 metros, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 68°52'23,22;WGr e 9°04'23,82;S; 111°38'21" e 3.633,81 metros, até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 68°50'32,53;WGr e 9°05'07,41;S; deste ponto, segue por uma reta de azimute 187°14'03" e distância aproximada de 1.219,71 metros, até o Ponto 01, ponto inicial desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de 589.045,06 metros (quinhentos e oitenta e nove mil, quarenta e cinco metros e seis centímetros).

Parágrafo único. Fica excluída do polígono descrito no caput deste artigo uma área de aproximadamente 9.878,48 ha (nove mil, oitocentos e setenta e oito hectares e quarenta e oito centiares), com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas 69°09'39,12;WGr e 9°10'49,63;S, situado na confluência do Rio Caeté com o Rio Canamari; segue pela margem direita Rio Caeté, no sentido montante, por uma distância aproximada de 30.297,43 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas 69°18'11,27;WGr e 9°15'37,83;S, localizado na confluência do Rio Caeté com

o Igarapé São Paulo; daí, segue pela margem direita do Igarapé São Paulo, no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.465,60 metros, até o Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}17'23,04\grave{W}Gr$ e $9^{\circ}17'39,15\grave{S}$, localizado na nascente deste igarapé; daí, segue por uma reta de azimute $172^{\circ}46'22\grave{}$ e distância aproximada de 2.795,21 metros, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}17'11,59\grave{W}Gr$ e $9^{\circ}19'09,46\grave{S}$, localizado na nascente de um igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta de azimute $46^{\circ}40'35\grave{}$ e distância aproximada de 2.483,54 metros, até o Ponto A5, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}16'12,32\grave{W}Gr$ e $9^{\circ}18'14,02\grave{S}$, localizado na nascente de outro Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda deste igarapé, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 6.139,45 metros, até o Ponto A6, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}13'19,37\grave{W}Gr$ e $9^{\circ}17'09,80\grave{S}$, na confluência deste Igarapé com o Rio Canamari; daí, segue pela margem esquerda do Rio Canamari, por uma distância aproximada de 18.016,65 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente 64.197,89 metros (sessenta e quatro mil, cento e noventa e sete metros e oitenta e nove centímetros).

Art. 3º As terras contidas nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, serão transferidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, na forma da lei.

§ 1º As terras referidas no caput serão objeto de compensação de área de Reserva Legal dos projetos agro-extrativistas, de assentamento e de colonização, criados pelo INCRA, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

§ 2º O IBAMA e o INCRA, em conjunto, baixarão as normas para a efetiva implementação deste artigo.

Art. 4º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5, alínea 1, e 6, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Caberá ao IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, nos termos dos arts. 3a 5º do Decreto nº 98.897, de 30 de junho de 1990.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de setembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

Francisco Orlando Costa Muniz

Publicado no D.O . U. de 20/09/02 Seq. 1

Rio Branco - Acre, quarta-feira, 23 de abril de 2003

ANEXO C: Regras de Conduta e recomendações para visitantes da RESEX do Cazumbá-Iracema

- 1) Ande em pequenos grupos, que se harmonizam melhor com a natureza e causam menos impacto. Não use rádios e instrumentos sonoros. Não saia sozinho pela mata e não se afaste muito do grupo;
- 2) Certifique-se que você possui uma forma de acondicionar seu lixo (sacos plásticos), para carregá-lo de volta e diminua sua quantidade, não carregando embalagens desnecessárias;
- 3) Realize apenas atividades compatíveis com seu condicionamento físico, sua experiência e equipamentos de segurança de que dispõe;
- 4) Cuide dos locais por onde passar e mantenha-se nas trilhas pré-determinadas - não use atalhos. Os atalhos favorecem a erosão e a destruição da vegetação;
- 5) Você é responsável por sua segurança. O salvamento em ambientes naturais é caro e complexo, podendo levar dias e causar grandes danos ao ambiente. Portanto, não se arrisque sem necessidade. Leve sempre lanterna, agasalho, capa de chuva, alimento e água; mesmo em atividades com apenas um dia ou poucas horas de duração;
- 6) Não quebre ou corte galhos de árvores, mesmo que estejam mortas ou tombadas, pois podem estar servindo de abrigo para aves ou outros animais. Resista à tentação de levar “lembranças” para sua casa. Deixe pedras, flores etc. onde você as encontrou, para que outros também possam apreciá-las;
- 7) Observe os animais à distância. A proximidade pode ser interpretada como uma ameaça e provocar um ataque, mesmo de pequenos animais. Além disso, animais silvestres podem transmitir doenças graves. Não alimente os animais.
- 8) Não colete animais, plantas ou microorganismos. A legislação ambiental brasileira é muito rigorosa e atividades de pesquisa necessitam de autorização prévia do Ibama.
- 9) Seja cortês com outros visitantes e com a população local. Trate os moradores da área com gentileza e respeito. Aproveite para aprender algo sobre seus hábitos e sua cultura .
- 10) Observe, ouça, fotografe. Aproveite sua visita para sentir as emoções de estar numa amostra da Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo.

Visite nossa Unidade de Conservação!

